



Número: **0800022-58.2019.8.15.1071**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Jacaraú**

Última distribuição : **09/01/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO (AUTOR)		ABRAAO COSTA FLORENCIO DE CARVALHO (ADVOGADO)	
SEBASTIAO JOSE DA SILVA (AUTOR)		ABRAAO COSTA FLORENCIO DE CARVALHO (ADVOGADO)	
MARIA DA LUZ FELIX DA SILVA (AUTOR)		ABRAAO COSTA FLORENCIO DE CARVALHO (ADVOGADO)	
BRADESCO SEGUROS S/A (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
18577669	09/01/2019 15:41	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
18577712	09/01/2019 15:41	<a href="#">INICIAL</a>	Informações Prestadas
18577784	09/01/2019 15:41	<a href="#">Procuração e Docs. pessoais - Jonildo</a>	Procuração
18578126	09/01/2019 15:41	<a href="#">Procuração e Docs. pessoais-Sebastião José - compressed</a>	Procuração
18578276	09/01/2019 15:41	<a href="#">B.O</a>	Outros Documentos
18578315	09/01/2019 15:41	<a href="#">Certidão de Óbito e outros-compressed</a>	Outros Documentos
18578367	09/01/2019 15:41	<a href="#">Certidão de Nascimento - Pedro Gabriel</a>	Outros Documentos
18578436	09/01/2019 15:41	<a href="#">Doc. do veículo</a>	Outros Documentos
18578455	09/01/2019 15:41	<a href="#">Noticiário</a>	Outros Documentos
18578487	09/01/2019 15:41	<a href="#">Nº do sinistro</a>	Outros Documentos
18578513	09/01/2019 15:41	<a href="#">GuiaCustas-1</a>	Outros Documentos
18781246	25/01/2019 16:19	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
18932224	31/01/2019 08:57	<a href="#">Carta</a>	Carta
19011954	05/02/2019 09:03	<a href="#">Diligência</a>	Diligência
19679008	11/03/2019 09:21	<a href="#">Aviso de Recebimento</a>	Aviso de Recebimento
19679009	11/03/2019 09:21	<a href="#">AR</a>	Aviso de Recebimento

20203 694	01/04/2019 13:44	<a href="#">Contestação</a>	Contestação
20203 892	01/04/2019 13:44	<a href="#">ATOS CONSTITUTIVOS BRADESCO SEGUROS</a>	Procuração
20203 860	01/04/2019 13:44	<a href="#">KIT SEGURADORA LIDER-otimizado 1</a>	Procuração
20203 877	01/04/2019 13:44	<a href="#">KIT SEGURADORA LIDER-otimizado 2</a>	Procuração
20203 839	01/04/2019 13:44	<a href="#">PROCESSO ADM-otimizado 1</a>	Documento de Comprovação
20203 829	01/04/2019 13:44	<a href="#">PROCESSO ADM-otimizado 2</a>	Documento de Comprovação
20203 813	01/04/2019 13:44	<a href="#">CONTESTACAO E SUBS</a>	Outros Documentos
20211 652	01/04/2019 15:48	<a href="#">Petição</a>	Petição
21478 071	27/05/2019 14:24	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
21801 247	06/06/2019 12:24	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
23498 633	14/08/2019 11:04	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
23498 634	14/08/2019 11:04	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
23981 787	30/08/2019 08:57	<a href="#">Termo de Audiência</a>	Termo de Audiência
24210 854	06/09/2019 16:34	<a href="#">Embargos de Declaração</a>	Embargos de Declaração
24210 861	06/09/2019 16:34	<a href="#">2573506_EMBARGOS_DE_DECLARACAO_2018</a>	Outros Documentos
30977 269	26/05/2020 12:04	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
31298 377	04/06/2020 22:05	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório
31298 383	04/06/2020 22:08	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
31460 561	10/06/2020 20:34	<a href="#">Petição</a>	Petição
31478 761	12/06/2020 13:49	<a href="#">Sentença</a>	Sentença
31538 409	15/06/2020 08:13	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
31538 410	15/06/2020 08:13	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
31843 227	26/06/2020 15:12	<a href="#">Apelação</a>	Apelação
31843 230	26/06/2020 15:12	<a href="#">2573506_RECORSO_DE_APELACAO_Anexo_02</a>	Outros Documentos
31843 231	26/06/2020 15:12	<a href="#">2573506_RECORSO_DE_APELACAO_01</a>	Outros Documentos
32040 563	03/07/2020 14:45	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório
32040 583	03/07/2020 14:47	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
32228 898	10/07/2020 13:57	<a href="#">Contrarrrazões</a>	Contrarrrazões
32289 285	13/07/2020 17:18	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
32909 057	05/08/2020 22:16	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
33118 793	11/08/2020 22:08	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
42529 472	12/08/2020 08:58	<a href="#">Certidão de Prevenção</a>	Certidão de Prevenção
42529 473	13/08/2020 17:08	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
42529 474	13/08/2020 17:11	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
42529 475	16/08/2020 18:50	<a href="#">Parecer</a>	Parecer

42529 476	16/08/2020 18:50	<a href="#">0800022-58.2019.8.15.1071</a>	Parecer
42529 477	30/08/2020 12:53	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
42529 478	30/08/2020 13:38	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
42529 479	24/09/2020 09:53	<a href="#">Certidão de Decurso de prazo</a>	Certidão de Decurso de prazo
42529 480	30/10/2020 15:04	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
42529 481	30/10/2020 18:12	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
42529 482	19/11/2020 15:02	<a href="#">Petição</a>	Petição
42529 483	19/11/2020 15:02	<a href="#">Petição - Pedro Gabriel</a>	Informações Prestadas
42529 484	30/11/2020 19:31	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
42529 485	30/11/2020 19:32	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
42529 486	09/12/2020 21:33	<a href="#">Parecer</a>	Parecer
42529 487	09/12/2020 21:33	<a href="#">0800022-58.2019.8.15.1071</a>	Parecer
42529 488	12/02/2021 09:35	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
42529 489	11/03/2021 10:00	<a href="#">Intimação de Pauta</a>	Mandado de Reintegração e/ou Manutenção de Posse
42529 490	11/03/2021 11:20	<a href="#">Intimação de Pauta</a>	Mandado de Reintegração e/ou Manutenção de Posse
42529 491	26/03/2021 11:25	<a href="#">Certidão de julgamento</a>	Certidão
42529 492	29/03/2021 17:52	<a href="#">Acórdão</a>	Acórdão
42529 493	29/03/2021 17:52	<a href="#">Ementa</a>	Ementa
42529 494	29/03/2021 17:52	<a href="#">Relatório</a>	Relatório
42529 495	29/03/2021 17:52	<a href="#">Voto do Magistrado</a>	Voto
42529 496	29/03/2021 17:56	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
42529 497	01/05/2021 09:51	<a href="#">Certidão Trânsito em Julgado</a>	Certidão Trânsito em Julgado
42595 666	03/05/2021 17:14	<a href="#">Execução / Cumprimento de Sentença</a>	Execução / Cumprimento de Sentença
42717 061	05/05/2021 18:30	<a href="#">Certidão</a>	Certidão

pdf







# Vieira & Costa

## ADVOGADOS ASSOCIADOS

**EXCELENTÍSSIMO DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA  
COMARCA DE JACARAÚ – PARAÍBA**

**PEDRO GRABRIEL FÉLIX DA SILVA**, brasileiro, menor, neste ato representado por seu genitor **JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO**, brasileiro, casado, radialista, portador do RG nº 2089457 SSP/PB, inscrito no CPF sob o nº 023.363.654-48 e por seus avós maternos **SEBASTIÃO JOSÉ DA SILVA**, brasileiro, casado, agricultor, portador do RG nº 05554923-2 IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 534.186.547-20, **MARIA DA LUZ FÉLIX DA SILVA**, brasileira, casada, agricultora, portadora do RG nº 2312718, inscrita no CPF sob o nº 064.667.134-07, todos residentes e domiciliados na Rua Ver. Pedro Luiz da Silva, 202, São José, Jacaraú, através de seu advogado e procurador legalmente constituído, com escritório profissional localizado à Rua João Amorim, 356, sala 02 e 03, centro, João Pessoa - PB, para onde deverão ser enviadas as comunicações processuais pertinentes, vem à presença de Vossa Excelência, com fulcro na Lei 6194/74 (Veículos - Seguro Obrigatório de Danos Pessoais) e demais legislações pertinentes à espécie, propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT  
(POR MORTE)**

em face da **BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS S/A** localizada no Parque Solon de Lucena, 641, centro, João Pessoa, PB, CEP – 58013-131, inscrita no CNPJ N.º 33.055.146/0001-93, tendo em vista os fatos e os motivos a seguir delineados:

**JUSTIÇA GRATUITA.**

Inicialmente, requer os benefícios da *Justiça Gratuita*, nos termos da Lei n.º 1.060/50 e das demais legislações pertinentes, por não ter condições de dar prosseguimento à presente demanda sem comprometer o seu sustento e o da sua família.

Para tanto, declara-se, desde já, pobre na forma da legislação de regência e conhecedor de todas as penalidades cabíveis em caso de falseamento da verdade.

[www.vieiraecostaadvogados.com.br](http://www.vieiraecostaadvogados.com.br) | [www.vieiraecosta.com.br](http://www.vieiraecosta.com.br)

Rua João Amorim, 356, Sl 02/03 - Centro - João Pessoa /PB - CEP 58013-310 - Fone/Fax: (83) 3243.8889





# Vieira & Costa

## ADVOGADOS ASSOCIADOS

### FATOS.

---

O Promovente teve vitimado por acidente de trânsito sua genitora **ANDRÉA FÉLIX DA SILVA**, vítima de acidente de trânsito, sofrido aos 01 dia do mês de setembro do corrente ano (01/09/2018).

Segundo as informações trazidas pelos documentos policiais de Registro de Boletim de Ocorrência e reportagens audiovisuais transmitas pelos noticiários eletrônicos, no dia 01.09.2018, por volta das 23horas, o veículo que transportava a vítima Andréa F. da Silva sofreu capotamento na rodovia PB 085 que liga as cidades de Duas Estradas e Sertãozinho, próximo ao engenho Serra Limpa.

Segundo informações prestadas pelo condutor, o mesmo perdeu o controle do veículo após passar por uma linha férrea que cruza a rodovia, vindo a capotar e cair em um açude.

A vítima Andréa Félix da Silva não conseguiu sair do veículo e morreu por afogamento.

Diante de tais circunstâncias foi requerido o seguro DPVAT em favor do menor PEDRO GABRIEL FÉLIX CAVALCANTI, o qual reside desde antes da data do fato sob a guarda dos avós maternos, tendo o sinistro sido cadastrado sob o número 3180458836.

Entretanto, seguradora solicitou complementação da documentação apresentada no processo administrativo, pedindo para apresentar o laudo cadavérico.

Ocorre que o referido laudo não tem data certa para ser finalizado tendo em vista o atual estado de interdição parcial dos serviços do IPC da Capital, tendo sido informado pelo referido instituto que o laudo encontra-se em aberto aguardando o resultado do exame de alcoolemia e toxicológico, os quais não têm data para ser realizado, uma vez que o IML somente voltará a realizar tais exames quando voltar a estar instalado na sede do IPC.

Sendo assim, não existe outra alternativa a não ser ajuizar a presente demanda para que seja indenizada o beneficiário PEDRO GABRIEL FÉLIX CAVALCANTI, uma vez que resta comprovado o acidente, a morte e nexo de causalidade, devendo ser condenada a seguradora promovida a pagar o valor de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)

---

[www.vieiraecostaadvogados.com.br](http://www.vieiraecostaadvogados.com.br) | [www.vieiraecosta.com.br](http://www.vieiraecosta.com.br)

Rua João Amorim, 356, Sl 02/03 - Centro - João Pessoa /PB - CEP 58013-310 - Fone/Fax: (83) 3243.8889





# Vieira & Costa

## ADVOGADOS ASSOCIADOS

Eis os fatos necessários.

### FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA.

---

O seguro obrigatório (DPVAT) tem por finalidade dar cobertura a danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

A Lei n.º 6194/74, que trata do **Seguro Obrigatório**, em seu artigo 3º elenca os danos pessoais cobertos pelo mesmo:

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º<sup>1</sup> compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

b) **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais - no caso de morte;**

**Embora deixe de mencionar a referida Lei sobre a correção monetária no valor do prêmio, os nossos Tribunais já pacificaram este entendimento, aplicando-se tal correção a partir da data de sinistro.**

Trilhando, ainda, por esta senda a Lei 6194/74, em seu artigo 5º, preceitua que a indenização será paga mediante a simples comprovação do acidente e do dano decorrente, senão, veja-se:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante **simples prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Omissis..

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte;

Há de se observar que esse artigo instituiu uma responsabilidade objetiva, adotando também a teoria do risco integral, aqui se deixa de imputar uma responsabilidade ao condutor do veículo e passa a imputar a sociedade como um seguro social, devido ao grande número de acidente deste gênero.

---

<sup>1</sup> I) Danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, ou por sua carga, a pessoa transportada ou não."

---

[www.vieiraecostaadvogados.com.br](http://www.vieiraecostaadvogados.com.br) | [www.vieiraecosta.com.br](http://www.vieiraecosta.com.br)

Rua João Amorim, 356, Sl 02/03 - Centro - João Pessoa /PB - CEP 58013-310 - Fone/Fax: (83) 3243.8889





# Vieira & Costa

## ADVOGADOS ASSOCIADOS

Por outro lado, urge destacar, que os requisitos (**certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e prova de qualidade de beneficiário no caso de morte**) para a indenização foram preenchidos, senão, observe-se:

1) **Certidão de Óbito:** dando como causa do óbito asfixia por afogamento, PROVOCADO PELO ACIDENTE DE TRANSITO (CAPOTAMENTO); (doc.anexo).

2) **Registro da ocorrência no órgão policial competente:** fornecida pela Delegacia da Polícia Civil de Jacaraú; (doc. anexo)

3) **Prova de qualidade de beneficiário:** Comprovada pela certidão de nascimento da menor. (docs. anexos).

Neste viés, tem-se, ainda, o entendimento do *Egrégio Tribunal do Rio Grande do Sul*:

**Para a concessão da indenização do seguro DPVAT basta a simples prova da ocorrência do sinistro e do dano decorrente.** O artigo 3º, letra "a" da Lei 6.194/74 estabelece o valor de 40 salários mínimos para indenização no caso de morte. (TJRS - AC 70010140473 - Cachoeira do Sul - 5ª C.Cív. - Relª Desª Ana Maria Nedel Scalzilli - J. 07.07.2005)

Outrossim, é forçoso concluir que a parte Promovente faz jus à indenização do seguro obrigatório.

### **PEDIDOS.**

Ante o expendido, requer que Vossa Excelência se digne em:

a) Conceder à parte Promovente os **benefícios da Justiça Gratuita** por não ter condições de arcar com as custas processuais;

b) Citar a parte Promovida com as advertências do art. 285 e as prerrogativas do art. 172, ambos do *Código de Processo Civil*, no endereço supramencionado, para, querendo, contestar o pedido da parte Promovente, sob pena de revelia e confissão tácita dos fatos narrados;

c) Condenar a parte Promovida a pagar à parte Promovente a indenização do seguro obrigatório – DPVAT, correspondente a **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, tendo em vista que a parte autora manejou requerimento

---

[www.vieiraecostaadvogados.com.br](http://www.vieiraecostaadvogados.com.br) | [www.vieiraecosta.com.br](http://www.vieiraecosta.com.br)

Rua João Amorim, 356, Sl 02/03 - Centro - João Pessoa /PB - CEP 58013-310 - Fone/Fax: (83) 3243.8889





# Vieira & Costa

## ADVOGADOS ASSOCIADOS

administrativo sem obter êxito, tudo de acordo com as balizas fixadas pela Doutrina e Jurisprudência pátria, ainda, com juros moratórios e correção monetária a partir do evento danoso, nos moldes da Súmula 54 do *Superior Tribunal de Justiça*<sup>2</sup>;

A produção de prova documental, testemunhal e juntada de novos documentos, bem como, outras provas pertinentes e admitidas no direito.

Dá à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes Termos,  
Pede e Espera Deferimento.  
João Pessoa, PB, 13 de dezembro de 2018.

Advogado **Abraão Costa** Florêncio de Carvalho  
**OAB/PB – 12.904**

---

<sup>2</sup> Súmula 54 do STJ - Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual;

**Jurisprudência** - Os juros moratórios alusivos ao dano moral são computados a partir da data do evento danoso, nos termos da Súmula nº 54 do STJ (STJ – EDRESP 327382 – RJ – 4ª T. – Rel. Min. Aldir Passarinho Junior – DJU 23.09.2002)





### PROCURAÇÃO

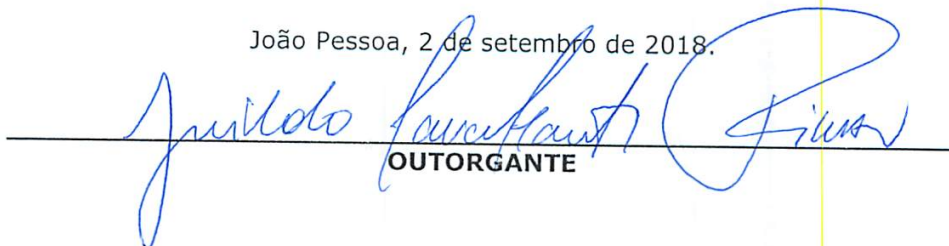
**OUTORGANTE:** Eu João Paulo CAVALCANTI DA SILVA FILHO  
brasileiro, CASADO (Estado Civil), RADIALISTA (profissão), portador do  
RG nº 2.089.457-93 inscrito no CPF nº 023.363.654-48, residente  
e domiciliado (endereço): Rua Abel da Silva, 269, CRUZ  
DAS ARMS, João Pessoa - PB.

**Outorgados:** **Dr. ABRAÃO COSTA FLORÊNCIO DE CARVALHO**, brasileiro, casado,  
inscrito na OAB/PB sob o n.º 12.904, e-mail: [abraao@vieiraecosta.com.br](mailto:abraao@vieiraecosta.com.br), com  
escritório profissional na Rua João Amorim, 356, sala 2, Centro, João Pessoa, PB, fone  
(83) 3243-8889, Cep: 58013-310

**Poderes:** Confere amplos e gerais poderes para o foro em geral, com a  
cláusula "**ad judicium et extra**", a fim de que, em conjunto ou  
separadamente, possa(m) realizar todos os atos que se fizerem necessários  
ao bom e fiel cumprimento deste mandato, inclusive requerer falência e  
concordata, apresentar e ratificar queixas-crimes, propor quaisquer ações,  
reclamações trabalhistas, defender-me nas que me forem propostas, cíveis  
ou penais, reconvir, promover quaisquer medidas judiciais, cautelares,  
administrativas, recorrer em qualquer instância ou tribunal, arrolar, inquirir,  
contraditar e recusar testemunhas, produzir provas, arrazoar processos,  
requerer vistas dos mesmos, concordar com cálculos, custas e contas  
processuais, podendo ainda, fazer defesas prévias, alegações finais, formar  
os documentos necessários, efetuar levantamentos, requerer laudos,  
avaliações e perícias, bem como arguir suspeição, falsidade e exceção, fazer  
acordo, impugnar, assinar termos, requerer abertura de inventário ou  
arrolamentos, assinar termo de compromisso de inventariante, de renúncia,  
perante qualquer juízo, instância ou tribunal, repartição pública e órgãos da  
administração pública, direta ou indireta, federal, estadual e municipal,  
autarquia ou entidade paraestatal, propondo ação competente em que o(s)  
outorgante(s) seja(m) autor(es) ou reclamante(s) e defendendo-o(s), na  
condição de reclamada(s), bem como substabelecer a presente com ou sem  
reserva de poderes se assim lhe convier, dando tudo por bom, firme e  
valioso.

**Poderes Específicos:** A presente procuração outorga aos advogados acima  
descritos, os poderes para **receber citação, confessar, reconhecer a  
procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre  
o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso,  
pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência  
econômica, em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC/15,**  
podendo tais poderes serem substabelecidos.

João Pessoa, 2 de setembro de 2018.

  
OUTORGANTE



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF  
2089457 SSP PB

CPF  
023.363.654-48

DATA NASCIMENTO  
12/11/1976

FUNÇÃO  
JONILDO CAVALCANTI DA SILVA  
ROSA VARELA DE LIMA

PERMISSÃO  
ACC  
CAT. HAB  
B

Nº REGISTRO  
01381448050

VALIDADE  
09/04/2020

1ª HABILITAÇÃO  
25/03/1998

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
JOAO PESSOA, PB

DATA EMISSÃO  
10/04/2015

ASSINATURA DO EMISSOR

51648241355  
PB030484448

DETRAN-PB (PARAIBA)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
1083213524

PROIBIDO PLASTIFICAR  
1083213524





Ministério da Fazenda  
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **023.363.654-48**

Nome: **JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO**

Data de Nascimento: **12/11/1976**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **13/12/1994**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **11:41:27** do dia **02/10/2018** (hora e data de Brasília).  
Código de controle do comprovante: **8962.23A4.91E2.CFAD**



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)





# DOCUMENTO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Bolêto para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica Nº 011.313.541



ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680  
CNPJ 09.095.183 / 0001-40 Insc.Est. 16.015.823-0

## DADOS DO CLIENTE

JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO  
RUA SILVANO S FERREIRA S/N Q E18AL 40  
CONDE

## CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

5/1659375-8

### REFERÊNCIA

AGO/2018

### APRESENTAÇÃO

21/08/2018

### CONSUMO

13

### VENCIMENTO

29/08/2018

### TOTAL A PAGAR

R\$ 0,00

Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)



DESTAQUE AQUI

JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO

Roteiro: 11-021-472-1520

CONTA PAGA - Data de Pagamento: 29/08/2018

### VENCIMENTO

29/08/2018

### TOTAL A PAGAR

R\$ 0,00

### MATRÍCULA

1659375-2018- 08-1



### PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** Eu SEBASTIÃO JOSÉ DA SILVA,  
brasileiro, \_\_\_\_\_ (Estado Civil), \_\_\_\_\_ (profissão), portador do  
RG nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_, residente  
e domiciliado (endereço): \_\_\_\_\_.

**Outorgados:** **Dr. ABRAÃO COSTA FLORENCIO DE CARVALHO**, brasileiro, casado,  
inscrito na OAB/PB sob o n.º 12.904, e-mail: [abraao@vieiraecosta.com.br](mailto:abraao@vieiraecosta.com.br), com  
escritório profissional na Rua João Amorim, 356, sala 2, Centro, João Pessoa, PB, fone  
(83) 3243-8889, Cep: 58013-310

**Poderes:** Confere amplos e gerais poderes para o foro em geral, com a  
cláusula "**ad judícia et extra**", a fim de que, em conjunto ou  
separadamente, possa(m) realizar todos os atos que se fizerem necessários  
ao bom e fiel cumprimento deste mandato, inclusive requerer falência e  
concordata, apresentar e ratificar queixas-crimes, propor quaisquer ações,  
reclamações trabalhistas, defender-me nas que me forem propostas, cíveis  
ou penais, reconvir, promover quaisquer medidas judiciais, cautelares,  
administrativas, recorrer em qualquer instância ou tribunal, arrolar, inquirir,  
contraditar e recusar testemunhas, produzir provas, arrazoar processos,  
requerer vistas dos mesmos, concordar com cálculos, custas e contas  
processuais, podendo ainda, fazer defesas prévias, alegações finais, formar  
os documentos necessários, efetuar levantamentos, requerer laudos,  
avaliações e perícias, bem como argüir suspeição, falsidade e exceção, fazer  
acordo, impugnar, assinar termos, requerer abertura de inventário ou  
arrolamentos, assinar termo de compromisso de inventariante, de renúncia,  
perante qualquer juízo, instância ou tribunal, repartição pública e órgãos da  
administração pública, direta ou indireta, federal, estadual e municipal,  
autarquia ou entidade paraestatal, propondo ação competente em que o(s)  
outorgante(s) seja(m) autor(es) ou reclamante(s) e defendendo-o(s), na  
condição de reclamada(s), bem como substabelecer a presente com ou sem  
reserva de poderes se assim lhe convier, dando tudo por bom, firme e  
valioso.

**Poderes Específicos:** A presente procuração outorga aos advogados acima  
descritos, os poderes para **receber citação, confessar, reconhecer a  
procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre  
o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso,  
pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência  
econômica, em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC/15,**  
podendo tais poderes serem substabelecidos.

João Pessoa, 2 de setembro de 2018.

SEBASTIÃO JOSÉ DA SILVA  
**OUTORGANTE**



**DAI 2006 - Declaração Anual de Isento do IRPF 2006**

**Identificação**

CPF do Declarante:

534.186.547-20 - SEBASTIAO JOSE DA SILVA

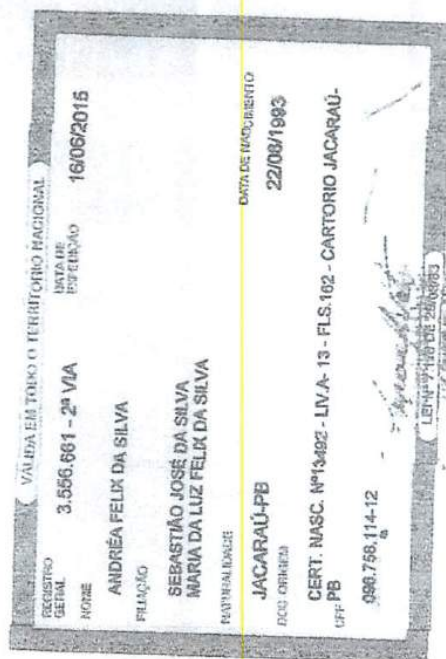
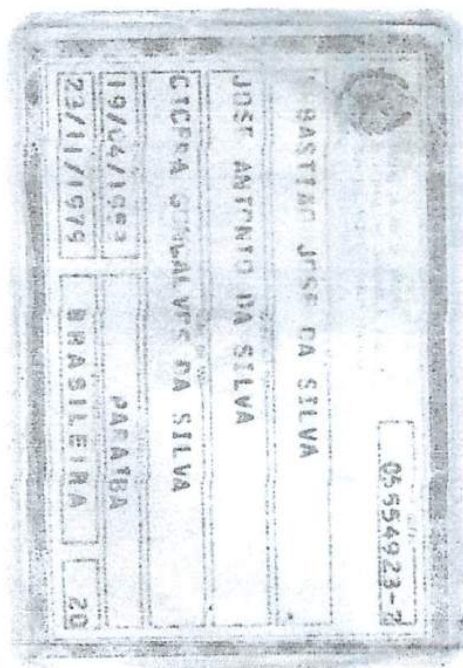
Data de Nascimento:

19/04/1953

**Declaração entregue com sucesso em 23/11/2006 às 20:47:11 h.**  
**Imprima esta tela ou anote o número de sua declaração: 516121637345**







# DOCUMENTO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Bolão para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica : Nº 012.041.974



ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680  
CNPJ 09.095.183 / 0001-40 Insc.Est. 16.015.823-0

## DADOS DO CLIENTE

MARIA DA LUZ FELIX DA SILVA  
RUA VER LUIZ PEDRO DA SILVA 202  
JACARAU

## CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

5/669639-7

### REFERÊNCIA

SET/2018

### APRESENTAÇÃO

10/09/2018

### CONSUMO

66

### VENCIMENTO

17/09/2018

### TOTAL A PAGAR

R\$ 63,56

Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)



DESTAQUE AQUI

MARIA DA LUZ FELIX DA SILVA

Roteiro: 04-029-525-2100

CONTA PAGA - Data de Pagamento: 01/10/2018

### VENCIMENTO

17/09/2018

### TOTAL A PAGAR

R\$ 63,56

### MATRÍCULA

669639-2018- 09-8







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

# Certidão de Nascimento

NOME:

**PEDRO GABRIEL FELIX CAVALCANTI**

MATRÍCULA

**0723630155 2015 1 00004 066 0001935 11**

DATA DE NASCIMENTO(POR EXTENSO) trinta e um de agosto de dois mil e quinze DIA 31 MÊS 08 ANO 2015

HORA DE NASCIMENTO 20:50 MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO João Pessoa-PB

MUNICÍPIO DE REGISTRO/UF Distrito de Timbó-PB LOCAL DE NASCIMENTO Hospital General Edson Ramalho - João Pessoa-PB SEXO masculino

FILIAÇÃO JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO e ANDRÉA FELIX DA SILVA

AVOS  
Paterno(s): Jonildo Cavalcanti da Silva, falecido e Rosa Varela de Lima  
Materno(s): Sebastião José da Silva e Maria Da Luz Felix da Silva.

GÊMEOS NÃO NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S) NÃO POSSUI

DATA DO REGISTRO (POR EXTENSO) dez de setembro de dois mil e quinze (10/09/2015). DNV (DEC. NASC. VIVO) 30694721320

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES  
Registro lavrado em 10/09/2015, no livro A-00004, Nº 1935, folha 66.

NOME DO OFÍCIO  
Cartório do Registro Civil e Notas

OFICIAL REGISTRADOR  
Maria Aparecida da Silva

MUNICÍPIO/UF  
Distrito de Timbó-PB

ENDEREÇO  
Rua Principal S/N - Distrito de Timbó, Jacaraú-PB - CEP 58278000  
Fone: (83)3295-5172 E-mail: aparecidasilvaomfilhos@hotmail.com.br

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.

Distrito de Timbó-PB, 10 de Setembro de 2015

Maria Aparecida da Silva  
Maria Aparecida da Silva  
Oficial do Registro Civil

Selo Digital: **AAB18247-NFIF**  
Consulte a autenticidade em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

**CNPJ 06.174.592/0001-44**  
CARTÓRIO DISTRITAL DO REGISTRO CIVIL E NOTAS  
Maria Aparecida da Silva  
TITULAR  
Sebastiana Fernandes da Silva Oliveira  
ESCREVENTE  
**TIMBÓ DE JACARAÚ - PB**

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Nº **055007 B**

02/10/2018

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

BRASIL

Serviços Barra GovBr

(HTTP://BRASIL.GOV.BR)



Ministério da Fazenda  
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 096.758.114-12

Nome: ANDREA FELIX DA SILVA

Data de Nascimento: 22/08/1993

Situação Cadastral: REGULAR

Data da Inscrição: 29/07/2008

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: 11:39:25 do dia 02/10/2018 (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: C99B.B2AF.C826.1B31



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF"  
(/Aplicacoes/SSL/ATCTA/CPF/ImpressaoComprovante/ConsultaImpressao.asp).

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

<https://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/SSL/ATCTA/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublicaExibir.asp>

1/2



Assinado eletronicamente por: ABRAAO COSTA FLORENCIO DE CARVALHO - 09/01/2019 15:40:37  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19010915283412800000018079074>  
Número do documento: 19010915283412800000018079074

Num. 18578126 - Pág. 6





**BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL**

Livro nº 02/2018

Ocorrência nº. 466/2018



Aos 19 dias de SETEMBRO de DOIS MIL E DEZOITO, nesta cidade de JACARAÚ/PB, na Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade do(a) Dr(a). JAIME JOSÉ CAVALCANTE DE MATOS, Delegado(a) de Polícia Civil, comigo, escrevã(o) Kennedy De Carvalho Andrade, às 12h:45min, compareceu a PESSOA a seguir qualificada:

**SEBASTIÃO JOSÉ DA SILVA**, conhecido por \_\_\_\_\_, Identidade nº 05554923-2-IFP/RJ, CPF nº \_\_\_\_\_, nacionalidade brasileiro(a), estado civil: casado, profissão: agricultor, filho(a) de José Antonio Da Silva E Cícera Gonçalves Da Silva, natural de Jacaraú/PB, nascido(a) em 19/04/1953, do sexo masculino, residente e domiciliado(a) no(a) Rua Vereador Pedro Luiz Da Silva nº 202, bairro São José – Jacaraú/PB, tendo como ponto de referência: \_\_\_\_\_, fone(s) para contato: (83)- 98853-8970.

a quem lhe foi esclarecido a respeito das penas cominadas ao crime de FALSIDADE IDEOLÓGICA (CP, art. 299), tendo declarado que compareceu à esta Delegacia de Polícia Civil para narrar/registrar/informar/noticiar conforme segue:

- 1) NATUREZA DO FATO: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**;
- 2) DATA DO FATO: 01 de setembro de 2018;
- 3) HORÁRIO: 21h:30min;
- 4) LOCAL: Rodovia Pb-085, Que Liga As Cidades De Duas Estradas-Pb A Sertãozinho-Pb nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_;
- 5) UNIDADE DE SAÚDE PARA A QUAL O ACIDENTADO FOI ENCAMINHADO: hospital municipal de Lagoa de Dentro-PB.;
- 6) O COMUNICANTE/VÍTIMA CONDUZIA O VEÍCULO? NÃO;
- 7) SENDO O(A) COMUNICANTE CONDUTOR(A) DO VEÍCULO ENVOLVIDO NO ACIDENTE, É ELE HABILITADO? PREJUDICADO;
- 8) O VEÍCULO DO(A) COMUNICANTE/VITIMA ENCONTRA-SE EM DIA COM AS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS? PREJUDICADO.

**6) DESCRIÇÃO DO(S) VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S) NO ACIDENTE:**

GM/CELTA, NIV: 9BGRD08Z02G162283, placa: MOT-4015/PB, ano/modelo: 2002, cor prata, licenciado em nome de MICHEL GOES ESTEVES.

**7) TESTEMUNHA(S) DO FATO/ACIDENTE:**

**NÃO HOUVE**

**8) BREVE RESUMO DO FATO:**

QUE notifica o acidente automobilístico cuja vítima fatal foi sua filha: ANDRÉA FÉLIX DA SILVA, CPF: 096.758.114-12; QUE sua filha viajava no veículo acima mencionado, conduzido por um indivíduo ainda não identificado; QUE este indivíduo passou em alta velocidade por uma linha férrea, perdeu o controle do veículo, capotou e caiu em um açude; QUE ANDRÉA foi socorrida para o hospital municipal de Lagoa de Dentro, onde já chegou sem vida.

**9) OBSERVAÇÕES:**

**NÃO HOUVE.**

Nada mais a consignar, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo(a) noticiante, e por mim, escrevã(o) que digitei.

*SEBASTIÃO JOSÉ DA SILVA*

**SEBASTIÃO JOSÉ DA SILVA**  
Comunicante

*Kennedy De Carvalho Andrade*  
**Kennedy De Carvalho Andrade**  
Escrivão/Agente Mat nº 155.335-6



Rua São João, 35, Centro – Jacaraú – PB. Cep.: 58.278-000







# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Cartório do Registro Civil  
Nascimentos Casamentos e Óbitos

Marisa de Castro  
Oficial do Registro Civil  
Comarca de Jacaraú-PB

## CERTIDÃO DE ÓBITO

ANDRÉA FELIX DA SILVA

CPF  
096.758.114-12

MATRÍCULA  
073155 01 55 2018 4 00006 127 0003558-96

SEXO ☐ FEMININO ☐ COR ☐ PARDAS ☐ ESTADO CIVIL E IDADE  
SOLTEIRA - 25 ANOS DE IDADE

NATURALIDADE ☐ JACARAÚ-PB ☐ DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO ☐ RG 3556661 ☐ ELEITOR ☐ SIM

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA  
Sebastião José da Silva e Maria da Luz Felix da Silva

RESIDENTE RUA VEREADOR PEDRO LUIZ DA SILVA, 202, CASA, SÃO JOSÉ, JACARAÚ, PB

DATA E HORA DE FALECIMENTO  
PRIMEIRO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO - ÀS 22:00 H ☐ DIA 01 ☐ MÊS 09 ☐ ANO 2018

LOCAL DE FALECIMENTO  
EM VIA PÚBLICA (OUTROS), EM LAGOA DE DENTRO-PB, DE ACORDO COM A REQUISIÇÃO DA DELEGACIA VÍTIMA DE AFOGAMENTO

CAUSA DA MORTE  
ASFIXIA POR AFOGAMENTO

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (município e cemitério, se conhecido) ☐ SEPULTADO NO CEMITÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, DE JACARAÚ-PB. ☐ DECLARANTE  
SEBASTIÃO JOSÉ DA SILVA (PAI) CPF 534.186.547-20

NOME E NÚMERO DE DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO  
Dra. SILVANA MARIA GOMES DE MIRANDA LINHARES CRM Nº 4713

AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES À ACRESCER  
Registro feito em doze de setembro de dois mil e dezoito Título de eleitor n.º 042545091295, carteira de trabalho n.º 38366 série n.º 00032, nascida em 22/08/1993. A falecida deixa um filho menor: Pedro Gabriel Felix Cavalcanti, nascido em: 31/08/2015. Não deixa bens. Ato registrado pela Oficiala do Registro Civil Marisa de Castro. SELO DIGITAL N.º AGW78329-SE7J - consulte autenticidade em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> .. NADA MAIS.

ANOTAÇÕES DE CADASTRO  
SEM INFORMAÇÃO  
\* As anotações de cadastro acima não dispensam a parte interessada da apresentação do documento original, quando exigido pelo órgão solicitante ou quando necessário para identificação de seu portador.

SERVIÇO REGISTRAL DAS PESSOAS NATURAIS  
MARISA DE CASTRO - Oficial  
RUA: PRESIDENTE JOÃO PESSOA, Nº158 - CENTRO -  
JACARAÚ - PB CEP: 58278-000  
Tel/Fax: 083 3295-1012  
E-mail: marisadecastroa@bol.com.br

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.  
JACARAÚ, 12 de setembro de 2018

*Marisa de Castro*

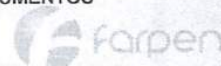


ISENTO DE EMOLUMENTOS



VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Nº 716857 B







REQUISIÇÃO DE EXAME nº 1580/2018  
**EXAME REQUISITADO: EXAME REMOÇÃO/CADAVÉRICO**  
Autoridade Requisitante: Del. Pol. LÍDIA COSTA VELOSO  
João Pessoa/PB, 02/09/2018

**SENHOR(A) GERENTE EXECUTIVO(A),**

Requisito a **REMOÇÃO/EXAME CADAVÉRICO** na pessoa de informações a seguir:

**ANDRÉA FELIX DA SILVA**, brasileiro(a), solteiro(a), vendedora, alfabetizado(a), portador(a) do RG 3.556.661 2ª Via SSPPB, CPF 096.758.114-12, filho(a) de Sebastião José da Silva e de Maria da Luz Felix da Silva, nascido(a) aos 22.08.1993, 25 anos, natural de Jacaraú, PB, residente, quando em vida, na Rua Ver. Luiz Pedro da Silva, 202, São José, Jacaraú, PB.

HISTÓRICO: Segundo informações do senhor Sebastião José da Silva, portador do RG 05554923-2 IFP/RJ, genitor da vítima, o(a) periciada no dia 01.09.2018, por volta do 23:00hs, estava no interior de um veículo, na zona rural do município de Duas Estradas, quando o condutor perdeu o controle do veículo capotando-o, caindo dentro de um açude; Que a vítima foi socorrida para o hospital de Lagoa de Dentro; Que o médico Dr. Felipe de P. Escarião, CRM-PB 8853 declarou que a vítima veio à óbito no mesmo dia, provavelmente por afogamento.

**REQUISITO TAMBÉM O ENVIO DO LAUDO PARA A DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE DUAS ESTRADAS/PB.**

*Assinatura*  
02/09/18  
Maria do Socorro Nascimento Ferreira  
Matriculada 9.584-4

*Assinatura*  
**LÍDIA COSTA VELOSO**  
Delegado(a) de Polícia Civil



Ao Senhor  
Gerente Executivo do GEMOL/IPC  
Instituto de Polícia Científica - IPC  
João Pessoa, PB

Recebi a primeira via desta  
requisição, João Pessoa,

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_.





# ESTADO DA PARAIBA POLÍCIA MILITAR



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº \_\_\_\_\_

Nº CIOP/COPOM: \_\_\_\_\_

UOp/SUOp

Data da Ocorrência

Hora

22 h 30 min.

Endereço da Ocorrência (Rua, Bairro, Cidade e Nº)

Ent. Duas Estradas e Jortãozinho

Ponto de Referência

Natureza da Ocorrência

Código da Ocorrência

Comandante da Guarda (Nome, Posto/Grad. e Matrícula)

Prefixo da Viatura

Motorista (Nome, Grad. e Matrícula)

Patrulheiro 01 (Nome, Grad. e Matrícula)

Patrulheiro 02 (Nome, Grad. e Matrícula)

Nome Completo do Solicitante

Número(s) do(s) Telefone(s) do Solicitante(s)

Endereço Completo do Solicitante (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF)

**Acusado(s)**

Nome Completo

Data de Nascimento (d/m/a)

Nome Completo da Genitora

Nº RG/Órgão Expedidor

Nº CPF

Endereço Completo (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF)

Nº CNH

Ponto de Referência

Profissão Declarada

Informações Biométricas

Cor da Pele:

Altura Estimada:

Cor dos Cabelos:

Cor dos Olhos:

Compleição Física: ( ) Normal ( ) Magro ( ) Gordo

Marca(s) Característica(s) (Assinalar)

Alcunha

( ) Tatuagem ( ) Cicatriz ( ) Sinal de Nascimento ( ) Outros

(Descrever Marca Característica)

Nome Completo

Data de Nascimento (d/m/a)

Nome Completo da Genitora

Nº RG/Órgão Expedidor

Nº CPF

Endereço Completo (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF)

Nº CNH

Ponto de Referência

Profissão Declarada

Informações Biométricas

Cor da Pele:

Altura Estimada:

Cor dos Cabelos:

Cor dos Olhos:

Compleição Física: ( ) Normal ( ) Magro ( ) Gordo

Marca(s) Característica(s) (Assinalar)

Alcunha

( ) Tatuagem ( ) Cicatriz ( ) Sinal de Nascimento ( ) Outros

(Descrever Marca Característica)

**Vítima(s)**

Nome Completo

Data de Nascimento (d/m/a)

Nome Completo da Genitora

Nº RG/Órgão Expedidor

Nº CPF

Endereço Completo (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF)

Nº CNH

Ponto de Referência

Nº Telefone(s)

Profissão Declarada

Nome Completo

Data de Nascimento (d/m/a)

Nome Completo da Genitora

Nº RG/Órgão Expedidor

Nº CPF

Endereço Completo (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF)

Nº CNH

Ponto de Referência

Nº Telefone(s)

Profissão Declarada

**Testemunha(s)**

Nome Completo

Data de Nascimento (d/m/a)

Número(s) do(s) Telefone(s) da Testemunha(s)

Nº RG/Órgão Expedidor

Nº CPF

Endereço Completo (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF)

Nº CNH

Ponto de Referência

Profissão Declarada

Nome Completo

Data de Nascimento (d/m/a)

Número(s) do(s) Telefone(s) da Testemunha(s)

Nº RG/Órgão Expedidor

Nº CPF

Ponto de Referência

Profissão Declarada







I	1 Tipo de óbito <input type="checkbox"/> Fetal <input checked="" type="checkbox"/> Não Fetal	2 Data do óbito 01/09/2018 22:00	3 Cartão SUS	4 Naturalidade Paraná / PA
	5 Nome do Falecido ANDREA FELIX DA SILVA			
	6 Nome do Pai Sébastien pereira da Silva		7 Nome da Mãe Maries da Cruz Felix da Silva	
	8 Data de nascimento 23/08/1993	9 Idade 24	10 Sexo <input checked="" type="checkbox"/> M - Masc. <input type="checkbox"/> F - Fem.	11 Raça/Cor <input checked="" type="checkbox"/> Branca <input type="checkbox"/> Preta <input type="checkbox"/> Amarela
II	12 Situação conjugal <input checked="" type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Casado <input type="checkbox"/> Viúvo		13 Escolaridade (última série concluída) Nível <input type="checkbox"/> Sem escolaridade <input type="checkbox"/> Fundamental I (1ª a 4ª Série) <input type="checkbox"/> Fundamental II (5ª a 8ª Série)	
	14 Ocupação habitual (Informar anterior, se aposentado / desempregado) Do lar		15 Logradouro (rua, praça, avenida, etc) Rua Deodoro da Silva	
	16 CEP		17 Bairro/Distrito São José	
	18 Município de residência Paraná		19 UF PR	
III	20 Local de ocorrência do óbito <input type="checkbox"/> Hospital <input type="checkbox"/> Domicílio <input type="checkbox"/> Outros		21 Estabelecimento	
	22 Endereço de ocorrência (rua, praça, avenida, etc)		23 CEP	
	24 Bairro/Distrito		25 Município de ocorrência Bossa do Dentista	
	26 UF PR			
IV	PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PARA ÓBITOS FETAIS E DE MENORES DE 1 ANO - INFORMAÇÕES SOBRE A MÃE			
	27 Idade (anos) 99		28 Escolaridade (última série concluída) Nível <input type="checkbox"/> Sem escolaridade <input type="checkbox"/> Fundamental I (1ª a 4ª Série) <input type="checkbox"/> Fundamental II (5ª a 8ª Série)	
	29 Número de filhos vivos 99		30 Nº de semanas de gestação 99	
	31 Tipo de gravidez <input type="checkbox"/> Única <input type="checkbox"/> Dupla <input type="checkbox"/> Tripla e mais		32 Tipo de parto <input type="checkbox"/> Vaginal <input type="checkbox"/> Cesáreo	
V	33 Morte em relação ao parto <input type="checkbox"/> Antes <input type="checkbox"/> Durante <input type="checkbox"/> Depois		34 Peso ao nascer 99	
	35 Número da Declaração de Nascimento Vivo		36 Recebeu assist. médica durante a doença que ocasionou a morte? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Ignorado	
	37 A morte ocorreu <input type="checkbox"/> Na gravidez <input type="checkbox"/> No abortamento <input type="checkbox"/> De 43 dias a 1 ano após o término da gestação		38 Necrópsia? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Ignorado	
	39 CAUSAS DA MORTE PARTE I Doença ou estado mórbido que causou diretamente a morte. CAUSAS ANTECEDENTES Estados mórbidos, se existirem, que produziram a causa acima registrada, mencionando-se em último lugar a causa básica.		40 ANOTE SOMENTE UM DIAGNÓSTICO POR LINHA a) <u>Atividade por Apogamento</u> b) <u>---</u> c) <u>---</u> d) <u>---</u>	
VI	41 Nome do Médico SILVANA MAG DE M. LINDHART		42 CRM 4713	
	43 Meio de contato (telefone, fax, e-mail, etc) 32185214		44 Data do atestado 02/09/2018	
	45 Assinatura Silvana Mag de M. Lindhart		46 Óbito atestado por Médico <input checked="" type="checkbox"/> Assistente <input type="checkbox"/> Substituto <input type="checkbox"/> IML	
	47 Município e UF do SVO ou IML Paraná / PA		48 Nome do Médico SILVANA MAG DE M. LINDHART	
VII	49 PROVÁVEIS CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE NÃO NATURAL (Informações de caráter estritamente epidemiológico) 49 Tipo <input type="checkbox"/> Acidente <input type="checkbox"/> Suicídio <input type="checkbox"/> Homicídio <input type="checkbox"/> Outros		50 Fonte da informação <input type="checkbox"/> Ocorrência Policial Nº <input type="checkbox"/> Hospital <input type="checkbox"/> Família <input type="checkbox"/> Outra	
	51 Descrição sumária do evento De acordo com a investigação da delegacia vítima de apogamento		52 Tipo de local de ocorrência do acidente ou violência <input type="checkbox"/> Via pública <input type="checkbox"/> Estabelecimento comérc <input type="checkbox"/> Endereço de residência <input type="checkbox"/> Outro domicílio	
	53 Endereço do local do acidente ou violência Logradouro (rua, praça, avenida, etc) Rua Deodoro da Silva		54 Registro Código	
	55 Cartório Código		56 Data	







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

# Certidão de Nascimento

NOME:

**PEDRO GABRIEL FELIX CAVALCANTI**

MATRÍCULA

**0723630155 2015 1 00004 066 0001935 11**

DATA DE NASCIMENTO(POR EXTENSO)

trinta e um de agosto de dois mil e quinze

DIA

31

MÊS

08

ANO

2015

HORA DE NASCIMENTO

20:50

MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO

João Pessoa-PB

MUNICÍPIO DE REGISTRO/UF

Distrito de Timbó-PB

LOCAL DE NASCIMENTO

Hospital General Edson Ramalho - João Pessoa-PB

SEXO

masculino

FILIAÇÃO

JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO e ANDRÉA FELIX DA SILVA

AVÓS

Paterno(s): Jonildo Cavalcanti da Silva, falecido e Rosa Varela de Lima

Materno(s): Sebastião José da Silva e Maria Da Luz Felix da Silva.

GÊMEOS

NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S)

NÃO

NÃO POSSUI

DATA DO REGISTRO (POR EXTENSO)

dez de setembro de dois mil e quinze (10/09/2015).

DNV (DEC. NASC. VIVO)

30694721320

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES

Registro lavrado em 10/09/2015, no livro A-00004, Nº 1935, folha 66.

NOME DO OFÍCIO

Cartório do Registro Civil e Notas

OFICIAL REGISTRADOR

Maria Aparecida da Silva

MUNICÍPIO/UF

Distrito de Timbó-PB

ENDEREÇO

Rua Principal S/N - Distrito de Timbó, Jacaraú-PB - CEP 58278000  
Fone: (83)3295-5172 E-mail:  
aparecidasilvaomfilhos@hotmail.com.br

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.

Distrito de Timbó-PB, 10 de Setembro de 2015

Maria Aparecida da Silva  
Oficial do Registro Civil

Selo Digital: AAB18247-NFIF

Consulte a autenticidade em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

CNPJ 06.174.592/0001-44

CARTÓRIO DISTRITAL DO REGISTRO CIVIL E NOTAS

Maria Aparecida da Silva

TITULAR

Sebastiana Fernandes da Silva Oliveira

ESCREVENTE

TIMBÓ DE JACARAÚ - PB

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Nº 055007-B



**Denatran - RENAVAL**

Roubo/Furto

Não

Placa

MOT4015

Cor

PRATA

Renavam

00781528690

Combustível

GASOLINA

Situação do Veículo

CIRCULACAO

Alarme

Não

Capacidade de Tração do Veículo

1.9

Potência do Veículo

60

Chassi - Nº Série

62283

Município - UF

JOAO PESSOA - PB

Ano Fabricação/Ano Modelo

2002/2002

Câmbio

000525832

Capacidade de Passageiros

5

Espécie do Veículo

PASSAGEIRO

Quantidade de Eixos

N/I

Peso Bruto do Veículo

N/I

Cilindradas

1000

Nº do Eixo Auxiliar Original

N/I

Marca/Modelo

GM/CELTA

Chassi

9BGRD08Z02G162283

Motor

DJ0115275

Tipo do Veículo

AUTOMOVEL

Categoria do Veículo

PARTICULAR

Capacidade de Carga do Veículo

N/I

Carroceria do Veículo

NÃO APLICAVEL

Carroceria

N/I

Nº do Eixo Traseiro Original

N/I

**Documento do Veículo**

Nome Proprietário

MICHEL GOES ESTEVES

Data da Declaração de Importação

N/I

Data de Emissão do Último CRV

08/07/2016

Tipo Importação

N/I

Leilão

Não

Restrições

SEM RESTRICAO

SEM RESTRICAO

SEM RESTRICAO

SEM RESTRICAO

Recall de Montadora

Não

Nº do Documento do Faturamento

59275792009610

Nº do Documento do Importador

N/I

Nº do Documento do Arrendatário

N/I

País de Transferência

INEXISTENTE

CPF/CNPJ do Proprietário

02573370402

Data da Última Atualização

06/07/2016

Data Limite da Restrição Tributária

N/I

Tipo Documento do Importador

INEXISTENTE

Multa RENAINF

Não

Restrição RFB

INEXISTENTE

Restrição RENA/UD

Não

Natureza do Importador

N/I

Órgão da Declaração de Importação

INEXISTENTE

Nº de Identificação do Proprietário Indicado

N/I

Nome Possuidor

MICHEL GOES ESTEVES

Data da Baixa

N/I

Data da Última Atualização MRE

N/I

Nº Processo de Importação

N/I

Comunicação de Venda

Não

Pendência de Emissão de CRV

Não

Recall

Não

Não

Não

Natureza Faturado

JURIDICA

Nº da Declaração de Importação

N/I

Nome Arrendatário

N/I

Origem do Proprietário Indicado

N/I

Nº Documento Possuidor

02573370402

Secretaria Nacional de  
Segurança PúblicaMinistério da  
Justiça e Segurança Pública



Cod. Identificador: 127A4C74-7B70-4229-99B4-26F6D3FA1C0B

Origem Possuidor 1	Procedência NACIONAL	Registro Aduaneiro N/I
Tipo de Documento do Proprietário FISICA	Tipo de Documento do Proprietário Indicado INEXISTENTE	Tipo de Remarcação do Chassi NORMAL
UF de Jurisdição PB	UF do Faturado RS	

**Endereço do Possuidor**

Nome MICHEL GOES ESTEVES	Origem Possuidor PROPRIETARIO	Documento Possuidor FISICA
Nº Documento 02573370402	Endereço, nº RUA JOSE IZIDRO FILHO, SN	Complemento BL 04 APT3 QD 170
Bairro B DAS INDUSTRIAS	Município - UF JOAO PESSOA - PB	Cep 58082074

O sigilo deste documento é protegido e controlado pela Lei Nº 12.527/2011. A divulgação, a revelação, o fornecimento, a utilização ou a reprodução desautorizada de seu conteúdo, a qualquer tempo, meio e modo, inclusive mediante acesso ou facilitação de acessos indevidos, constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidades penais, civis e administrativas.

Secretaria Nacional de  
Segurança PúblicaMinistério da  
Justiça e Segurança Pública

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

09:31

Japão confirma pela primeira vez morte de trabalhador de Fukushima por radiação (<https://portalindependente.com/fukushima-por-radiacao/>)



(<https://portalindependente.com/>)

## JOVEM DA CIDADE DE JACARAÚ MORRE EM GRAVE ACIDENTE NA PB 085

Home (<https://Portalindependente.Com>) > Policial (<https://Portalindependente.Com/Editorias/Policial/>) > JOVEM DA CIDADE DE JACARAÚ MORRE EM GRAVE ACIDENTE NA PB 085







Publicado por Gibal Martiliano | 02.09.2018 às 10:53

Uma jovem da cidade de Jacaraú veio a óbito em um grave acidente na madrugada deste domingo (02), na rodovia PB 085 entre os municípios de Duas Estradas e Sertãozinho, agreste Paraibano.

De acordo com as informações, o acidente aconteceu após a linha férrea próximo ao engenho Serra Limpa, o condutor perdeu o controle do carro e chegou a cair em um pequeno açude as margens da rodovia, o mesmo estava com mais 4 pessoas sendo que a vítima foi a jovem Andréa Felix, filha de Tião do caldo de cana.

Felipe Silva

Compartilhe:



[rtalindependente.com/jovem-da-cidade-de-jacarau-morre-em-grave-acidente-na-pb-085/](http://portalindependente.com/jovem-da-cidade-de-jacarau-morre-em-grave-acidente-na-pb-085/)

2/9



## SINISTRO 3180458836 - Resultado de consulta por beneficiário

---

**VÍTIMA** ANDREA FELIX DA SILVA

**COBERTURA** Morte

**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** LIFE ASSESSORIA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA

**BENEFICIÁRIO** PEDRO GABRIEL FELIX CAVALCANTI

**Posição em 26-10-2018 13:19:27**

Seu pedido de indenização foi avaliado por nossa equipe técnica e identificamos pendências na documentação apresentada que impedem a conclusão de seu processo. Por favor, regularize os documentos listados abaixo e entregue-os, o quanto antes, no mesmo local onde você deu entrada para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Descrição	Tipo	Status	Nome
➔ Laudo do IML - Necrópsia	Vitima	Pendente	



 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			<b>Número do boleto:</b> 107.4.18.00318/01
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Jacarau	<b>Classe Processual:</b> ACAO CIVIL COLETIVA - CIVEL - 63	<b>Data de emissão:</b> 14/12/2018
<b>Número da guia:</b> 107.2018.600318 <b>Tipo da Guia:</b> Custas Prévias			<b>Data de vencimento:</b> 31/12/2018
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 988,20 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Despesas processuais postais: R\$ 15,56 - Despesas processuais com mandados: R\$ 59,29 - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>UFR vigente:</b> R\$ 49,41
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7228.039-6
			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.266,90
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866000000129 669009283187 520181231108 741800318015 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.266,90

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			<b>Número do boleto:</b> 107.4.18.00318/01
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Jacarau	<b>Classe Processual:</b> ACAO CIVIL COLETIVA - CIVEL - 63	<b>Data de emissão:</b> 14/12/2018
<b>Número da guia:</b> 107.2018.600318 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias			<b>Data de vencimento:</b> 31/12/2018
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 988,20 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Despesas processuais postais: R\$ 15,56 - Despesas processuais com mandados: R\$ 59,29 - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>UFR vigente:</b> R\$ 49,41
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7228.039-6
			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.266,90
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866000000129 669009283187 520181231108 741800318015 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.266,90

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			<b>Número do boleto:</b> 107.4.18.00318/01
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Jacarau	<b>Classe Processual:</b> ACAO CIVIL COLETIVA - CIVEL - 63	<b>Data de emissão:</b> 14/12/2018
<b>Número da guia:</b> 107.2018.600318 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias			<b>Data de vencimento:</b> 31/12/2018
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 988,20 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Despesas processuais postais: R\$ 15,56 - Despesas processuais com mandados: R\$ 59,29 - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>UFR vigente:</b> R\$ 49,41
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7228.039-6
			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.266,90
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866000000129 669009283187 520181231108 741800318015 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.266,90





## **DESPACHO**

Processo nº 0800022-58.2019.8.15.1071

Vistos, etc.

DEFIRO a gratuidade processual, com os benefícios a ela inerentes, vez que presentes os requisitos à sua concessão.

Em razão da inviabilidade da autocomposição com relação à Seguradora demandada, deixo de designar a audiência de conciliação/mediação disposta no art. 334, do CPC.

CITE-SE o demandado, pessoalmente, por Carta com aviso de recebimento, no endereço declinado na peça proemial, para querendo, contestar a presente demanda, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, devendo ser advertido de que não contestada a ação, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344, CPC).

P.I. e Cumpra-se, com a observância das cautelas atinentes à espécie.

Diligências necessárias.

**JACARAÚ/PB, 23 de janeiro de 2019**

**JUIZ (A) DE DIREITO**







**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**Vara Única de Jacaraú**

PROCESSO Nº 0800022-58.2019.8.15.1071

PROCEDIMENTO COMUM (7)  
[ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO, SEBASTIAO JOSE DA SILVA, MARIA DA  
LUZ FELIX DA SILVA  
RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

**CARTA DE CITAÇÃO**

De ordem do MM Juiz de Direito deste Juízo, em cumprimento ao despacho proferido nos autos da ação acima identificada, nos termos do art. 275 e seguintes do CPC, **CITO** Nome: BRADESCO SEGUROS S/A Endereço: PQ SOLON DE LUCENA, 641, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-131, para que tome conhecimento de todo o conteúdo da Ação supra, e, querendo, contestá-la, no prazo de **15** (quinze) dias, nos termos do artigo 222 e seguintes, do CPC. A contestação deverá ser elaborada e instruída nos moldes do art. 285 do CPC.

**ADVERTÊNCIA:** Caso o promovido(a), ora citado(a), não ofereça(m) contestação, serão presumidos como verdadeiros os fatos alegados contra ele(a).

Encaminha-se anexa cópia da petição inicial.

JACARAÚ-PB, 31 de janeiro de 2019.

**ANA CLAUDIA DA SILVA CARNEIRO**  
Técnico Judiciário



**PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:**

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "**Número do documento**" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

XXXXXXXXXXXXXX



## **CERTIDÃO**

Certifico para os devidos fins, que deixei de cumprir o presente mandado em virtude do endereço da parte mencionada ser Parque Solon de Lucena, 641- centro - João Pessoa-PB, que não pertence a esta comarca. O referido é verdade e dou fé.

JACARAÚ, 05 de fevereiro de 2019.

SEVERINO FRANCISCO DE MORAES NETO





## CERTIDÃO

Certifico que o Aviso de Recebimento (AR) foi devolvido nesta data e anexado ao Autos.

JACARAÚ

11 de março de 2019

SHERLLA MARIA GONZAGA



PREENCHER COM LETRA DE FÓRMA

**AR**

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE		
<p>NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM / RAZON SOCIAL E DU DESTINATAIRE</p> <p>Ao          Senhor Representante Legal da  <b>Bradesco Seguros S/A</b>          Parque Solon de Lucena, 641, Centro,  <b>CEP: 58.013-131 João Pessoa - PB.</b></p>		
<p>Carta de Citação          Processo 0800022-58.2019.815.1071 JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO          representando pelo seu genitor Sebastião José da Silva</p>		
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		<input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DECLARE
<p>NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR</p> <p><i>Rosmary Soares Porto</i></p>		<p>DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION</p> <p>15/02/19</p>
<p>Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR</p>		<p>CARIMBO DE ENTREGA / COMIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION</p> <p>15 FEV 2019</p>
<p>RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT</p> <p><i>Carteiro</i>          MAT 8.478.231-8</p>		
<p>CO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO</p>		

FC0463 / 16

114 x 186 mm





AVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVIS CN07

AR

JT 07985609 7 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT  
13 FEB 2019

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT  
13 FEB 2019

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

h	h	h
:	:	:
h	h	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL  
BRÉSIL

5 8 2 7 8 0 0 0



SEGUE ANEXO.



**SUBSTABELECIMENTO**

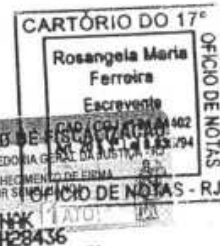
Na qualidade de procuradores da **BRDESCO SEGUROS S/A**, doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato anexo, substabeleço, com reservas de iguais, na pessoa dos **Drs. JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE n.º 4.246; **HENRIQUE ALBERTO FARIA MOTTA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ n.º 113.815; **FABIO JOÃO DA SILVA SOITO**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ n.º 114.089. Com escritório situado a Rua São José, 90, grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro, RJ- CEP 20.010-020 os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, ficando, desde já, **VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta n.º 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF n.º 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP n.º 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 2012.

  
**Maristella de Farias Melo Santos**

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800  
Reconheço por semelhança a firma de: MARISTELLA DE FARIAS MELO  
SANTOS (Cod: 08842237167R)  
Rio de Janeiro, 23 de novembro de 2012. Conf. por \_\_\_\_\_  
Em testemunho \_\_\_\_\_ da verdade Serventia \_\_\_\_\_  
30% TJ+FUNDOS  
Total \_\_\_\_\_

Rosângela Maria Ferreira - Aut.





## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

23º OFÍCIO DE NOTAS  
CARTÓRIO GUIDO MACIEL  
ARY SUCENA FILHO - TAB. EM EXERCÍCIO  
JOSÉ SALMAZO - SUBSTITUTO

AV. NILO PEÇANHA, 26 - 3º ANDAR - RIO DE JANEIRO - RJ TEL.: 2533-6505 / 2533-8744

ATO Nº 007 PROCURAÇÃO bastante que faz, BRADESCO SEGUROS S.A.,  
LIVRO Nº 9473 na forma abaixo:  
FOLHA Nº 008

S A I B A M quantos esta virem que aos cinco (05) dias do mês de junho do ano de dois mil e doze (05/06/2012), nesta cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Barão de Itapagipe, nº 225, Rio Comprido, onde a chamado vim e perante mim, LUCY DUARTE GUIMARÃES, Escrevente, CTPS nº 39850/243-RJ, compareceu como OUTORGANTE - BRADESCO SEGUROS S.A., com sede em São Paulo/SP, na Av. Paulista, nº. 1.415, Parte, CEP: 01311-200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 33.055.146/0001-93, neste ato, representada, por seu Diretor Gerente: IVAN LUIZ GONTIJO JÚNIOR, brasileiro, casado, advogado, portador da OAB/RJ nº 44.902 e no C.P.F. 770.025.397-87, e seu Diretor: HAYDEWALDO ROBERTO CHAMBERLAIN DA COSTA, brasileiro, casado, contador, portador da CI/CRC-RJ nº 075823/O-9, inscrito no C.P.F. sob o nº. 756.039.427-20, ambos domiciliados em São Paulo/SP, com endereço comercial na Avenida Paulista, nº 1.415, Bela Vista, ora de passagem por esta cidade; por mim identificados, conforme documentos mencionados, do que dou fé e perante mim, pela OUTORGANTE, por seus representantes legais, me foi dito que por este público instrumento, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, MARCELO DAVOLI LOPES, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06; MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26, GUSTAVO CORRÊA RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 110.459, inscrito no CPF/MF sob o número 053.004.067-08, todos com escritório à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, CEP 20031-205, no Município do Rio de Janeiro, RJ, aos quais, independentemente da ordem de nomeação, confere plenos poderes, incluindo a Cláusula *Ad Judicia et Extra*, para atuar no foro em geral, em qualquer Instância, Juízo ou Tribunal nas ações ou recursos competentes, e defender a Outorgante nas ações que lhe são contrárias, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, nomear prepostos para representar a Outorgante nas ações em que é parte, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007. A presente revoga a procuração lavrada nestas notas, livro nº 9157, fls. 114, ato nº 113, de 08/01/2010. Lavrada sob minuta. Foram expedidas 2 certidões a pedido da OUTORGANTE. Certifico que pelo presente ato são devidas custas no valor de R\$ 18,03 a que se refere a Tabela VII, nº 2, letra "b"; R\$ 6,82 a que se refere a Tabela I item 9; R\$ 5,23 a que se refere a comunicações; R\$ 6,01 a que se refere a Lei 3.217/99; R\$ 10,25 a que se refere a Mutua dos Magistrados/ ACOTERJ; R\$ 1,50 a que se refere ao FUNDPERJ; R\$ 1,50 a que se refere ao FUNPERJ; R\$ 24,51 a que se refere a distribuição. Assim o disse e me pediu que lhe lavrasse a presente que li, aceita e





JUCESP  
13 07 11

JUCESP PROTOCOLO  
0.632.708/11-6



**Bradesco Seguros S.A.**  
**CNPJ nº 33.055.146/0001-93 - NIRE 35.300.329.091**  
**Grupo Bradesco de Seguros e Previdência**  
**Ata da 129ª Assembleia Geral Extraordinária e 76ª Assembleia**  
**Geral Ordinária realizadas cumulativamente em 30.3.2011**

*Data, Hora e Local:* Aos 30 dias do mês de março de 2011, às 13h, na sede social, Avenida Paulista, 1.415, parte, Bela Vista, São Paulo, SP.

*Quorum:* Compareceram, identificaram-se e assinaram o Livro de Presença os representantes da Bradseg Participações Ltda., única acionista da Sociedade. Verificou-se também a presença dos senhores Marcos Suryan Neto, Diretor Gerente, e Edison Arisa Pereira, representante da empresa PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

*Mesa:* Presidente: Marco Antonio Rossi; Secretário: Ivan Luiz Gontijo Júnior.

*Convocação:* dispensada a convocação por Edital, de conformidade com o disposto no Parágrafo Quarto do Artigo 124 da Lei nº 6.404, de 1976.

**Ordem do Dia:**

**Assembleia Geral Extraordinária:**

- Examinar propostas da Diretoria para:

- a) aumentar o Capital Social no valor de R\$1.000.000.000,00, elevando-o de R\$4.900.000.000,00 para R\$5.900.000.000,00, sem emissão de ações, mediante capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária", de acordo com o disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a consequente alteração do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social;
- b) alterar o Estatuto Social no Artigo 7º, reduzindo de 4 (quatro) para 3 (três) o número mínimo de cargos na Diretoria, eliminando o cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo, e, por consequência, nos Parágrafos Segundo e Quinto do 8º, Artigo 10 e Inciso "I" do Artigo 13.

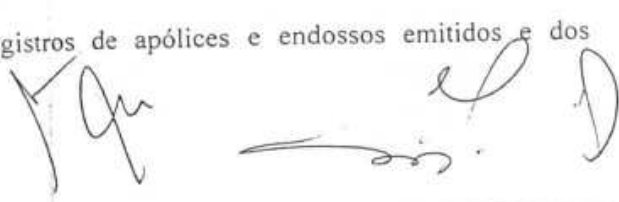


JUCESP  
13 07 11

Ata da 129ª Assembleia Geral Extraordinária e 76ª Assembleia Geral Ordinária da Bradesco Seguros S.A. - Grupo Bradesco de Seguros e Previdência – realizadas cumulativamente em 30.3.2011 - CNPJ nº 33.055.146/0001-93 - NIRE 35.300.329.091 .2.

**Assembleia Geral Ordinária:**

- I) tomar conhecimento do Relatório da Administração, do Parecer Atuarial e do Relatório dos Auditores Independentes, e examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2010;
- II) deliberar sobre proposta da Diretoria para destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31.12.2010 e distribuição de dividendos;
- III) eleger os membros da Diretoria da Sociedade;
- IV) fixar o montante global anual da remuneração dos Administradores;
- V) ratificar as seguintes designações de Diretor responsável:
  - pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3.3.1998, que trata dos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores;
  - pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade;
  - pela implementação de controles internos das atividades da Sociedade;
  - pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes.
- VI) designar, perante a SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, o Diretor:
  - de Relações com a SUSEP;
  - responsável pela Área Técnica de Seguros;
  - responsável administrativo-financeiro;
  - responsável pelos registros de apólices e endossos emitidos e dos cosseguros aceitos.



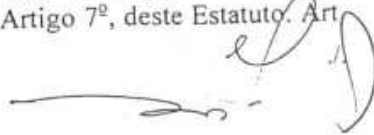
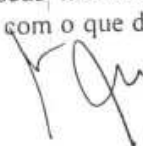
JUCESP  
13 07 11

Ata da 129ª Assembleia Geral Extraordinária e 76ª Assembleia Geral Ordinária da Bradesco Seguros S.A. - Grupo Bradesco de Seguros e Previdência – realizadas cumulativamente em 30.3.2011 - CNPJ nº 33.055.146/0001-93 - NIRE 35.300.329.091 3.

*Deliberações:*

**Assembleia Geral Extraordinária:**

- aprovadas, sem qualquer alteração ou ressalva, as Propostas da Diretoria, registradas na Reunião daquele Órgão, de 25.3.2011, a seguir transcritas: "I) Aumentar o Capital Social no valor de R\$1.000.000.000,00, elevando-o de R\$4.900.000.000,00 para R\$5.900.000.000,00, sem emissão de ações, mediante capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros – Estatutária", de acordo com o disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76. Se aprovada esta proposta, a redação do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social passa a ser a seguinte: "Art. 6º) O Capital Social é de R\$5.900.000.000,00 (cinco bilhões e novecentos milhões de reais), dividido em 750.693 (setecentas e cinquenta mil, seiscentas e noventa e três) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal."; II) Alterar o Estatuto Social no Artigo 7º, reduzindo de 4 (quatro) para 3 (três) o número mínimo de cargos na Diretoria, eliminando o cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo, e, por consequência, nos Parágrafos Segundo e Quinto do 8º, Artigo 10 e Inciso "I" do Artigo 13. Se aprovada esta proposta, as redações dos Artigos 7º, Parágrafos Segundo e Quinto do 8º, Artigo 10 e Inciso "I" do Artigo 13 do Estatuto Social passarão a ser as seguintes: Art. 7º) A Sociedade será administrada por uma Diretoria, eleita pela Assembleia Geral, com mandato de 1 (um) ano, composta de 3 (três) a 12 (doze) membros, sendo 1 (um) Diretor-Presidente, de 1 (um) a 6 (seis) Diretores Gerentes e de 1 (um) a 5 (cinco) Diretores. Art. 8º) **Parágrafo Segundo** – Ressalvadas as exceções previstas expressamente neste Estatuto, a Sociedade só se obriga mediante assinaturas, em conjunto, de no mínimo 2 (dois) Diretores, devendo um deles estar no exercício do cargo de Diretor-Presidente ou Diretor Gerente. **Parágrafo Quinto** – Em caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, inclusive do Diretor-Presidente, a própria Diretoria escolherá o substituto interino dentre seus membros. Em caso de vaga, a eleição do substituto se fará de acordo com o que dispõe o Artigo 7º, deste Estatuto. Art.



JUCESP  
13 07 11

**Ata da 129ª Assembleia Geral Extraordinária e 76ª Assembleia Geral Ordinária da Bradesco Seguros S.A. - Grupo Bradesco de Seguros e Previdência – realizadas cumulativamente em 30.3.2011 - CNPJ nº 33.055.146/0001-93 - NIRE 35.300.329.091 .4.**

10) Além das atribuições normais que lhe são conferidas pela lei e por este Estatuto, compete especificamente a cada membro da Diretoria: a) Diretor-Presidente: I. presidir as reuniões da Diretoria, supervisionar e coordenar a ação dos seus membros; II. distribuir entre os Diretores Gerentes e Diretores, atribuições nas diversas áreas operacionais e administrativas da Sociedade; III. dirimir dúvidas ou controvérsias surgidas na administração executiva da Sociedade; b) Diretores Gerentes: auxiliar o Diretor-Presidente, supervisionando e coordenando as Diretorias que lhe ficarem afetas; c) Diretores: coordenar e dirigir as atividades de suas respectivas Diretorias, reportando-se ao Diretor Presidente ou Diretor (es) Gerente (es) a que ficarem subordinados. Art. 13) Para exercer o cargo de Diretor é necessário, ainda, que o candidato, na data da eleição, tenha: I. Diretor-Presidente e Diretor Gerente – menos de 65 (sessenta e cinco) anos de idade.”.

**Assembleia Geral Ordinária:**

- I) tomaram conhecimento do Relatório da Administração, do Parecer Atuarial e do Relatório dos Auditores Independentes e aprovaram, sem ressalvas, as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2010, de conformidade com a publicação efetivada em 25.2.2011, no jornal “Diário do Comércio”, páginas 17 a 22; e em 26.2.2011, no jornal “Diário Oficial do Estado de São Paulo”, páginas 9 a 18;
- II) aprovada a proposta da Diretoria registrada na Reunião daquele Órgão, de 22.2.2011, para destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos, conforme segue: “Tendo em vista que esta Sociedade obteve no exercício social encerrado em 31.12.2010 lucro líquido de R\$2.741.493.490,79, propomos que seja destinado da seguinte forma: R\$137.074.674,54 para a conta “Reserva de Lucros - Reserva Legal de 2010”; e, após adicionar o efeito positivo referente à realização da “Reserva de Reavaliação”, no montante de R\$1.530,12, R\$1.842.420.346,37 para a conta





JUCESP  
13 07 11

**Ata da 129ª Assembleia Geral Extraordinária e 76ª Assembleia Geral Ordinária da Bradesco Seguros S.A. - Grupo Bradesco de Seguros e Previdência – realizadas cumulativamente em 30.3.2011 - CNPJ nº 33.055.146/0001-93 - NIRE 35.300.329.091 .5.**

“Reserva de Lucros - Estatutária de 2010”; e R\$762.000.000,00 para pagamento de Dividendos, o qual foi feito em 29.12.2010.”;

- III) para composição da Diretoria, com mandato de 1 (um) ano, até 30.3.2012, foram reeleitos os senhores: **Diretor-Presidente: Marco Antonio Rossi**, brasileiro, casado, securitário, RG 12.529.752/SSP-SP, CPF 015.309.538/55, com domicílio na Avenida Paulista, 1.415, parte, Bela Vista, São Paulo, SP; **Diretores Gerentes: Aurélio Conrado Boni**, brasileiro, casado, bancário, RG 4.661.428/SSP-SP, CPF 191.617.008/00, com domicílio na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP; **Marcos Suryan Neto**, brasileiro, divorciado, securitário, RG 12.925.794-SSP/SP, CPF 014.196.728/51; **Ivan Luiz Gontijo Júnior**, brasileiro, casado, advogado, Registro nº 44.902/OAB, CPF 770.025.397/87, ambos com domicílio na Avenida Paulista, 1.415, parte, Bela Vista, São Paulo, SP; **Marcio Serôa de Araujo Coriolano**, brasileiro, divorciado, economista, RG 2.686.957/IFP-RJ, CPF 330.216.357/68; **Ricardo Saad Affonso**, brasileiro, casado, securitário, RG 04.388.031-9/IFP-RJ, CPF 531.032.627/87, ambos com domicílio na Rua Barão de Itapagipe, 225, parte, Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ; **Norton Glabes Labes**, brasileiro, casado, securitário, RG 3.594.614-3/SSP-SP, CPF 111.610.008/87, com domicílio na Avenida Paulista, 1.415, parte, Bela Vista, São Paulo, SP; **Diretores: Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa**, brasileiro, casado, contador, CRC RJ-075823/0-9, CPF 756.039.427/20; **Enrique Adan Y Coello**, espanhol, casado, securitário, RNE W491.929-4-SE/DPMAF/DPF, CPF 037.520.188-28; **Tarcísio José Massote de Godoy**, brasileiro, casado, securitário, RG 554.548/SSP-DF, CPF 316.688.601/04; e **Alexandre Nogueira da Silva**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, RG 08.473.020-9/IFP-RJ, CPF 026.251.157/69, todos com domicílio na Avenida Paulista, 1.415, parte, Bela Vista, São Paulo, SP, sendo que permanecerão em suas funções até que os nomes dos Diretores que forem eleitos em 2012 recebam a homologação da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e seja a Ata arquivada na Junta Comercial e publicada. Os Diretores reeleitos preenchem as condições previstas na Resolução nº 136, de 7.11.2005, da Superintendência de Seguros



JUCESP  
13 07 11

Ata da 129ª Assembleia Geral Extraordinária e 76ª Assembleia Geral Ordinária da Bradesco Seguros S.A. - Grupo Bradesco de Seguros e Previdência – realizadas cumulativamente em 30.3.2011 - CNPJ nº 33.055.146/0001-93 - NIRE 35.300.329.091 .6.

Privados - SUSEP, e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração de sociedade mercantil em virtude de condenação criminal;

IV) fixados: a) o montante global anual da remuneração dos Administradores, no valor de até R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), a ser distribuída em Reunião da Diretoria, aos membros da própria Diretoria, conforme determina a letra “g” do Artigo 9º do Estatuto Social; b) a verba de até R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), para custear Plano de Previdência Complementar Aberta destinado aos Administradores e Funcionários da Organização Bradesco;

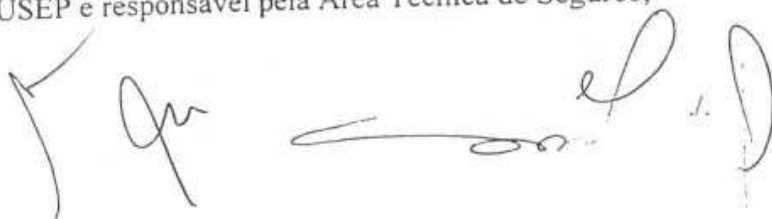
V) ratificadas as seguintes designações:

- senhor *Marcos Suryan Neto* - responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3.3.1998, que trata dos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; pela implementação de controles internos das atividades da Sociedade; e pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes;
- senhor *Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa* - responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade;

VI) designados:

a) o senhor *Tarcísio José Massote de Godoy*:

- 1) em substituição ao senhor Ivan Luiz Gontijo Júnior, como Diretor de Relações com a SUSEP e responsável pela Área Técnica de Seguros;



JUCESP  
13 07 11

**Ata da 129ª Assembleia Geral Extraordinária e 76ª Assembleia Geral Ordinária da Bradesco Seguros S.A. - Grupo Bradesco de Seguros e Previdência – realizadas cumulativamente em 30.3.2011 - CNPJ nº 33.055.146/0001-93 - NIRE 35.300.329.091 .7.**

2) em substituição ao senhor Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa, como Diretor responsável pelos registros de apólices e endossos emitidos e dos cosseguros aceitos;

b) o senhor *Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa*, em substituição ao senhor Samuel Monteiro dos Santos Júnior, como Diretor responsável administrativo-financeiro.

**Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que para as deliberações tomadas, o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata, que lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, que a subscrevem.

**Assinaturas:** Presidente: Marco Antonio Rossi; Secretário: Ivan Luiz Gontijo Júnior; Administrador: Marcos Suryan Neto; Acionista: Bradseg Participações Ltda., por seus procuradores, senhores Carlos Laurindo Barbosa e Johan Albino Ribeiro; Auditor: Edison Arisa Pereira.

**Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas.



**Bradesco Seguros S.A.**

Ivan Luiz Gontijo Júnior

Tarcísio Jose Massore de Godoy



**Bradesco Seguros S.A.**  
**CNPJ nº 33.055.146/0001-93 - NIRE 35.300.329.091**  
**Grupo Bradesco de Seguros e Previdência**  
**Ata Sumária das 138ª Assembleia Geral Extraordinária e**  
**78ª Assembleia Geral Ordinária realizadas**  
**cumulativamente em 26.3.2013**

**Data, Hora e Local:** Em 26.3.2013, às 8h, na sede social, Avenida Paulista, 1.415, parte, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01311-925.

**Mesa:** Presidente: Marco Antonio Rossi; Secretário: Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa.

**Quorum de Instalação:** Totalidade do Capital Social.

**Presença Legal:** Administrador da Sociedade e representante da empresa KPMG Auditores Independentes.

**Publicações Prévias:** Os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, quais sejam, os Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes, as Demonstrações Contábeis e o Parecer Atuarial, relativos ao exercício social findo em 31.12.2012, foram publicados em 28.2.2013, nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo", páginas 153 a 170, e "Diário do Comércio", páginas 21 a 31.

**Edital de Convocação:** Dispensada a publicação, de conformidade com o disposto no §4º do Art.124 da Lei nº 6.404/76.

**Deliberações:**

**Assembleia Geral Extraordinária:**

- 1) aprovada, sem qualquer alteração ou ressalva, a Proposta da Diretoria, registrada na Reunião daquele Órgão de 25.3.2013, dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio, para alterar o Estatuto Social, no Artigo 7º, relativamente à extensão do prazo de mandato dos membros da Diretoria e criando mais um cargo de Diretor Gerente; e no Artigo 13, reduzindo o limite de idade para o exercício do cargo de Diretor-Presidente, de 65 (sessenta e cinco) para 62 (sessenta e dois) anos, e de Diretor Gerente, de 62 (sessenta e dois) para 60 (sessenta) anos, na







**Ata Sumária das 138ª Assembleia Geral Extraordinária e 78ª Assembleia Geral Ordinária da Bradesco Seguros S.A., Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, realizadas cumulativamente em 26.3.2013 - CNPJ nº 33.055.146/0001-93 - NIRE 35.300.329.091 .2.**

data da eleição, bem como a inclusão de Parágrafo Único, estabelecendo a prevalência dos limites de idade atuais aos Diretores da Sociedade em exercício na data de 25.3.2013.

Em consequência, as redações dos Artigos 7º e 13 do Estatuto Social passam a ser as seguintes: "Art. 7º) A Sociedade será administrada por uma Diretoria, eleita pela Assembleia Geral, com mandato de 1 (um) ano, estendendo-se até a posse dos novos Administradores eleitos, composta de 3 (três) a 13 (treze) membros, sendo 1 (um) Diretor-Presidente, de 1 (um) a 6 (seis) Diretores Gerentes e de 1 (um) a 6 (seis) Diretores; Artigo 13) Para exercer o cargo de Diretor é necessário, ainda, que o candidato, na data da eleição, tenha: I) Diretor-Presidente - menos de 62 (sessenta e dois) anos de idade; II. Diretor Gerente e Diretor - menos de 60 (sessenta) anos de idade. **Parágrafo Único** - O limite de idade disposto nos itens "I" e "II" deste Artigo não se aplica aos Diretores da Sociedade em exercício na data de 25.3.2013, aos quais continua prevalecendo o limite de idade de menos de 65 (sessenta e cinco) anos na data da eleição para os cargos de Diretor-Presidente e Diretor Gerente."

- 2) aprovada a alteração da redação da Cláusula Primeira e do Parágrafo Sétimo da Cláusula Terceira da Convenção do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, excluindo as Sociedades Alvorada Vida S.A. e Atlântica Capitalização S.A. A mencionada Convenção consolidada será registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo e ficará arquivada na sede da Sociedade, nos termos da alínea "a" do Parágrafo Primeiro do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76.

**Assembleia Geral Ordinária:**

- 1) tomaram conhecimento dos Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes, das Demonstrações Contábeis e do Parecer Atuarial, relativos ao exercício social findo em 31.12.2012;
- 2) aprovada a proposta da Diretoria, registrada na Reunião daquele Órgão, de 28.2.2013, dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em

U1 D A 1.1



**Ata Sumária das 138ª Assembleia Geral Extraordinária e 78ª Assembleia Geral Ordinária da Bradesco Seguros S.A., Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, realizadas cumulativamente em 26.3.2013 - CNPJ nº 33.055.146/0001-93 - NIRE 35.300.329.091** .3.

livro próprio, para destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31.12.2012 no valor de R\$3.374.682.178,65, conforme segue: R\$168.734.108,93 para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal", e, após acrescido do efeito positivo referente à realização da "Reserva de Reavaliação" no montante de R\$1.530,12, R\$1.175.067.122,59 para a conta "Reserva de Lucros - Estatutária"; e R\$2.030.882.477,25 para pagamento de Dividendos, dos quais: R\$976.882.477,25 foram pagos por deliberação da Diretoria, em Reunião de 1º.8.2012; e R\$1.054.000.000,00 serão pagos até 31.12.2013;

- 3) reeleitos, para compor a Diretoria da Sociedade, os senhores: *Diretor-Presidente: Marco Antonio Rossi*, brasileiro, casado, bancário, RG 12.529.752-X/SSP-SP, CPF 015.309.538/55; *Diretores Gerentes: Aurélio Conrado Boni*, brasileiro, casado, bancário, RG 4.661.428-X/SSP-SP, CPF 191.617.008/00, ambos com domicílio na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP; *Ivan Luiz Gontijo Júnior*, brasileiro, casado, advogado, OAB/RJ nº 44.902, CPF 770.025.397/87, com domicílio na Avenida Paulista, 1.415, parte, Bela Vista, São Paulo, SP; *Marcio Serôa de Araujo Coriolano*, brasileiro, divorciado, economista, RG 02.686.957-8/SSP-RJ, CPF 330.216.357/68, com domicílio na Rua Barão de Itapagipe, 225, parte, Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ; *Tarcísio José Massote de Godoy*, brasileiro, casado, securitário, RG 554.548/SSP-DF, CPF 316.688.601/04; *Norton Glabes Labes*, brasileiro, casado, securitário, RG 3.594.614-3/SSP-SP, CPF 111.610.008/87; *Diretores: Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa*, brasileiro, casado, contador, CRC RJ-075823/0-9, CPF 756.039.427/20; *Enrique Adan Y Coello*, espanhol, casado, securitário, RNE W491.929-4-SE/DPMF/DPF, CPF 037.520.188-28; *Alexandre Nogueira da Silva*, brasileiro, casado, engenheiro de produção, RG 08.473.020-9/IFP-RJ, CPF 026.251.157/69, todos com domicílio na Avenida Paulista, 1.415, parte, Bela Vista, São Paulo, SP; *Mauro Silverio Figueiredo*, brasileiro, separado judicialmente, médico, RG 11.621.057-6/SSP-SP, CPF 045.083.978-83, com domicílio na Rua Barão de Itapagipe, 225, parte, Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ; *Eugênio Liberatori Velasques*, brasileiro, casado, securitário, RG 07.293.428-4/IFP-RJ, CPF 445.999.357/00; e eleito o senhor *Vinicius José de Almeida Albernaz*, brasileiro, casado, economista, RG 08.191.044-0/SSP-RJ, CPF 013.908.097/06, ambos com domicílio na Avenida Paulista,

W D R J



**Ata Sumária das 138ª Assembleia Geral Extraordinária e 78ª Assembleia Geral Ordinária da Bradesco Seguros S.A., Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, realizadas cumulativamente em 26.3.2013 - CNPJ nº 33.055.146/0001-93 - NIRE 35.300.329.091 .4.**

1.415, parte, Bela Vista, São Paulo, SP. Todos terão mandato de 1 (um) ano, até 26.3.2014, estendendo-se até a posse dos Diretores que serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária que se realizar no ano de 2014, e os nomes serão levados à aprovação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, após o que tomarão posse de seus cargos. Os Diretores reeleitos e o eleito declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração de sociedade mercantil em virtude de condenação criminal;

- 4) fixadas, para o exercício de 2013, as verbas: a) global anual destinadas à remuneração dos Administradores no valor de até R\$9.000.000,00, a ser distribuída em reunião da Diretoria, conforme determina a letra “g” do Artigo 9º do Estatuto Social; b) para custear Plano de Previdência Complementar Aberta aos Administradores da Sociedade no valor de até R\$9.000.000,00;
- 5) ratificadas, perante a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, as seguintes designações:
  - senhor *Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa* - responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; e como Diretor administrativo-financeiro;
- 6) designados, perante a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em substituição ao senhor Tarcísio José Massote de Godoy:
  - senhor *Ivan Luiz Gontijo Júnior* - como Diretor de Relações com a SUSEP; responsável pela Área Técnica de Seguros; e pela implementação de controles internos das atividades da Sociedade;
  - senhor *Vinicius José de Almeida Albernaz* - como Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3.3.1998, que trata dos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes; e pelos registros de apólices e endossos emitidos e dos cosseguros aceitos.

*(Handwritten signatures and initials)*



Ata Sumária das 138ª Assembleia Geral Extraordinária e 78ª Assembleia Geral Ordinária da Bradesco Seguros S.A., Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, realizadas cumulativamente em 26.3.2013 - CNPJ nº 33.055.146/0001-93 - NIRE 35.300.329.091 .5.

Em seguida, disse o senhor Presidente que todas as matérias ora aprovadas somente entrarão em vigor e se tornarão efetivas depois de homologadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Disse ainda o senhor Presidente que, nos termos do Parágrafo-Terceiro do Artigo 289 da Lei nº 6.404/76, as publicações previstas em lei serão efetuadas, doravante, nos jornais “Diário Oficial do Estado de São Paulo” e “Valor Econômico”.

**Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que, para as deliberações tomadas o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata, sendo aprovada por todos e assinada. aa) Presidente: Marco Antonio Rossi; Secretário: Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa; Administrador: Ivan Luiz Gontijo Júnior; Acionista: Bradseg Participações S.A., representada por seus procuradores, senhor Carlos Roberto Mendonça da Silva e senhora Yara Piauilino; Auditora: Luciene Teixeira Magalhães.

**Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas.

  
Alexandre Nogueira da Silva

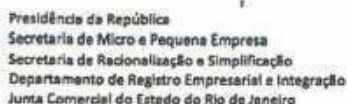
  
Bradesco Seguros S.A.  
Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa











**NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL) QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF**

33.3.0028479-6

### Types of Pollution

Sociedade anônima

## Boite à Embarcadere

Normal

### NO An Dentrolin

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

**JUCERJA**

Ultima Arguementor

0000313101 - 18/12/2017

NWRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Boleto(s): 102595004

Hash: ECC52023-D73D-4232-8033-7CC9943DA9D8

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00



## REQUERIMIENTO

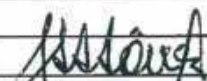
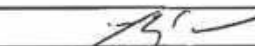
Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

## Representante legal da empresa

Local	Nome:		 
	Assinatura:		
	Telefone de contato:		
Data	E-mail:		
	Tipo de documento:	Híbrido	
	Data de criação:	24/01/2018	
	Data da 1ª entrada:		



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149055 e demais constantes do termo de

autenticidade.

Autenticação: FD69743867A48220CFDE4856AFADE53C9F8FFD5CF68740F233R496AFDA80E1FDB  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.

Page 2/13



JUCEFLIA



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 01/04/2019 13:44:13

<http://pie.tipb.ius.br:80/pie/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19040113425340600000019654465>

Número do documento: 19040113425340600000019654465

Num. 20203860 - Pág. 1

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**2. CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

**3. PRESENÇA:** Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

**4. MESA:** Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

**5. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

**6. DELIBERAÇÕES:** Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECP8FPD5CF68740F233E496AFDA8021F88	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital</a> , informe o nº de protocolo. Pág. 3/13	





Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reafirmar as funções específicas perante a SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 2 de 3

*Handwritten signatures*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018  
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.  
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56APADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13



**7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

**8. ASSINATURAS:** A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
Roberto Barroso  
Presidente

  
Isabella Maria Azevedo da Cunha  
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de Autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital</a> , informe o nº de protocolo. Pág. 5/13	





SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56A7ADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital</a> , informe o nº de protocolo. Pag. 8/13	



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 60-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: PD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FB8	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital/">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital/</a> , informe o nº de protocolo: Pág. 10/13	





## RETIFICAÇÃO

No grupo 1º da Portaria Suspensão n. 721, de 2 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 3 de janeiro de 2018, página 168, seção 1, onde se lê: "... na reunião do conselho de administração realizada em 1º de novembro de 2017", leia-se: "... na assembleia geral extraordinária realizada em 1º de novembro de 2017".

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,  
QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 38, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE AEROTECNIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, se usa de suas atribuições, conferidas no § 3º do art. 4º da Lei nº 5.964, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei nº 8.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 8.235, de 28 de novembro de 2002:

Considerando o Decreto Federal nº 96.044, de 18 de maio de 1958, que aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos;

Considerando a Portaria Interim n.º 16, de 14 de janeiro de 2014, que aprova os Requisitos de Avaliação de Conformidade para Tanques de Carga Rodoviários Destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicada no Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 2014, seção 01, página 48;

Considerando que o limbo da entidade por ele acobertada, constante o disposto no § 1º do art. 2º da Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, deve ser a adequação das veículos e das equipamentos rodoviários de segurança, o artigo 2º.

\*1 1º Estabelece-se de determinação da taxa es seguinte:

I = aqueles que já foram construídos até 15 de janeiro de 2018 e se encontram em ataque, cuja inspeção e aprovação final da construção ainda não foram realizadas pelo CDA-PP.

II - aquela que após 15 de janeiro de 2019, se encontram em processo de construção, cuja data de início da construção seja anterior a 15 de janeiro de 2019, e que a inspeção e a aprovação final da construção ainda não foram realizadas pelo CREA-RS.

§ 2º Para efeitos de controle dos únicos de carga que se encontre(m) nas situações descritas no parágrafo acima, os ferroviários devem únicos de carga deverão enviar ao OCP informado, até 15 de fevereiro de 2018, uma relação anexada ao seguinte formulário:

1 - para os tanques de carga que já foram contratados até 15 de janeiro de 2018 e se encontram em estoque: nº da ordem de serviço, data de aprovação final da comissão, RTO, número de equipamentos, grupos de produtos perigosos aptos a transportar e nome do responsável técnico do OIA-PP.

II - para os tanques de carga que após 15 de janeiro de 2018, se encontram em processo de construção: nº da ordem de serviço, data inicial da construção, RTQ, número de equipamentos, grupos de produtos perigosos após a transportar e nome do responsável técnico do OIA-PP.

Art. 5º A consulta pública que originou os requisitos ora aprovados, foi divulgada pela Portaria Interam nº 357, de 13 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 2017, seção 01, página 48.

Art. 7º Esta Portaria iniciará a sua vigência na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS AUGUSTO DE AZEVEDO

CARLOS AUGUSTO DE AZUAYO

## DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 7, DE 11 JANEIRO, DE 2018

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), no exercício da delegação de competência outorgada pela Portaria n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no item 4.1, alínea "b", da regulamentação metroológica aprovada pela Resolução n.º 38, de 22 de setembro de 2006, do Conselho:

De acordo com o Regulamento Técnico Metodológico para bombas medidoras de combustíveis líquidos, aprovado pela Portaria Inmetro n.º 23/93 e pela Portaria Inmetro n.º 52/2004, o conteúdo do contrato do Processo Inmetro n.º 52/00.0009973/2017 e do Sistema Orçamento n.º 19/073, relat-

Agrovar a família de modelos Prime PHR de bomba medidora para combustíveis líquidos, marca Gilbarco Vendor No.

**Nota:** A integra da portaria encontra-se disponível no site da Internet: <http://www.inmetro.gov.br/ham>.

RAIMUNDO ALVES DE REZENDE

## SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 4 DE 23 DE JANEIRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições, torna pública, conforme o conteúdo do Anexo, as propostas de modificação da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM e da Tarifa Externa Comum em anexo pela Departamento de Negociações Internacionais (DENI), com o objetivo de colher

As informações sobre o desempenho das empresas incluídas no ranking são de propriedade da Comissão de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (CDE-DF), órgão responsável pela elaboração do ranking. A CDE-DF não se responsabiliza por danos ou prejuízos decorrentes do uso das informações aqui divulgadas. A CDE-DF não se responsabiliza por danos ou prejuízos decorrentes do uso das informações aqui divulgadas.

2. As informações relativas às propostas deverão ser apresentadas mediante o preenchimento integral do roteiro próprio, disponível na página deste Ministério na Internet, no endereço [http://www.medic.gov.br/infomedic/REPOSITORIO/inter/validacao/700\\_201/Mostrar-de-contestacao.doc](http://www.medic.gov.br/infomedic/REPOSITORIO/inter/validacao/700_201/Mostrar-de-contestacao.doc). O formulário também pode ser solicitado pelos telefones (61) 2027-7373 e 2027-7334 ou pelo endereço de e-mail [cti@medic.gov.br](mailto:cti@medic.gov.br).

4. Caso haja, posteriormente, ajustes de texto realizados pelas secretarias em nomenclatura do CT-I, eventuais manifestações a respeito deverão ser encaminhadas a esta Secretaria mediante os procedimentos previstos nesta Circular.

RENATO AGOSTINHO DA SILVA

RENATO AGOSTINHO DA SILVA

ANEXO			
SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO PROPOSTA	
2917.20.09	Acidos policarboxilicos, ciclinicos, ciclinicos ou ciclorringicos, seus anidridos, halogenetos, peróxidos e seus derivados	2917.20	Acidos Policarboxilicos, ciclinicos, ciclinicos ou ciclorringicos, seus anidridos, halogenetos, peróxidos, peróxidos e seus derivados
		2917.20.1	
		2917.20.11	Interra de ácidos policarboxilicos ciclinicos
		2917.20.15	Ciclohexaneno de óxido
		2917.20.99	Outros
			Outros

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/assessoria/credite.html>, pelo código 00012018712300014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a  
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DEVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de

autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.juceria.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 01/04/2019 13:44:13

<http://pie.tippb.ius.br:80/pie/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19040113425340600000019654465>

Número do documento: 19040113425340600000019654465

Num. 20203860 - Pág. 7



4996507

**ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016**

12/1

**"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**Artigo 2º** – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Artigo 3º** – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

**Artigo 4º** – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

**CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 5º** – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro** – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**Artigo 6º** – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

**CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL**

**ARTIGO 7º** – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 1 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE920B296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996508

**ARTIGO 8º** – A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

**Parágrafo Primeiro** – A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

**Parágrafo Segundo** – A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

**Parágrafo Terceiro** – Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

**Parágrafo Quarto** – Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

**Parágrafo Quinto** – As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

**Parágrafo Sexto** – Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

#### CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

**ARTIGO 9º** – A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

**Parágrafo Primeiro** – Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

**Parágrafo Terceiro** – As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 2 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996509

**Parágrafo Quarto** – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

**Parágrafo Quinto** – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

## CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**ARTIGO 10** – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

**Parágrafo Segundo** – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

**Parágrafo Terceiro** – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

**ARTIGO 11** – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

**ARTIGO 12** – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

**ARTIGO 13** – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

**Parágrafo Primeiro** – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

**Parágrafo Segundo** - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 3 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





convocada.



4996510

**Parágrafo Terceiro** - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

**ARTIGO 14** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

**Parágrafo Segundo** - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

**Parágrafo Terceiro** - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

**ARTIGO 15** - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

**ARTIGO 16** – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

**Parágrafo Único** – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

#### **CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA**

**ARTIGO 17** – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

**ARTIGO 18** - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

**Parágrafo único** - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

#### **CAPÍTULO VI - DIRETORIA EXECUTIVA**

**ARTIGO 19** - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

**Parágrafo Primeiro** – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Segundo** – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 6 de 10

  
Bernardo F. S. Derwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

**ARTIGO 20** – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litúgio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

**ARTIGO 21** - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 7 de 10

  
Bernardo F.S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 22** – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

**Parágrafo Primeiro** – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

## CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

**ARTIGO 23** – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C88883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996515

**Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Segundo** – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

## **CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS**

**ARTIGO 24** – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

**ARTIGO 25** – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

**ARTIGO 26** – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

**Parágrafo Único** – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

**ARTIGO 27** – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

**Parágrafo Único** – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

## **CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO**

**ARTIGO 28** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 9 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





de março de 1967.

10/11



4996516

## XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

**ARTIGO 29** - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

**ARTIGO 30** - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

**ARTIGO 31** - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

**Parágrafo Único** - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

**ARTIGO 32** - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 10 de 10

Bernardo F. S. Benwanger  
Secretário Geral

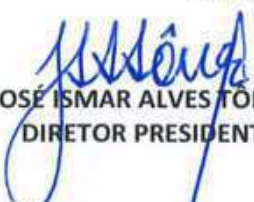
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016



## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

  
**JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**  
DIRETOR PRESIDENTE

  
**HÉLIO BITTON RODRIGUES**  
DIRETOR

<b>17º</b> Ofício de Notas DA CAPITAL	Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 21037-5000	AD528690 088674
Reconheço por AUTÊNTICAÇÃO as firmas de: <b>HELIO BITTON RODRIGUES</b> e <b>JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES</b> (X0000524453)		
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.		
Em testemunho	da verdade.	Conf. por: Serventia T. H. FUNDOS
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.		Total
EOLP-56881 HQT, EOLP-56882 GHS		<b>CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ</b> <b>Paula Cristina A. D. Gaspar</b> : 3,9% Escrevente : 10796-48062 série 09077 ME Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94
<a href="https://www3.tjri.jus.br/sitepublico">https://www3.tjri.jus.br/sitepublico</a>		





### SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

**JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**  
OAB/SP 111.807







Rio de Janeiro, 02 de Outubro de 2018

Aos Cuidados de: JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO

Nº Sinistro: 3180458836

Vítima: ANDREA FELIX DA SILVA

Data do Acidente: 01/09/2018

Cobertura: MORTE

**Assunto: AVISO DE SINISTRO**

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o número de sinistro **3180458836**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Morte é de R\$ 13.500,00 e será pago aos legítimos beneficiários, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária.**

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Pag. 00205/00206 - carta\_01 - MORTE



Carta nº 13427295



Rio de Janeiro, 02 de Outubro de 2018

Aos Cuidados de: JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO

Nº Sinistro: 3180458836

Vítima: ANDREA FELIX DA SILVA

Data do Acidente: 01/09/2018

Cobertura: MORTE

**Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL**

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3180458836**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Laudo do IML - Necrópsia não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

**Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias**, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Pag. 00375/00376 - carta\_03 - MORTE



Carta nº 13429804



Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

**INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:**

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL**, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL** e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

**É obrigatório Representante Legal para:**

**Beneficiário entre 0 a 15 anos** (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2- "Assinatura do Representante Legal").

**Beneficiário entre 16 e 17 anos** - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante legal").

Número do Sinistro ou ASL

0360596118

CPF da Vítima

096.758.114-12

Nome completo da vítima

ANDREA FELIX DA SILVA

**DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL**

Nome completo JOILÃO CAVALCANTE DA SILVA FILHO		CPF titular da conta 023.363.654-18	Profissão EMPRESÁRIO
Endereço Rua Silvano S. Ferreira		Número 511	Complemento ALEXSA L60
Bairro CENTRO	Cidade Londrina	Estado PARANÁ	CEP 55322-000
Email		Telefone (DDD)	

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

**FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS**

☒ RECURSO INFORMAR ☐ SEM RENDA ☐ ATÉ R\$ 1.000,00 ☐ R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00  
☐ R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00 ☐ R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00 ☐ ACIMA DE R\$ 10.000,00

☐ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ BRADESCO (237) ☒ BANCO DO BRASIL (001) ☐ ITAU (341)  
☐ CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)

AGÊNCIA

Nº

1635

D/V

7

CONTA

Nº

23156

D/V

8

(Informar dígito se existir)

(Informar dígito se existir)

☐ CONTA CORRENTE (todos os bancos)

BANCO

Nome

Nº

AGÊNCIA

Nº

D/V

CONTA

Nº

D/V

(Informar dígito se existir)

(Informar dígito se existir)

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

João Pessoa, 02 de Outubro de 2018

Lócal e Data

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

FAPPF 001 V001/2017









**BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL**

Livro nº 02/2018

Ocorrência nº. 466/2018



Aos 19 dias de SETEMBRO de DOIS MIL E DEZOITO, nesta cidade de JACARAÚ/PB, na Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade do(a) Dr(a). JAIME JOSÉ CAVALCANTE DE MATOS, Delegado(a) de Polícia Civil, comigo, escrevã(o) Kennedy De Carvalho Andrade, às 12h:45min, compareceu a PESSOA a seguir qualificada:

**SEBASTIÃO JOSÉ DA SILVA**, conhecido por \_\_\_\_\_, Identidade nº 05554923-2-IFP/RJ, CPF nº \_\_\_\_\_, nacionalidade brasileiro(a), estado civil: casado, profissão: agricultor, filho(a) de José Antonio Da Silva E Cícera Gonçalves Da Silva, natural de Jacaraú/PB, nascido(a) em 19/04/1953, do sexo masculino, residente e domiciliado(a) no(a) Rua Vereador Pedro Luiz Da Silva nº 202, bairro São José – Jacaraú/PB, tendo como ponto de referência: \_\_\_\_\_, fone(s) para contato: (83)- 98853-8970.

a quem lhe foi esclarecido a respeito das penas cominadas ao crime de FALSIDADE IDEOLÓGICA (CP, art. 299), tendo declarado que compareceu à esta Delegacia de Polícia Civil para narrar/registrar/informar/noticiar conforme segue:

- 1) NATUREZA DO FATO: **ACIDENTE DE TRÂNSITO;**
- 2) DATA DO FATO: 01 de setembro de 2018;
- 3) HORÁRIO: 21h:30min;
- 4) LOCAL: Rodovia Pb-085, Que Liga As Cidades De Duas Estradas-Pb A Sertãozinho-Pb nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_;
- 5) UNIDADE DE SAÚDE PARA A QUAL O ACIDENTADO FOI ENCAMINHADO: hospital municipal de Lagoa de Dentro-PB.;
- 6) O COMUNICANTE/VÍTIMA CONDUZIA O VEÍCULO? NÃO;
- 7) SENDO O(A) COMUNICANTE CONDUTOR(A) DO VEÍCULO ENVOLVIDO NO ACIDENTE, É ELE HABILITADO? PREJUDICADO;
- 8) O VEÍCULO DO(A) COMUNICANTE/VÍTIMA ENCONTRA-SE EM DIA COM AS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS? PREJUDICADO.

**6) DESCRIÇÃO DO(S) VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S) NO ACIDENTE:**

GM/CELTA, NIV: 9BGRD08Z02G162283, placa: MOT-4015/PB, ano/modelo: 2002, cor prata, licenciado em nome de MICHEL GOES ESTEVES.

**7) TESTEMUNHA(S) DO FATO/ACIDENTE:**

**NÃO HOUE**

**8) BREVE RESUMO DO FATO:**

QUE notifica o acidente automobilístico cuja vítima fatal foi sua filha: ANDRÉA FÉLIX DA SILVA, CPF: 096.758.114-12; QUE sua filha viajava no veículo acima mencionado, conduzido por um indivíduo ainda não identificado; QUE este indivíduo passou em alta velocidade por uma linha férrea, perdeu o controle do veículo, capotou e caiu em um açude; QUE ANDRÉA foi socorrida para o hospital municipal de Lagoa de Dentro, onde já chegou sem vida.

**9) OBSERVAÇÕES:**

**NÃO HOUE.**

Nada mais a consignar, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo(a) noticiante, e por mim, escrevã(o) que digitei.

*SEBASTIÃO JOSÉ DA SILVA*

**SEBASTIÃO JOSÉ DA SILVA**  
Comunicante

*Kennedy De Carvalho Andrade*  
Kennedy De Carvalho Andrade  
Escrivão/Agente Mat nº 155.335-6



Rua São João, 35, Centro – Jacaraú – PB. Cep.: 58.278-000





# ESTADO DA PARAIBA POLÍCIA MILITAR



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº _____		Nº CIOP/COPOM: _____	
JDp/SUDp	Data da Ocorrência: 21/08/2018	Hora: 22h30 min.	Endereço da Ocorrência (Rua, Bairro, Cidade e Nº): Entr. Duas Estradas e Jertãozinho
Ponto de Referência			Código da Ocorrência
Natureza da Ocorrência: Capotamento			
Comandante da Guarnição (Nome, Posto/Grad. e Matricula): SGT. Edilson		Prefixo da Viatura: 6533	
Motorista (Nome, Grad. e Matricula): S.D. Josemildo		Patrolheiro 01 (Nome, Grad. e Matricula): MT 519.419-9	
Nome Completo do Solicitante		Número(s) do(s) Telefone(s) do Solicitante(s)	
Endereço Completo do Solicitante (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF)			
Acusado (s)			
Nome Completo		Data de Nascimento (d/m/a)	
Nome Completo da Genitora		Nº RG/Órgão Expedidor	
Endereço Completo (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF)		Nº CPF	
Ponto de Referência		Nº CNH	
Informações Biométricas		Profissão Declarada	
Cor da Pele: _____		Compleição Física: ( ) Normal ( ) Magro ( ) Gordo	
Altura Estimada: _____		Alcunha	
Cor dos Cabelos: _____			
Cor dos Olhos: _____			
Marca(s) Característica(s) (Assinalar)			
( ) Tatuagem ( ) Cicatriz ( ) Sinal de Nascimento ( ) Outros			
(Descrever Marca Característica)			
Nome Completo		Data de Nascimento (d/m/a)	
Nome Completo da Genitora		Nº RG/Órgão Expedidor	
Endereço Completo (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF)		Nº CPF	
Ponto de Referência		Nº CNH	
Informações Biométricas		Profissão Declarada	
Cor da Pele: _____		Compleição Física: ( ) Normal ( ) Magro ( ) Gordo	
Altura Estimada: _____		Alcunha	
Cor dos Cabelos: _____			
Cor dos Olhos: _____			
Marca(s) Característica(s) (Assinalar)			
( ) Tatuagem ( ) Cicatriz ( ) Sinal de Nascimento ( ) Outros			
(Descrever Marca Característica)			
Vítima(s)			
Nome Completo		Data de Nascimento (d/m/a)	
Nome Completo da Genitora		Nº RG/Órgão Expedidor	
Endereço Completo (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF)		Nº CPF	
Ponto de Referência		Nº CNH	
Nome Completo		Profissão Declarada	
Nome Completo da Genitora		Data de Nascimento (d/m/a)	
Endereço Completo (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF)		Nº CPF	
Ponto de Referência		Nº CNH	
Informações Biométricas		Profissão Declarada	
Cor da Pele: _____		Compleição Física: ( ) Normal ( ) Magro ( ) Gordo	
Altura Estimada: _____		Alcunha	
Cor dos Cabelos: _____			
Cor dos Olhos: _____			
Marca(s) Característica(s) (Assinalar)			
( ) Tatuagem ( ) Cicatriz ( ) Sinal de Nascimento ( ) Outros			
(Descrever Marca Característica)			
Testemunha(s)			
Nome Completo		Data de Nascimento (d/m/a)	
Número(s) do(s) Telefone(s) da Testemunha(s)		Nº RG/Órgão Expedidor	
Endereço Completo (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF)		Nº CPF	
Ponto de Referência		Nº CNH	
Nome Completo		Profissão Declarada	
Nome Completo da Genitora		Data de Nascimento (d/m/a)	
Endereço Completo (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF)		Nº CPF	
Ponto de Referência		Nº CNH	
Informações Biométricas		Profissão Declarada	
Cor da Pele: _____		Compleição Física: ( ) Normal ( ) Magro ( ) Gordo	
Altura Estimada: _____		Alcunha	
Cor dos Cabelos: _____			
Cor dos Olhos: _____			
Marca(s) Característica(s) (Assinalar)			
( ) Tatuagem ( ) Cicatriz ( ) Sinal de Nascimento ( ) Outros			
(Descrever Marca Característica)			





Arma(s) de Fogo Apreendida(s)				
Tipo:	Marca:	Calibre:	Acabamento:	Nº Série:
				Dimensão Cano:
Tipo:	Marca:	Calibre:	Acabamento:	Nº Série:
				Dimensão Cano:

Cartucho(s) Apreendido(s)	
Quantidade:	Calibre:
	Tipo:
Quantidade:	Calibre:
	Tipo:

Outro(s) Objeto(s) Apreendido(s)	
(Tipo, Marca, Modelo, nº de série, Cor e etc.)	

Relato da Ocorrência	
----------------------	--

Por volta das 22:30 hrs, a VLR 5573, foi solicitada pela 3ª CIA, dizendo que tinha ocorrido um acidente automobilístico, resultando em um capotamento, chegando ao local foi constatado a veracidade do fato, os ocupantes do veículo que eram em 5, incluindo um motorista. Dados do veículo: Celta, prata ano 2002, os dados da placa não foram confirmados. Com relação às vítimas, já tinham sido socorridos para o hospital da cidade de Lagoa de Dentro. Antes de chegar ao hospital, lá, constatamos que um dos ocupantes tinha chegado a óbito, conhecida por: Andréa Reis, residia em Jacaré, com filiação a ela nenhuma, ela foi informada por não termos conhecimento da própria, segundo o motorista Gilmar Duarte de Sousa, 25a. Teria perdido o controle do carro e veio o capotamento. O mesmo reside na Rua: Pedro Vieira Filho, Lagoa de Dentro. Filho de: Geraldo de S. Lima e Josefa Duarte de Sousa.

Auto de Resistência à Prisão	
No exercício legal de minha função policial, abordei e dei voz de prisão ao acusado _____, por ter encontrado o mesmo em flagrante delito de crime e/ou contravenção penal de _____, e, porque o infrator não obedecesse, antes resistisse à prisão, apesar das advertências que lhe fiz, foi necessário uso da força moderada e progressiva, empregando para isso _____, do que resultou em _____.	

Para constar, lavro o presente Auto de Resistência à Prisão, que assino com a(s) \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_.

Testemunha(s) \_\_\_\_\_

Condutor: \_\_\_\_\_

1ª Testemunha \_\_\_\_\_ 2ª Testemunha \_\_\_\_\_

Recebi às \_\_\_\_\_ h \_\_\_\_\_ min., de \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, o(s) Acusado(s), arma(s) e/ou objeto(s) descritos neste documento.

Nome: \_\_\_\_\_ Matricula: \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_





REQUISIÇÃO DE EXAME nº 1580/2018  
**EXAME REQUISITADO: EXAME REMOÇÃO/CADAVÉRICO**  
Autoridade Requisitante: Del. Pol. LÍDIA COSTA VELOSO  
João Pessoa/PB, 02/09/2018

**SENHOR(A) GERENTE EXECUTIVO(A),**

Requisito a **REMOÇÃO/EXAME CADAVÉRICO** na pessoa de informações a seguir:

**ANDRÉA FELIX DA SILVA**, brasileiro(a), solteiro(a), vendedora, alfabetizado(a), portador(a) do RG 3.556.661 2ª Via SSPPB, CPF 096.758.114-12, filho(a) de Sebastião José da Silva e de Maria da Luz Felix da Silva, nascido(a) aos 22.08.1993, 25 anos, natural de Jacaraú, PB, residente, quando em vida, na Rua Ver. Luiz Pedro da Silva, 202, São José, Jacaraú, PB.

**HISTÓRICO:** Segundo informações do senhor Sebastião José da Silva, portador do RG 05554923-2 IFP/RJ, genitor da vítima, o(a) periciada no dia 01.09.2018, por volta do 23:00hs, estava no interior de um veículo, na zona rural do município de Duas Estradas, quando o condutor perdeu o controle do veículo capotando-o, caindo dentro de um açude; Que a vítima foi socorrida para o hospital de Lagoa de Dentro; Que o médico Dr. Felipe de P. Escarião, CRM-PB 8853 declarou que a vítima veio à óbito no mesmo dia, provavelmente por afogamento.

**REQUISITO TAMBÉM O ENVIO DO LAUDO PARA A DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE DUAS ESTRADAS/PB.**

*Suelio*  
02/09/18  
Maira da Socorro Nascimento Ferraz  
Matriculada nº 0.594.4

*Lidia Costa Veloso*  
**LÍDIA COSTA VELOSO**  
Delegado(a) de Polícia Civil



Ao Senhor  
Gerente Executivo do GEMOL/IPC  
Instituto de Polícia Científica - IPC  
João Pessoa, PB

Recebi a primeira via desta  
requisição, João Pessoa,

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

# Certidão de Nascimento

NOME:

**PEDRO GABRIEL FELIX CAVALCANTI**

MATRÍCULA

**0723630155 2015 1 00004 066 0001935 11**

DATA DE NASCIMENTO(POR EXTENSO) trinta e um de agosto de dois mil e quinze			DIA 31	MÊS 08	ANO 2015
HORA DE NASCIMENTO 20:50	MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO João Pessoa-PB				
MUNICÍPIO DE REGISTRO/UF Distrito de Timbó-PB	LOCAL DE NASCIMENTO Hospital General Edson Ramalho - João Pessoa-PB		SEXO masculino		
FILIAÇÃO JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO e ANDRÉA FELIX DA SILVA					
AVOS Paterno(s): Jonildo Cavalcanti da Silva, falecido e Rosa Varela de Lima Materno(s): Sebastião José da Silva e Maria Da Luz Felix da Silva.					
GÊMEOS NÃO	NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S) NÃO POSSUI				
DATA DO REGISTRO (POR EXTENSO) dez de setembro de dois mil e quinze (10/09/2015).			DNV (DEC. NASC. VIVO) 30694721320		

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES  
Registro lavrado em 10/09/2015, no livro A-00004, Nº 1935, folha 66.

NOME DO OFÍCIO Cartório do Registro Civil e Notas
OFICIAL REGISTRADOR Maria Aparecida da Silva
MUNICÍPIO/UF Distrito de Timbó-PB
ENDEREÇO Rua Principal S/N - Distrito de Timbó, Jacaraú-PB - CEP 58278000 Fone: (83)3295-5172 E-mail: aparecidasilvaomfilhos@hotmail.com.br

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.  
Distrito de Timbó-PB, 10 de Setembro de 2015

*Maria Aparecida da Silva*  
Maria Aparecida da Silva  
Oficial do Registro Civil

Selo Digital: **AAB18247-NFIF**  
Consulte a autenticidade em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

**CNPJ 06.174.592/0001-44**  
CARTÓRIO DISTRITAL DO REGISTRO CIVIL E NOTAS  
Maria Aparecida da Silva  
TITULAR  
Sebastiana Fernandes da Silva Oliveira  
ESCREVENTE  
TIMBÓ DE JACARAÚ - PB

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Nº 055007 B



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 01/04/2019 13:44:19

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19040113423558700000019654445>

Número do documento: 19040113423558700000019654445





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Cartório do Registro Civil  
Nascimentos Casamentos e Óbitos

Marisa de Castro  
Oficial do Registro Civil  
Comarca de Jacaraú-PB

## CERTIDÃO DE ÓBITO

ANDRÉA FELIX DA SILVA

CPF  
096.758.114-12

MATRÍCULA  
073155 01 55 2018 4 00006 127 0003558-96

SEXO FEMININO COR PARDAS ESTADO CIVIL E IDADE SOLTEIRA - 25 ANOS DE IDADE

NATURALIDADE  
JACARAÚ-PB

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO  
RG 3556661

ELEITOR  
SIM

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA  
Sebastião José da Silva e Maria da Luz Felix da Silva

RESIDENTE RUA VEREADOR PEDRO LUIZ DA SILVA, 202, CASA, SÃO JOSÉ, JACARAÚ, PB

DATA E HORA DE FALECIMENTO  
PRIMEIRO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO - ÀS 22:00 H

DIA 01 MÊS 09 ANO 2018

LOCAL DE FALECIMENTO  
EM VIA PÚBLICA (OUTROS), EM LAGOA DE DENTRO-PB, DE ACORDO COM A REQUISIÇÃO DA DELEGACIA VÍTIMA DE AFOGAMENTO

CAUSA DA MORTE  
ASFIXIA POR AFOGAMENTO

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (município e cemitério, se conhecido)  
SEPULTADO NO CEMITÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, DE JACARAÚ-PB.

DECLARANTE  
SEBASTIÃO JOSÉ DA SILVA  
(PAI) CPF 534.186.547-20

NOME E NÚMERO DE DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO  
Dra. SILVANA MARIA GOMES DE MIRANDA LINHARES CRM N° 4713

AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES À ACRESCER  
Registro feito em doze de setembro de dois mil e dezoito Título de eleitor n.º 042545091295, carteira de trabalho n.º 38366 série n.º 00032, nascida em 22/08/1993. A falecida deixa um filho menor: Pedro Gabriel Felix Cavalcanti, nascido em: 31/08/2015. Não deixa bens. Ato registrado pela Oficiala do Registro Civil Marisa de Castro. SELO DIGITAL N° AGW78329-SE7J - consulte autenticidade em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> .. NADA MAIS.

ANOTAÇÕES DE CADASTRO  
SEM INFORMAÇÃO  
\* As anotações de cadastro acima não dispensam a parte interessada da apresentação do documento original, quando exigido pelo órgão solicitante ou quando necessário para identificação de seu portador.

SERVIÇO REGISTRAL DAS PESSOAS NATURAIS  
MARISA DE CASTRO - Oficial  
RUA: PRESIDENTE JOÃO PESSOA, N°158 - CENTRO -  
JACARAÚ - PB CEP: 58278-000  
Tel/Fax: 083 3295-1012  
E-mail: marisadecastroa@bol.com.br

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.  
JACARAÚ, 12 de setembro de 2018

*Marisa de Castro*

ISENTO DE EMOLUMENTOS



VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Nº 716857 B





**BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº** \_\_\_\_\_

**Nº CIOP/COPOM:** \_\_\_\_\_

JOp/SUOp \_\_\_\_\_ Data da Ocorrência 21/08/2018 Hora 22 h 30 min. Endereço da Ocorrência (Rua, Bairro, Cidade e Nº) Entr. Luper Estrada e Fortãozinho

Ponto de Referência \_\_\_\_\_

Natureza da Ocorrência Capotamento

Código da Ocorrência \_\_\_\_\_

Comandante da Guarnição (Nome, Posto/Grad. e Matrícula) SGT. Edelson MT 519.419-9

Prefixo da Viatura 6573

Motorista (Nome, Grad. e Matrícula) SD. Josenildo

Patrolheiro 01 (Nome, Grad. e Matrícula) \_\_\_\_\_

Patrolheiro 02 (Nome, Grad. e Matrícula) \_\_\_\_\_

Nome Completo do Solicitante \_\_\_\_\_

Número(s) do(s) Telefone(s) do Solicitante(s) \_\_\_\_\_

Endereço Completo do Solicitante (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF) \_\_\_\_\_

**Acusado (s)**

Nome Completo \_\_\_\_\_

Data de Nascimento (d/m/a) \_\_\_\_\_

Nome Completo da Genitora \_\_\_\_\_

Nº RG/Órgão Expedidor \_\_\_\_\_

Nº CPF \_\_\_\_\_

Endereço Completo (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF) \_\_\_\_\_

Nº CNH \_\_\_\_\_

Ponto de Referência \_\_\_\_\_

Profissão Declarada \_\_\_\_\_

Informações Biométricas

Cor da Pele: \_\_\_\_\_

Altura Estimada: \_\_\_\_\_

Cor dos Cabelos: \_\_\_\_\_

Cor dos Olhos: \_\_\_\_\_

Compleição Física: ( ) Normal ( ) Magro ( ) Gordo

Marca(s) Característica(s) (Assinalar)

( ) Tatuagem ( ) Cicatriz ( ) Sinal de Nascimento ( ) Outros

(Descrever Marca Característica) \_\_\_\_\_

Nome Completo \_\_\_\_\_

Data de Nascimento (d/m/a) \_\_\_\_\_

Nome Completo da Genitora \_\_\_\_\_

Nº RG/Órgão Expedidor \_\_\_\_\_

Nº CPF \_\_\_\_\_

Endereço Completo (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF) \_\_\_\_\_

Nº CNH \_\_\_\_\_

Ponto de Referência \_\_\_\_\_

Profissão Declarada \_\_\_\_\_

Informações Biométricas

Cor da Pele: \_\_\_\_\_

Altura Estimada: \_\_\_\_\_

Cor dos Cabelos: \_\_\_\_\_

Cor dos Olhos: \_\_\_\_\_

Compleição Física: ( ) Normal ( ) Magro ( ) Gordo

Marca(s) Característica(s) (Assinalar)

( ) Tatuagem ( ) Cicatriz ( ) Sinal de Nascimento ( ) Outros

(Descrever Marca Característica) \_\_\_\_\_

**Vítima(s)**

Nome Completo Andréa Felix

Data de Nascimento (d/m/a) \_\_\_\_\_

Nome Completo da Genitora \_\_\_\_\_

Nº RG/Órgão Expedidor \_\_\_\_\_

Nº CPF \_\_\_\_\_

Endereço Completo (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF) \_\_\_\_\_

Nº CNH \_\_\_\_\_

Ponto de Referência \_\_\_\_\_

Nº Telefone (s) \_\_\_\_\_

Profissão Declarada \_\_\_\_\_

Nome Completo \_\_\_\_\_

Data de Nascimento (d/m/a) \_\_\_\_\_

Nome Completo da Genitora \_\_\_\_\_

Nº RG/Órgão Expedidor \_\_\_\_\_

Nº CPF \_\_\_\_\_

Endereço Completo (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF) \_\_\_\_\_

Nº CNH \_\_\_\_\_

Ponto de Referência \_\_\_\_\_

Nº Telefone (s) \_\_\_\_\_

Profissão Declarada \_\_\_\_\_

**Testemunha(s)**

Nome Completo \_\_\_\_\_

Data de Nascimento (d/m/a) \_\_\_\_\_

Número(s) do(s) Telefone(s) da Testemunha(s) \_\_\_\_\_

Nº RG/Órgão Expedidor \_\_\_\_\_

Nº CPF \_\_\_\_\_

Endereço Completo (Rua, Nº, Bairro, Cidade e UF) \_\_\_\_\_

Nº CNH \_\_\_\_\_

Ponto de Referência \_\_\_\_\_

Profissão Declarada \_\_\_\_\_

Nome Completo \_\_\_\_\_

Data de Nascimento (d/m/a) \_\_\_\_\_

Número(s) do(s) Telefone(s) da Testemunha(s) \_\_\_\_\_

Nº RG/Órgão Expedidor \_\_\_\_\_

Nº CPF \_\_\_\_\_

Ponto de Referência \_\_\_\_\_

Profissão Declarada \_\_\_\_\_



Arma(s) de Fogo Apreendida(s)					
Tipo:	Marca:	Calibre:	Acabamento:	Nº Série:	Dimensão Cano:
Tipo:	Marca:	Calibre:	Acabamento:	Nº Série:	Dimensão Cano:

Cartucho(s) Apreendido(s)	
Quantidade:	Calibre:
Quantidade:	Calibre:

Outro(s) Objeto(s) Apreendido(s)	
(Tipo, Marca, Modelo, nº de série, Cor e etc.)	

Relato da Ocorrência	
----------------------	--

Por volta das 22:30 hrs, a VLR 5573, foi solicitada pela 3ª UAI, dizendo que tinha ocorrido um acidente automobilístico, resultando em um capotamento, chegando ao local foi constatado a veracidade do fato, os ocupantes do veículo que eram um 5, incluindo um motorista. Dados do veículo: Pelta, prata ano 2002, os dados da placa não foram conferidos. Com relação as vítimas, foi levado pelo socorristas para o hospital da cidade de Lagoa de Dentro. Como até ao hospital e chegando lá, constatamos que um dos ocupantes tinha chegado e vindo acompanhada por: Andréa Kex, residia em Lagoa de Dentro, com relação a ela nenhum dado foi informado por não terem conhecimento da própria pessoa e motorista. Guiar: Duarte de Sousa, 25a. Tinha perdido o controle do carro e veio o capotamento. O mesmo reside na Rua: Pedro Viera Filho, Lagoa de Dentro. Filho de: Geraldo de S. Souza e Josefa Duarte de Sousa.

Auto de Resistência à Prisão	
No exercício legal de minha função policial, abordei e dei voz de prisão ao acusado	
penal de	, por ter encontrado o mesmo em flagrante delito de crime e/ou contravenção
advertências que lhe fiz, foi necessário uso da força moderada e progressiva, empregando para isso	
que resultou em	

Para constar, lavro o presente Auto de Resistência à Prisão, que assino com a(s)	
Testemunha(s)	

Condutor:	
1ª Testemunha	2ª Testemunha

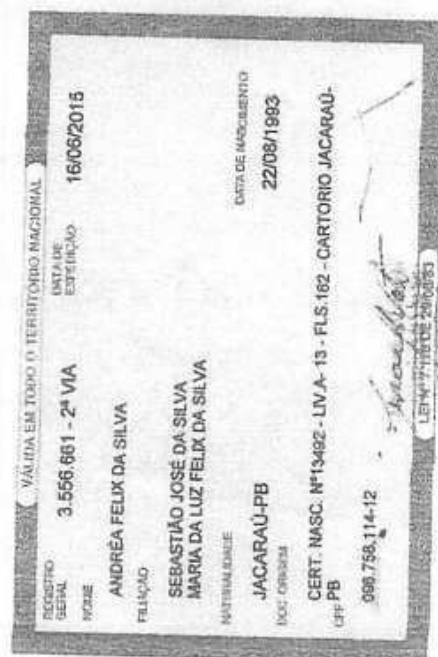
Recebi às	h	min., de	/	/	/	o(s) Acusado(s), arma(s) e/ou objeto(s) descritos neste documento.
-----------	---	----------	---	---	---	--

Nome:	Matrícula:	Assinatura
-------	------------	------------









BRASIL

Serviços Barra GovBr

(HTTP://BRASIL.GOV.BR)



Ministério da Fazenda  
Secretaria da Receita Federal do Brasil

## Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 096.758.114-12

Nome: ANDREA FELIX DA SILVA

Data de Nascimento: 22/08/1993

Situação Cadastral: REGULAR

Data da Inscrição: 29/07/2008

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: 11:39:25 do dia 02/10/2018 (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: C99B.B2AF.C826.1B31



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF"  
(/Aplicacoes/SSL/ATCTA/CPF/ImpressaoComprovante/ConsultaImpressao.asp/)  
(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)  
<https://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/SSL/ATCTA/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica>





REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTERIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME  
JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO

PROVINCIA / CATEGORIA DE VEICULO  
2089457 SSP PB

CITY  
023.363.654-48

DATA NASCIMENTO  
12/11/1976

FUNCAO  
JONILDO CAVALCANTI DA SILVA  
ROSA VARELA DE LIMA

PERMISSAO  
ACC  
CATAL  
71

Nº PROTESTO  
01381448050

VALIDADE  
09/04/2020

1ª HABILITACAO  
25/03/1998

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL  
1083213524

PROBIBICAO PLASTIFICACAO  
1083213524

ASSINATURA DO TITULAR  
Jonildo Cavalcanti da Silva

LOCAL  
JOAO PESSOA, PB

DATA EMISSAO  
10/04/2015

ASSINATURA DO EMISSOR  
51648241355  
PB030484448

DETRAN-PB (PARABAI)





Ministério da Fazenda  
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **023.363.654-48**

Nome: **JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO**

Data de Nascimento: **12/11/1976**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **13/12/1994**

Dígito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **11:41:27** do dia **02/10/2018** (hora e data de Brasília).  
Código de controle do comprovante: **8962.23A4.91E2.CFAD**



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

# Certidão de Nascimento

NOME:

**PEDRO GABRIEL FELIX CAVALCANTI**

MATRÍCULA

**0723630155 2015 1 00004 066 0001935 11**

DATA DE NASCIMENTO(POR EXTENSO) trinta e um de agosto de dois mil e quinze  
DIA 31 MÊS 08 ANO 2015

HORA DE NASCIMENTO 20:50 MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO João Pessoa-PB

MUNICÍPIO DE REGISTRO/UF Distrito de Timbó-PB LOCAL DE NASCIMENTO Hospital General Edson Ramalho - João Pessoa-PB SEXO masculino

FILIAÇÃO JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO e ANDRÉA FELIX DA SILVA

AVOS Paterno(s): Jonildo Cavalcanti da Silva, falecido e Rosa Varela de Lima Materno(s): Sebastião José da Silva e Maria Da Luz Felix da Silva.

GÊMEOS NÃO NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S) NÃO POSSUI

DATA DO REGISTRO (POR EXTENSO) dez de setembro de dois mil e quinze (10/09/2015). DNV (DEC. NASC. VIVO) 30694721320

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES Registro lavrado em 10/09/2015, no livro A-00004, Nº 1935, folha 66.

NOME DO OFÍCIO Cartório do Registro Civil e Notas  
OFICIAL REGISTRADOR Maria Aparecida da Silva  
MUNICÍPIO/UF Distrito de Timbó-PB  
ENDEREÇO Rua Principal S/N - Distrito de Timbó, Jacaraú-PB - CEP 58278000 Fone: (83)3295-5172 E-mail: aparecidasilvaomfilhos@hotmail.com.br

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.  
Distrito de Timbó-PB, 10 de Setembro de 2015  
*Maria Aparecida da Silva*  
Maria Aparecida da Silva  
Oficial do Registro Civil

Selo Digital: AAB18247-NFIF  
Consulte a autenticidade em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

CNPJ 06.174.592/0001-44  
CARTÓRIO DISTRITAL DO REGISTRO CIVIL E NOTAS  
Maria Aparecida da Silva  
TITULAR  
Sebastiana Fernandes da Silva Oliveira  
ESCREVENTE  
TIMBÓ DE JACARAÚ - PB

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Nº 055007 B







Seguradora Líder - DPVAT

## SEGURO DPVAT - PROTOCOLO DE RECEPÇÃO DE DOCUMENTOS

MORTE **M**

## IDENTIFICAÇÃO

VÍTIMA Andréia Féliz da Silva  
DATA DO ACIDENTE 01/09/2018 CPF DA VÍTIMA 046.759.114-62  
PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO Samuel Cavalcanti da Silva Féliz  
QUALIFICAÇÃO DO PORTADOR ☒ REPRESENTANTE LEGAL ( ) BENEFICIÁRIO, CUJO PARENTESCO COM A VÍTIMA É Andréia Féliz da Silva  
ENDEREÇO DO PORTADOR Rua Silveira S. Ferreira  
Nº 511 COMPLEMENTO 6.E.15A L40 BAIRRO Contor  
CIDADE Urandi UF PB CEP 55322-000  
E-MAIL \_\_\_\_\_ TELEFONE (33) 9888-1106

## INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- VALORES DE INDENIZAÇÃO
  - MORTE = R\$ 13.500,00
  - INVALIDEZ PERMANENTE = ATÉ R\$ 13.500,00
  - DESPESAS MÉDICAS (DAMS) = ATÉ R\$ 7.700,00 (REEMBOLSO)
- O PRAZO PARA PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO É DE 30 DIAS CONTADOS A PARTIR DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO COMPLETA.
- COM BASE NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, PODERÃO SER SOLICITADOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, COMO OS LISTADOS AO LADO, NESTE FORMULÁRIO.
- PARA ACOMPANHAR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, ACESSO [WWW.DPVATSEGURODOTRANSITO.COM.BR](http://WWW.DPVATSEGURODOTRANSITO.COM.BR) OU LIGUE GRÁTIS SAC DPVAT 0800 022 1204

MARQUE (X) PARA CADA DOCUMENTO ENTREGUE:

## DOCUMENTOS BÁSICOS

- ☒ REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- ☒ CERTIDÃO DE ÓBITO DA VÍTIMA (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- ☒ CARTEIRA DE IDENTIDADE DA VÍTIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☒ CARTEIRA DE IDENTIDADE DO BENEFICIÁRIO OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☒ CPF DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ( ) CPF DO BENEFICIÁRIO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ( ) LAUDO CADAVÉRICO (IML) OU CERTIDÃO DO AUTO DE NECRÓPSIA, SE FOR O CASO (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- ( ) COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DE CADA BENEFICIÁRIO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
- ( ) AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO (ORIGINAL) PARA CADA BENEFICIÁRIO, COM DOCUMENTOS QUE CONFIRMEM OS DADOS BANCÁRIOS, TAIS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

## DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

DOCUMENTOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAI, MÃE OU OUTRA PESSOA QUE REPRESENTA A VÍTIMA MENOR, DE 0 A 15 ANOS)

- ☒ CARTEIRA DE IDENTIDADE OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☒ CPF (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☒ COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)

## DOCUMENTOS DO CÔNJUGUE (MARIDO OU MULHER)

- ( ) CERTIDÃO DE CASAMENTO COM DATA ATUAL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ( ) PARA ACIDENTES OCORRIDOS A PARTIR DE 29/12/2006: DECLARAÇÃO (ORIGINAL) INFORMANDO ESTAR O CÔNJUGUE CASADO COM A VÍTIMA ATÉ A DATA DE FALECIMENTO, BEM COMO SE A VÍTIMA DEIXOU OU NÃO DEIXOU FILHOS

## DOCUMENTOS DA COMPANHEIRA (A)

- ( ) PROVA DE COMPANHEIRISMO JUNTO AO INSS OU DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES JUNTO À RECEITA FEDERAL OU PROVA DE DEPENDÊNCIA ATRAVÉS DA CARTEIRA DE TRABALHO OU, NA IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAR UM DESSES DOCUMENTOS, O ALVARÁ JUDICIAL OU DECISÃO JUDICIAL QUE RECONHEÇA A UNIÃO ESTÁVEL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ( ) CERTIDÃO DE CASAMENTO COM DATA ATUAL, CONTENDO A SEPARAÇÃO, SE FOR O CASO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ( ) PARA ACIDENTES OCORRIDOS A PARTIR DE 29/12/2006: DECLARAÇÃO DE ÚNICOS HERDEIROS (ORIGINAL) COM DUAS TESTEMUNHAS, INFORMANDO O ESTADO CIVIL DA VÍTIMA

## DOCUMENTOS DO COMPANHEIRO(A) E CÔNJUGUE

- ( ) PROVA DE COMPANHEIRISMO JUNTO AO INSS OU DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES JUNTO À RECEITA FEDERAL OU PROVA DE DEPENDÊNCIA ATRAVÉS DA CARTEIRA DE TRABALHO OU, NA IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAR UM DESSES DOCUMENTOS, O ALVARÁ JUDICIAL OU DECISÃO JUDICIAL QUE RECONHEÇA A UNIÃO ESTÁVEL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ( ) CERTIDÃO DE CASAMENTO, COM DATA ATUAL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ( ) DECLARAÇÃO DE SEPARAÇÃO DE FATO (ORIGINAL), FIRMADA PELO CÔNJUGUE (MARIDO OU MULHER)
- ( ) TERMO DE CONCILIAÇÃO (ORIGINAL) ASSINADO PELO(A) COMPANHEIRO(A) E O CÔNJUGUE (MARIDO OU MULHER)

## DOCUMENTOS DO(A) FILHO(A) OU NETO(A) DA VÍTIMA

- ☒ DECLARAÇÃO DE ÚNICOS HERDEIROS (ORIGINAL), COM DUAS TESTEMUNHAS, INFORMANDO O ESTADO CIVIL DA VÍTIMA

## DOCUMENTOS DO PAI, MÃE OU AVÔ(Ô) DA VÍTIMA

- ( ) DECLARAÇÃO DE ÚNICOS HERDEIROS (ORIGINAL), COM DUAS TESTEMUNHAS, INFORMANDO O ESTADO CIVIL DA VÍTIMA

## DOCUMENTOS DO IRMÃO, IRMÃ, TIO(A) OU SOBRINHO(A) DA VÍTIMA

- ( ) DECLARAÇÃO DE ÚNICOS HERDEIROS (ORIGINAL), COM DUAS TESTEMUNHAS, INFORMANDO O ESTADO CIVIL DA VÍTIMA
- ( ) CERTIDÃO DE ÓBITO DOS PAIS DA VÍTIMA (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- ( ) CERTIDÃO DE ÓBITO DOS FILHOS, SE FOR O CASO (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)

## PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE

DATA 02/10/2018IDENTIDADE 2059657ASSINATURA [assinatura]

## RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO NA SEGURADORA

DATA \_\_\_\_\_

NOME \_\_\_\_\_

ASSINATURA [assinatura]

Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 01/04/2019 13:44:21

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19040113422106600000019654435>

Número do documento: 19040113422106600000019654435

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

09:31

Japão confirma pela primeira vez morte de trabalhador de Fukushima por radiação (<https://portalindependente.com/fukushima-por-radiacao/>)



## JOVEM DA CIDADE DE JACARAÚ MORRE EM GRAVE ACIDENTE NA PB 085

Home (<https://Portalindependente.Com>) > Policial (<https://Portalindependente.Com/Editorias/Policial/>) > JOVEM DA CIDADE DE JACARAÚ MORRE EM GRAVE ACIDENTE NA PB 085





Publicado por Gibal Martiliano | 02.09.2018 às 10:53

Uma jovem da cidade de Jacaraú veio a óbito em um grave acidente na madrugada deste domingo (02), na rodovia PB 085 entre os municípios de Duas Estradas e Sertãozinho, agreste Paraibano.

De acordo com as informações, o acidente aconteceu após a linha férrea próximo ao engenho Serra Limpa, o condutor perdeu o controle do carro e chegou a cair em um pequeno açude as margens da rodovia, o mesmo estava com mais 4 pessoas sendo que a vítima foi a jovem Andréa Felix, filha de Tião do caldo de cana.

Felipe Silva

Compartilhe:



## PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



### IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0360596/18

**Vítima:** ANDREA FELIX DA SILVA

**CPF:** 096.758.114-12

**Seguradora:** BRASIL VEICULOS CIA DE SEGUROS

**Data do acidente:** 01/09/2018

**CPF de:** Próprio

**Titular do CPF:** ANDREA FELIX DA SILVA

### DOCUMENTOS ENTREGUES

#### Sinistro

Boletim de ocorrência  
Certidão de óbito  
Comprovação de ato declaratório  
Documentos de identificação  
Outros

#### PEDRO GABRIEL FELIX CAVALCANTI :

Certidão de nascimento  
Declaração de únicos herdeiros  
Documentos de identificação

#### JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO : 023.363.654-48

Autorização de pagamento  
Comprovante de residência  
Documentos de identificação

### ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue 0800-0221204.

- A indenização de morte por acidente ocorrido a partir de 29.12.2006 é de R\$ 13.500,00. Metade desse valor é pago ao cônjuge ou companheiro/a, se houver, e metade aos herdeiros legais da vítima. Havendo mais de um herdeiro, a cota é dividida entre eles, no quanto couber a cada um.

**Documentação recebida sem conferência.**

**A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.**

**A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.**

#### Portador da documentação entregue

Data da entrega: 02/10/2018  
Nome: JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO  
CPF: 023.363.654-48

JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO

#### Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 02/10/2018  
Nome: SIDNEI ANTUNES DE OLIVEIRA  
CPF: 614.058.096-04

SIDNEI ANTUNES DE OLIVEIRA







EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE JACARAU/PB

Processo n.º 08000225820198151071

**BRADESCO SEGUROS S.A.**, empresa seguradora com sede à Av. Paulista, 1415 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP: 01311-200, inscrita no CNPJ sob o número 33055146000193 e **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **PEDRO GRABRIEL FÉLIX DA SILVA** representado por **JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO E OUTROS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

### CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor:

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que seu ente querido **ANDRÉA FÉLIX DA SILVA**, foi vítima fatal de acidente automobilístico ocorrido em 01/09/2018.

**A parte autora ingressou com o pedido administrativo em 02/10/2018, não obstante o ajuizamento da presente ação.**

Ademais, de acordo com o art. 5º, §1º, da Lei nº 6.194/74, a regulação do sinistro deve ser realizada no prazo de 30 dias pela seguradora mediante a apresentação pelo segurado dos documentos que o parágrafo do dispositivo menciona.

**No presente caso, não foi comprovada pela parte autora a NEGATIVA da Seguradora Ré do requerimento extrajudicial, com referência ao pagamento da indenização securitária, sendo, portanto, indevido o ajuizamento da presente ação.**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



### **PRELIMINARMENTE**

### **DA TEMPESTIVIDADE**

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015<sup>[1]</sup>, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

### **DA ILEGITIMIDADE DO POLO PASSIVO**

Inicialmente, frisamos que a Seguradora Ré, a saber, **BRADESCO SEGUROS S.A** desligou-se do Convênio DPVAT, respondendo portanto, somente por sinistros que foram devidamente regulados por ela até a data do desligamento, o que não é o caso da presente demanda.

Sendo assim, a Ré é parte ilegítima para compor a presente demanda, uma vez que esta não faz mais parte das Seguradoras conveniadas ao Convênio DPVAT.

Face esta circunstância, não se configura, pois, qualquer relação de direito material entre a parte Autora e a Ré capaz de legitimar interesse jurídico no ajuizamento desta demanda diretamente contra a Contestante, por faltar uma das condições da ação, qual seja, a legitimidade, restando à parte autora carecedora de ação.

Todavia, em atenção ao princípio da celeridade processual, pugna-se pela substituição da demandada, pela Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT, vez que a mesma foi criada com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT.

A Resolução CNSP de n.º 154 determinou a constituição de uma Seguradora especializada para administrar os Consórcios do Seguro DPVAT – anteriormente conhecido como “*Convênio do Seguro Obrigatório DPVAT*”.

Ademais, tem-se que a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT já detém autorização da SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP, para operar no que tange ao Seguro Obrigatório DPVAT, conforme Portaria n.º 2797/07.

Assim, requer a substituição do polo passivo para a **Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT**. Caso não seja o entendimento do nobre Magistrado, requer-se a extinção do feito sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do CPC, ante a ilegitimidade passiva demonstrada.

### **DA AUSÊNCIA DE CAPACIDADE POSTULATÓRIA**

### **DA PROCURAÇÃO ACOSTADA AOS AUTOS**

Verifica-se que o instrumento de mandato outorgado ao advogado da parte Autora, violando a regra esculpida no art. 104 do CPC, haja vista a irregularidade na representação processual, **pois a parte autora é menor e está sendo representada, contudo a procuração não possui o nome do menor, bem como não menciona a representação.**

Dessa feita, com o fito de evitar maiores prejuízos aos litigantes, necessário se faz a intimação da parte para sanar o vício contido no presente caderno processual.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



A intimação para sanar tal vício se faz mister, pois no caso dos autos, é indubitável que a ausência de procuração válida não produz nenhum efeito legal aos atos processuais, sendo estes considerados inexistentes.

Assim sendo, se após determinação judicial para sanar o vício a parte autora permanecer inerte, deverá o processo ser extinto sem resolução do mérito de acordo com a regra contida no artigo 485, III, do CPC.

**Assim, requer a Vossa Excelência se digne intimar a parte autora para sanar o vício contido no instrumento procuratório, sob pena de indeferimento da inicial.**

#### **DA IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO**

Inicialmente cumpre informar que mediante análise dos autos verifica-se que o não há nos autos procuração válida ou substabelecimento outorgando poderes para advogado que assinou eletronicamente a petição inicial.

Vejamos o entendimento do STJ:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO OU SUBSTABELECIMENTO DA ADVOGADA SUBSCRITORA DO RECURSO. RECURSO ASSINADO ELETRONICAMENTE. IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 115/STJ.

1. "A prática eletrônica de ato judicial, na forma da Lei n. 11.419/2006, reclama que o titular do certificado digital utilizado possua procuração nos autos, sendo irrelevante que na petição esteja ou não grafado o seu nome" (AgRg no REsp1.347.278/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/6/2013, DJe 1º/8/2013.).

2. Nos termos da jurisprudência do STJ, a identificação de quem peticiona nos autos é a proveniente do certificado digital, independentemente da assinatura que aparece na visualização do arquivo eletrônico.

3. "A juntada posterior do instrumento de procuração ou substabelecimento não tem o condão de sanar o vício contido no recurso manejado, ante a inaplicabilidade dos arts. 13 e 37 do CPC no âmbito dos recursos excepcionais. Precedentes da Corte Especial e da 1ª Seção do STJ" (AgRg no REsp 1.450.269/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/11/2014, DJe 2/12/2014.).

**AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 724.319 – BA (2015/0134460-5)**

Neste sentido é importante consignar que referido documento é de suma importância a esses autos, eis que, para que a representação da parte seja válida é necessária à outorga de mandato.

**Diante do exposto, em face da irregularidade na representação processual da parte autora requer intimação da mesma para sanar o vício ora anunciado, sob pena de indeferimento da petição inicial.**



## **DO MÉRITO**

### **DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA**

Caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

**A RÉ INFORMA A NECESSIDADE DE SER OUVIDA, PESSOALMENTE, A PARTE AUTORA SOBRE OS FATOS NARRADOS NA INICIAL, BEM COMO TODA DOCUMENTAÇÃO JUNTADA AOS AUTOS, EM ESPECIAL O BOLETIM DE OCORRÊNCIA, HAJA VISTA QUE A NARRATIVA DOS FATOS, NÃO FOI EXPOSTA DE FORMA CLARA, BASTANTE GENÉRICA, NÃO HÁ TESTEMUNHAS, NÃO HÁ INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA AUTOMÓVEL E O CONDUTOR, CONSTANDO APENAS DECLARAÇÕES UNILATERAIS DE TERCEIROS.**

Portanto, para que não paire qualquer dúvida sobre a autenticidade do Boletim de Ocorrência apresentado aos autos, a Ré pugna a este d. Juízo que seja expedido ofício à Delegacia de Polícia na qual fora registrada a ocorrência, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

### **DA FALTA DE NEXO DE CAUSALIDADE**

#### **AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS MÉDICOS/DOCUMENTOS CONTEMPORÂNEOS COMPLEMENTARES/ NÃO CONSTA ACIDENTE DE TRÂNSITO NA CERTIDÃO DE ÓBITO**

A Lei que regula a indenização pleiteada pela Autora é a Lei n.º 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92 e 11.482/07. Estas leis determinam que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a morte e o acidente noticiado.

**EM QUE PESE A PARTE AUTORA TER JUNTADO AOS AUTOS A CERTIDÃO DE ÓBITO DA VÍTIMA, NÃO HÁ ELEMENTOS CAPAZES DE COMPROVAR QUE A VÍTIMA TERIA FALECIDO EM DECORRÊNCIA DO ACIDENTE DE TRÂNSITO.**

**EXA., APESAR DA PARTE AUTORA TER JUNTADO A CÓPIA DA CERTIDÃO DE ÓBITO DA VÍTIMA, NÃO FICOU COMPROVADO ATRAVÉS DOS DEMAIS DOCUMENTOS TRAZIDOS PELO AUTOR QUE A MORTE DA VÍTIMA DECORREU DO ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO, VEJAMOS:**







# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Cartório do Registro Civil  
Nascimentos Casamentos e Óbitos

Marisa de Castro  
Oficial do Registro Civil  
Comarca de Jacaraú-PB

## CERTIDÃO DE ÓBITO

ANDRÉA FELIX DA SILVA

CPF  
096.758.114-12

MATRÍCULA  
073155 01 55 2018 4 00006 127 0003558-96

SEXO FEMININO COR PARDASOLTEIRA - 25 ANOS DE IDADE

NATURALIDADE JACARAÚ-PB DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO RG 3556661 ELEITOR SIM

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA  
Sebastião José da Silva e Maria da Luz Felix da Silva

RESIDENTE RUA VEREADOR PEDRO LUIZ DA SILVA, 202, CASA, SÃO JOSÉ, JACARAÚ, PB

DATA E HORA DE FALECIMENTO  
PRIMEIRO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO - ÀS 22:00 H DIA 01 MÊS 09 ANO 2018

LOCAL DE FALECIMENTO  
EM VIA PÚBLICA (OUTROS), EM LAGOA DE DENTRO-PB, DE ACORDO COM A REQUISIÇÃO DA DELEGACIA VÍTIMA DE AFOGAMENTO

CAUSA DA MORTE  
ASFIXIA POR AFOGAMENTO

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (município e cemitério, se conhecido)  
SEPULTADO NO CEMITÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, DE JACARAÚ-PB. DECLARANTE SEBASTIÃO JOSÉ DA SILVA (PAI) CPF 534.186.547-20

NOME E NÚMERO DE DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO  
Dra. SILVANA MARIA GOMES DE MIRANDA LINHARES CRM Nº 4713

AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES À ACRESER  
Registro feito em doze de setembro de dois mil e dezoito Título de eleitor n.º 042545091295, carteira de trabalho n.º 38366 série n.º 00032, nascida em 22/08/1993. A falecida deixa um filho menor: Pedro Gabriel Felix Cavalcanti, nascido em: 31/08/2015. Não deixa bens. Ato registrado pela Oficiala do Registro Civil Marisa de Castro. SELO DIGITAL Nº AGW78329-SE7J - consulte autenticidade em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> .. NADA MAIS.

ANOTAÇÕES DE CADASTRO  
SEM INFORMAÇÃO  
\* As anotações de cadastro acima não dispensam a parte interessada da apresentação do documento original, quando exigido pelo órgão solicitante ou quando necessário para identificação de seu portador.

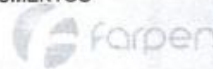
SERVIÇO REGISTRAL DAS PESSOAS NATURAIS  
MARISA DE CASTRO - Oficial  
RUA: PRESIDENTE JOÃO PESSOA, Nº158 - CENTRO -  
JACARAÚ - PB CEP: 58278-000  
Tel/Fax: 083 3295-1012  
E-mail: marisadecastroa@bol.com.br

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.  
JACARAÚ, 12 de setembro de 2018

Marisa de Castro



ISENTO DE EMOLUMENTOS



VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Nº 716857 B



**CUMPRE-SE RESSALTAR AINDA QUE A PARTE AUTORA NÃO JUNTOU NENHUM DOCUMENTO CONTEMPORÂNEO AO SINISTRO, O BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO, DEIXANDO AINDA DE APRESENTAR A CERTIDÃO DO AUTO DE NECROPSIA / LAUDO CADAVERÍCO.**

Essa prova documental incumbe à parte autoral, não só em função do que consta expressamente na lei específica, supra transcrita, como em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373, I, do CPC.

No caso em apreço, não obstante dispensável a verificação do elemento culpa, mormente por se tratar de um seguro cuja responsabilidade é objetiva, é imprescindível a verificação de nexo de causalidade entre o acidente automobilístico e o dano fatal, sob pena de inviabilizar a indenização prevista na Lei 6194/74.

**DESTARTE, COMO NÃO HÁ COMPROVAÇÃO CABAL DO NEXO CAUSALIDADE ENTRE A MORTE E O SUPOSTO ACIDENTE NOTICIADO, DEVERÁ SER A IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO É A MEDIDA QUE SE IMPÕE.**

**DA PLENA VIGENCIA DA LEI 11.482/07**

**ALTERAÇÃO DO ART. 4º DA LEI 6.194/74**

Cumprе salientar que na data de 31 de Maio de 2007, entrou em vigor a Lei 11.482/07, que alterou a Lei 6.194/74 e a Lei 8.441/92. Em seu art. 8º, encontra-se especificado os novos valores a serem adotados, no que tange à indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT4.

Destaque-se ainda, que a Lei 11.482/07 modifica a forma de pagamento a ser realizado aos beneficiários legais e o mesmo art. 8º da referida Lei, alterou o art. 4º da Lei 6.194/74, no sentido de que a indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 do Código Civil 5.

Desta forma, resta indiscutivelmente comprovado que a verba indenitária deve ser rateada entre todos os beneficiários da vítima.

Reiterando que o valor indenizável para a cobertura de evento morte é de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais), verifica-se que o valor deve ser dividido entre todos os beneficiários da vítima.

Portanto, para que a autora possa receber o valor referente ao Seguro Obrigatório DPVAT, deve comprovar a qualidade de únicos beneficiários, devendo restar claro que a vítima não deixou outros herdeiros.

**DA REGULAÇÃO ADMINISTRATIVA**

Vale ressaltar que o referido sinistro encontra-se em análise pela Seguradora Ré, sendo a mesma surpreendida pela presente Ação.

Ademais, de acordo com o art. 5º, §1º, da Lei nº 6.194/74, a regulação do sinistro deve ser realizada no prazo de 30 dias pela seguradora mediante a apresentação pelo segurado dos documentos que o parágrafo do dispositivo menciona.

**No presente caso, não foi comprovada pela parte autora a NEGATIVA da Seguradora Ré do requerimento extrajudicial, com referência ao pagamento da indenização securitária, sendo, portanto, indevido o ajuizamento da presente ação.**



Neste sentido, a pretensão autoral não merece prosperar pela razão de que, pela narrativa dos fatos se deduz que o procedimento da seguradora está correto.

Com efeito, é incabível a cobrança judicial do DPVAT antes do decurso do prazo legal de regulação do sinistro. Uma vez que antes do decurso do prazo estabelecido por lei não há resistência à pretensão do segurado e, consequentemente, lesão ao suposto direito da vítima.

Importante dizer que não se trata de exigir o esgotamento da via administrativa, mas o fato de oportunizar à seguradora o pagamento extrajudicial, mesmo porque, como mencionado, a lei prevê prazo para a regulação do sinistro e ele se conta da entrega dos documentos pertinentes a uma das seguradoras integrantes do consórcio DPVAT.

Em qualquer hipótese de acidente, a atitude normal do segurado é procurar uma das seguradoras, para que esta regule, primeiramente, o sinistro. Somente em caso de não pagamento, ressarcimento incompleto ou de mora, as demandas devem ser ajuizadas.

*In casu*, a parte autora não respeitou o prazo legal que a seguradora dispõe para pagar e ajuizou a presente demanda. Desta forma impõe-se a extinção do processo sem julgamento do mérito, pois a existência do litígio constitui condição lógica do processo, cabendo ser evidenciado que o cidadão não deve e nem pode, a seu livre arbítrio e prazer, acionar a prestação jurisdicional do Estado em conflitos que certamente poderiam ser resolvidos de forma consensual e sem a interferência estatal.

**Caso não seja este o entendimento do i. Magistrado, requer a suspensão do processo e a intimação da parte autora para que manifeste sua concordância ou não quanto a suspensão da presente ação até finalização da regulação do pedido administrativo (pagamento/negativa/cancelamento) ou mesmo sua opção pela desistência da regulação administrativa e prosseguimento da ação judicial.**

#### **DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação<sup>6</sup>.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

#### **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar máximo de 15% (quinze por cento), nos termos do § 1º Art. 1º da Lei nº 1.060/50.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, às hipóteses de casos de “fácil” instrução.



Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado.

### **CONCLUSÃO**

Requer a Ré o acolhimento das preliminares suscitadas.

**Requer a suspensão do processo e a intimação da parte autora para que manifeste sua concordância ou não quanto a suspensão da presente ação até finalização da regulação do pedido administrativo (pagamento/negativa/cancelamento) ou mesmo sua opção pela desistência da regulação administrativa e prosseguimento da ação judicial.**

**Ante o exposto, requer a Ré a improcedência da ação, tendo amplamente demonstrado o total descabimento da presente demanda, nos exatos termos do artigo 487, inciso I, do CPC.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10%, consoante a previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1.060/50.

Protesta, ainda, por todo o gênero de **provas** admitido em direito, especialmente documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da parte autora para que esclareça:

- Queira o autor esclarecer se é o único beneficiário da vítima ou tem conhecimento da existência de outros herdeiros;
- Queira o autor esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial;
- Se tem ciência de algum pagamento administrativo referente ao sinistro em tela;

Por fim, ressalta a necessidade da intervenção do Ministério Público nos casos de interesse de incapazes, sob pena de nulidade processual, conforme artigo 178, II c/c art. 279 do Código de Processo Civil.

**PARA FINS DO EXPRESSO NO ARTIGO 106, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, REQUER A RÉ QUE TODAS AS INTIMAÇÕES SEJAM ENCAMINHADAS AO ESCRITÓRIO DE SEUS PATRONOS, SITO NA RUA SÃO JOSÉ, Nº 90, GRUPO 810/812, CENTRO, RIO DE JANEIRO-RJ, CEP: 20010-020 E QUE AS PUBLICAÇÕES SEJAM REALIZADAS, EXCLUSIVAMENTE, EM NOME DO PATRONO SUELIO MOREIRA TORRES INSCRITO SOB O Nº OAB/PB 15477, SOB PENA DE NULIDADE DAS MESMAS.**

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA/PB, 25 de Março de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**OAB/PB 15477**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)





## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB 4246-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na 15477 - OAB/PB, com escritório na AV. JOAO MACHADO 553, SALA 111 - 1º ANDAR - EDF. PLAZA CENTER, CENTRO - JOAO PESSOA - PB, CEP: 58013-520, os poderes que lhes foram conferidos por **BRADESCO SEGUROS S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO**, em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **JACARAU**, nos autos do Processo nº 08000225820198151071.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



**EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE  
JACARAÚ, ESTADO DA PARAÍBA.**

**Processo n.º 0800022-58.2019.815.1071**



**JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO E OUTROS**, já qualificados nos autos do processo em epígrafe, vem, *data magna vênia*, por seu advogado infra-assinado, em cumprimento ao r.despacho de fls., apresentar IMPUGNAÇÃO aos termos da Contestação juntada pela promovida, o fazendo nos seguintes termos:

## **I – ILEGITIMIDADE PASSIVA DA DEMANDADA – REJEIÇÃO**

A preliminar de ilegitimidade passiva da demandada não merece guarida, visto que o art. 7 da Lei 6.194/74 diz expressamente que o seguro pode ser requerido de qualquer seguradora integrante do consórcio, de sorte que todas as seguradoras consorciadas são indistintamente partes legítimas para figurar no pólo passivo referente ao pagamento da indenização do seguro obrigatório – DPVAT.

## **II - DA NECESSIDADE DE CONCLUSÃO DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO**

Sugere a CONTESTANTE em suas alegações preliminares a falta de interesse de agir tendo em vista a falta de conclusão do processo administrativo, buscando a extinção do processo sem julgamento do mérito, alegando a necessidade de encerramento do feito na esfera administrativa.

Ocorre que os autores se viram obrigados de demandar judicialmente tendo em vista que a parte promovida insiste em exigir a apresentação de laudo cadavérico para finalizar a feito administrativo. Entretanto, em razão da determinação da Justiça do Trabalho da 13ª Região que determinou a interdição do Instituto de Polícia Científica da Capital a polícia criminal não está em condições de fornecer tal documento, tendo informado que somente voltará a concluir os exames Tanatoscópicos que necessitem de exame de alcoolemia após a conclusão das obras de reforma da sede da polícia científica, não data prevista para isso.

Sendo assim, o processo administrativo encontra-se pendente de documentação desde novembro de 2018, não tendo a parte autora condições de apresentar o referido documento exigido pela seguradora para conclusão do sinistro e consequente pagamento.

De outro lado, não existe previsão legal para se condicionar o ajuizamento da referida demanda à conclusão do processo administrativo, sendo certa a possibilidade de ingresso da demanda contestada antes da conclusão do pleito administrativo em razão do princípio constitucional do amplo acesso a justiça.

Portanto, inaceitável a argumentação da CONTESTANTE que busca tornar o Promovente carente do direito de ação, baseando-se simplesmente na alegação de que tal direito apenas nasceria com a recusa do pagamento do sinistro na instância administrativa.



Nesse sentido, a jurisprudência do STF, proclamada em sede de Recurso Extraordinário n.º631.240, julgado sob a sistemática de Repercussão Geral, estabeleceu que ***“a exigência de prévio requerimento administrativo não deve prevalecer quando o entendimento de Administração for notória e reiteradamente contrário à postulação do segurado.”***

Como vemos no referido processo, o entendimento da Seguradora é reiteradamente contrário à postulação do promovente, uma vez que apresentou contestação opondo-se ao pleito autoral, requerendo o julgamento pela improcedência dos pedidos.

Note Excelência, que a decisão do STF ainda estabelece que: ***“caso a ação tenha sido ajuizada no âmbito de Juizado Itinerante, a ausência de anterior pedido administrativo não deverá implicar a extinção do feito; (ii) caso o INSS já tenha apresentado contestação de mérito, está caracterizado o interesse em agir pela resistência à pretensão”***.

Dessa forma, vemos que resta caracterizado o interesse de agir da parte Autora, uma vez que a Seguradora Contestante resiste por todos os meios à pretensão autoral, tendo inclusive apresentado contestação no processo.

## QUANTO AO MÉRITO

Tratando-se de ação de cobrança de seguro obrigatório DPVAT, regido pela Lei 6194/74, cumpre analisar a concorrência, *in casu*, dos elementos necessários para o recebimento da indenização - **simples prova do acidente e do dano decorrente** – os quais foram devidamente supridos através da farta documentação trazida pela parte AUTORA na peça inaugural (Boletim de Acidente de Trânsito, Laudo Médico Hospitalar e Laudo Médico).

Percebe-se assim que o processo encontra-se instruído com toda a documentação exigida pela Lei 6.194/74, restando comprovado o acidente, o dano e nexo causal.

Desta feita, requer sejam rechaçadas as preliminares e, quanto ao mérito, seja a ação julgada procedente, pugnando pela produção de prova documental e testemunhal.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Jacaraú, 01 de Abril de 2019.

Advogado **Abraão Costa** Florêncio de Carvalho

OAB/PB n.º. 12.904







**Vistos, etc.**

**PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO – FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL.**

A promovida arguiu falta de interesse de agir, por não ter o autor reclamado seu direito anteriormente na via administrativa. Com efeito, tal preliminar também não merece prosperar, vez que o ordenamento jurídico brasileiro não exige o esgotamento da via administrativa para ingressar na via judicial. A exigência de esgotamento da instância administrativa junto à seguradora evidentemente afronta o disposto no art. 5º, inc. XXXIV, da CF, que não condiciona o direito de petição do cidadão ao esgotamento da via administrativa.

Nesse sentido é a jurisprudência pátria: “Segundo reiterada jurisprudência, não é necessário o esgotamento da via administrativa para postular indenização em juízo, sob a égide da Constituição Federal, artigo 5º, inciso XXXIV, alínea ‘a’”. Consta, ainda, que a parte promovente apresentou os documentos que entende para o manejo da lide. Portanto, REJEITO A PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO.

**INTERVENÇÃO DA SEGURADORA LÍDER.**

Finalmente, descabe o chamamento à lide da SEGURADORA LÍDER, uma vez que todas as seguradoras integrantes do consórcio DPVAT são parte legítima para figurar do polo passivo de ações desta espécie, cabendo, no momento oportuno, a compensação com a gestora do sistema.

A decisão do STJ a seguir transcrita corrobora esse entendimento: “AGRAVO REGIMENTAL. SEGURO OBRIGATÓRIO. LEGITIMIDADE. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. PRECEDENTES. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS 282 e 356/STF. MATÉRIA DE PROVA. SÚMULA 7. - A indenização pelo seguro obrigatório (DPVAT) pode ser cobrada de qualquer seguradora que opere no complexo, mesmo antes da vigência da Lei n. 8.441/92, independentemente da identificação dos veículos envolvidos na colisão ou do efetivo pagamento dos prêmios. Precedentes”<sup>1</sup>.

Afasto então tal alegação.

Em seguida, DECLARO saneado o feito e as partes legitimamente representadas, fixando como ponto controvertido apenas o grau de lesão incapacitante da qual padeceu o autor, deferindo a realização de perícia técnica, a ser realizada no fórum local no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, às 08:00 horas, ficando nomeado como perito deste juízo o DR. JÂNIO DANTAS GUALBERTO<sup>2</sup>, que deve responder ao seguinte quesito: “Qual o grau de invalidez que padece o autor”, intimando-se as partes, por seus Advogados, para formular quesitos e indicar assistentes técnicos, no prazo de 15 (quinze) dias, já deferindo os quesitos eventualmente apresentados na contestação e na inicial. Desde já, fica a parte promovente intimada para comparecer ao referido exame, preferencialmente munido de documentos pessoais e/ou outros documentos, laudos, atestados, declarações e exames anteriores (raio



X, tomografia, ressonância, etc.), para fins de facilitar o trabalho pericial. Intime-se a seguradora para pagar/depositar em juízo os honorários periciais no valor de R\$ 200,00, conforme Cláusula 1.3. do Convênio n.º 015/2014.

P.I. e Cumpra-se.

Jacaraú, 27 de maio de 2019

*Juiz de Direito*

[1](#)

STJ - AgRg no Ag 751.535/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, TERCEIRA TURMA, julgado em 24.08.2006, DJ 25.09.2006 p. 268.

[2](#)

Graduado em Medicina pela Universidade Federal da Paraíba (1994). Residência médica em Ortopedia e Traumatologia no HBDF(DF), Título de Especialista pelo SBOT. Atualmente é professor da Universidade Federal de Campina Grande, professor - Faculdades de Enfermagem e Medicina Nova Esperança(FAMENE), Preceptor da residência médica de ortopedia e traumatologia do Hospital Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, diretor -, Foi presidente da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia - SBOT - Regional PB (2011). Tem experiência na área de Medicina, com ênfase em Ortopedia.



*Vistos, etc.*

CHAMO o feito à ordem e torno sem efeito a designação de perícia, eis que se trata de morte e não invalidez parcial.

Outrossim, dou o feito por saneado e as partes legitimamente representadas, fixando como fatos controvertidos aqueles nos quais se fundamenta o direito buscado na inicial, deferindo a produção de provas testemunhal e documental, ao tempo em que, **DESIGNO**, desde já, o dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, às \_\_\_\_:\_\_\_\_ horas, na Sala de Audiências deste Juízo, para ter lugar a **AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO**, devendo ser intimadas as partes e seus Advogados/Defensores/Procuradores, para comparecer à mencionada audiência, acompanhados pelas respectivas testemunhas.

Cumpra-se, com a observância das cautelas de estilo. Diligências necessárias.

Jacaraú/PB, 6 de junho de 2019

**JUIZ(A) DE DIREITO**





De ordem do MM. Juiz de Direito desta comarca, intimo o Dr. ABRAÃO COSTA FLORÊNCIO DE CARVALHO, para comparecer a perícia médica e audiência de instrução e julgamento designada para o dia 30/08/2019, às 08:00 horas, no Fórum local, ficando ciente que as partes deverão comparecer independente de intimação, munidas de RG e outros documentos, laudos, atestados, declarações e exames anteriores (raio X, tomografia, ressonância, etc.), para fins de facilitar o exame pericial, devendo a seguradora pagar/depositar, se ainda não realizado, em juízo os honorários periciais no valor de R\$ 200,00, conforme Cláusula 1.3. do Convênio n.º 015/2014.

Jacaraú, 14 de agosto de 2019.

Ednael dos Santos

Mat. 472.466-6



De ordem do MM. Juiz de Direito desta comarca, intimo o Dr. SUÉLIO MOREIRA TORRES, para comparecer a perícia médica e audiência de instrução e julgamento designada para o dia 30/08/2019, às 08:00 horas, no Fórum local, ficando ciente que as partes deverão comparecer independente de intimação, munidas de RG e outros documentos, laudos, atestados, declarações e exames anteriores (raio X, tomografia, ressonância, etc.), para fins de facilitar o exame pericial, devendo a seguradora pagar/depositar, se ainda não realizado, em juízo os honorários periciais no valor de R\$ 200,00, conforme Cláusula 1.3. do Convênio n.º 015/2014.

Jacaraú, 14 de agosto de 2019.

Ednael dos Santos

Mat. 472.466-6





**ESTADO DA PARAÍBA**

**PODER JUDICIÁRIO**

**COMARCA DE JACARAÚ**

**TERMO DE AUDIÊNCIA**

**PROCESSO Nº 0800022-58.2019.8.15.1071**

**NATUREZA:** Audiência de instrução e julgamento

**DATA E HORÁRIO:** 30.08.2019 às 08:20 horas

**PRESENTES:** o Dr. PERILO RODRIGUES DE LUCENA, Juiz de Direito, a promovente e seu Advogado, sendo-lhe assegurado o prazo de 15 (quinze) dias para juntada da procuração com a indicação do menor e de seus representantes, a promovida por preposto KECIO DE AGUIAR PEREIRA e Advogado DR. SUÉLIO MOREIRA TORRES, OAB/PB 15.477, preposto MATHEUS LIRA HIGINO e Advogado DR. BRUNO ROBERTO ARANHA FERNANDES, OAB/PB 17.263.

**AUSENTE:** não houve.

**OCORRÊNCIA:** Pelo MM. Juiz foi dito que foi tentada a conciliação, não tendo as partes chegado a uma composição amigável, apresentada contestação. Em seguida, pelo MM Juiz foi proferida a seguinte sentença: EMENTA: DPVAT – LEI Nº 6.194/74 – MORTE - INDENIZAÇÃO – PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. Preenchidos os requisitos previstos na Lei do DPVAT, procedente o pedido de cobrança do pagamento do seguro. Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA C/C REPARAÇÃO DE DANOS movida por JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO, SEBASTIAO JOSE DA SILVA e MARIA DA LUZ FELIX DA SILVA, contra BRADESCO SEGUROS S/A, ambos qualificados na exordial, sustentando que a filha dos promoventes, mãe do menor do qual detêm a guarda, foi vítima de acidente automobilístico vindo a falecer, requerendo o pagamento de indenização correspondente. O feito tramitou regularmente, designada audiência preliminar, frustrada a conciliação embora tentada, após o que foi apresentada contestação, me vindo os autos conclusos para julgamento. É o breve relato. DECIDO: PRELIMINAR: Quanto ao não ingresso administrativo, vê-se que ao contestar a lide, demonstrou a seguradora a existência de pretensão resistida, a justificar o ajuizamento da ação. Assim sendo, rejeito a preliminar. NEXO DE CAUSALIDADE. No caso, embora a causa da morte apontada na certidão de óbito seja afogamento, verifica-se das reportagens trazidas na inicial e no boletim de ocorrência, que o carro no qual a vítima era conduzida sofreu um sinistro e caiu em um açude, de maneira que evidente a natureza do acidente de trânsito, não havendo se falar em não aplicação do seguro DPVAT. Reconheço, pois, o nexo de causalidade a impor o pagamento pelo sinistro. MÉRITO. Verifica-se da certidão de óbito da filha dos promoventes que à época de seu falecimento o mesmo tinha um filho, ora representado pelos avós. Já está pacificado na jurisprudência pátria que a legitimidade das seguradoras é concorrente a todos os integrantes do sistema DPVAT, bem como é despicando o ingresso administrativo prévio ao ajuizamento de ação judicial para ver recebido o seguro. Com efeito, apenas a parte promovente perde ao suprimir a fase administrativa, uma vez que apenas a contar do ajuizamento da ação



e da citação que defluirão a correção monetária e os juros, respectivamente, não havendo se falar em condição pré-processual, o que é vedado pela C.F./88. A novel legislação<sup>1</sup> (Lei n.º 11.482, de 31 de maio de 2007 – que entrou em vigor na data da publicação, na forma do art. 24, III) tornou sem sentido a maior parte dos litígios que antes dominavam o universo jurídico do seguro DPVAT. Ora, preenchidos os requisitos previstos na Lei do DPVAT, procedente o pedido de cobrança do pagamento do seguro. No caso, o valor a ser pago é R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – art. 3.º, “I”; comprovada a relação de parentesco/dependência e apresentada certidão de óbito – art. 5.º, “a”, não havendo, portanto, discussões outras a serem vencidas. Por fim, a correção do valor a ser pago deve ser feita pelo índice da poupança a partir do ajuizamento da ação e os juros no percentual de 1% deverão incidir a contar da citação. EX-POSITIS: Por estas razões, na forma do art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTE em parte o pedido, CONDENANDO a parte promovida ao pagamento da indenização do seguro DPVAT no valor de R\$ 13.500,00, com a correção do valor a ser pago deve ser feita pelo índice da poupança a partir do ajuizamento da ação e os juros no percentual de 1% deverão incidir a contar da citação. CONDENO, ainda, a parte promovida, ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como nos honorários advocatícios que arbitro na forma do art. 82 do CPC, no percentual de 20% sobre o valor da condenação. Condiciono o recebimento dos alvarás á juntada do termo de guarda do menor. Transitada em julgado a vertente sentença, arquivem-se os autos, com BAIXA na distribuição. Decisão publicada em audiência e dela intimadas as partes, registre-se e cumpra-se. E, como não havia mais nada a tratar, mandou o MM. Juiz encerrar o presente termo, que fica devidamente assinado pelos presentes.

**Dr. Perilo Rodrigues de Lucena**

**Juiz de Direito**

**Promovente      Advogado**

**Promovido(a)      Advogado(s)**

**1 LEI N.º 6.194/74, COM AS ALTERAÇÕES DA LEI N.º 11.482/07.**

Art. 3o Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2o desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos). a) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007) b) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007) c) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007) I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007) II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007) III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007) § 1o No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos). I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da





cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos). II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos). § 2º Assegura-se à vítima o reembolso, no valor de até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), previsto no inciso III do caput deste artigo, de despesas médico-hospitalares, desde que devidamente comprovadas, efetuadas pela rede credenciada junto ao Sistema Único de Saúde, quando em caráter privado, vedada a cessão de direitos. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos). § 3º As despesas de que trata o § 2º deste artigo em nenhuma hipótese poderão ser reembolsadas quando o atendimento for realizado pelo SUS, sob pena de descredenciamento do estabelecimento de saúde do SUS, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos). Art. 4º A indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil. (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007) Parágrafo único. (Revogado pela Lei no 8.441, de 1992). (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007) § 1º (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007) § 2º (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007) § 3º Nos demais casos, o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007). Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. § 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007) a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte; (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992) b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais. § 2º Os documentos referidos no § 1º serão entregues à Sociedade Seguradora, mediante recibo, que os especificará. § 3º Não se concluindo na certidão de óbito o nexo de causa e efeito entre a morte e o acidente, será acrescentada a certidão de auto de necropsia, fornecida diretamente pelo instituto médico legal, independentemente de requisição ou autorização da autoridade policial ou da jurisdição do acidente. § 4º Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora. (Incluído pela Lei nº 8.441, de 1992) § 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais. (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos). § 6º O pagamento da indenização também poderá ser realizado por intermédio de depósito ou Transferência Eletrônica de Dados - TED para a conta-corrente ou conta de poupança do beneficiário, observada a legislação do Sistema de Pagamentos Brasileiro. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007) § 7º Os valores correspondentes às indenizações, na hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária, sujeitam-se à correção monetária segundo índice oficial regularmente estabelecido e juros moratórios com base em critérios fixados na regulamentação específica de seguro privado. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)



EMBARGOS EM ANEXO





**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE JACARAU/PB**

**Processo:** 08000225820198151071

**BRADESCO SEGUROS S.A.**, já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem à presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por **JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO**, opor

#### **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

Ante os fundamentos a seguir:

#### **DA SÍNTESE DOS FATOS E DA OMISSÃO**

Com a mais a respeitosa vênia, assim o fazendo, afigura-se a v. decisão omissa em pontos essenciais, justificando o cabimento dos presentes Embargos de Declaração, a fim de que essa V. Exa. decida-os e confira os efeitos integrativos ao respeitável *decisum*.

Frisa-se que na d. sentença exarada, verifica-se grave OMISSÃO, que devem ser supridas ou sanadas por meio dos presentes embargos, sendo certo que o recurso não objetiva rediscutir a matéria, mas afastar os vícios constatados no julgado.

Com todo o respeito, a Embargante informa que nos casos em que há interesses de incapazes sendo discutido em determinada demanda, deve ser intimado o Ministério Público, órgão fiscalizador da Lei, para que se pronuncie sobre a necessidade de sua intervenção.

Cumprir informar, no caso dos autos, o autor é menor, e figura como autor na presente demanda, figurando como representante, seu genitor, contudo, em que pese tenha haja o pedido de intimação do MP na peça de bloqueio, não se observa menção a este respeito na sentença prolatada.

Urge ressaltar, a necessidade da prática deste ato, de intimação do MP, não por uma faculdade, mas um comando imposto pelo Código de Processo Civil, que traz inclusive, quando ausente tal intimação, uma possibilidade do reconhecimento de uma nulidade.



Ademais, o douto magistrado também foi omissivo quanto a procuração acostada aos autos, que não consta o nome do menor Pedro Gabriel Félix da Silva em instrumento de mandato outorgado ao advogado da parte Autora, violando a regra esculpida no art. 104 do CPC, haja vista a irregularidade na representação processual, **pois a parte autora é menor e está sendo representada, contudo a procuração não possui o nome do menor, bem como não menciona a representação.**

Neste sentido é importante consignar que referido documento é de suma importância a esses autos, eis que, para que a representação da parte seja válida é necessária à outorga de mandato.

Ante o exposto e da patente necessidade de intimação do Ministério Público para fins de atender ao disposto nos artigos 178, II c/c 279 do CPC, e a regularização processual da parte autora. Requer que seja sanada a omissão informada.

### **CONCLUSÃO**

São essas as razões pelas quais a embargante confia, espera e requer sejam acolhidos e providos os presentes Embargos Declaratórios, enfrentado o ponto OMISSO, conferido efeitos integrativos para o fim de prover integralmente, tudo por ser medida de direito e irretorquível JUSTIÇA!

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

JACARAU, 6 de setembro de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**

**COMARCA DE JACARAÚ**

**Juízo do(a) Vara Única de Jacaraú**

R PRESIDENTE JOÃO PESSOA, 481, CENTRO, JACARAÚ - PB - CEP: 58278-000

Tel.: ( ) ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

**DESPACHO**

**Nº do Processo: 0800022-58.2019.8.15.1071**

Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assuntos: [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]

AUTOR: JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO, SEBASTIAO JOSE DA SILVA, MARIA DA LUZ FELIX DA SILVA  
REU: BRADESCO SEGUROS S/A

Vistos, etc.

Certifique-se a escrivania se os embargos de declaração retro foram interpostos de maneira tempestiva.

Após, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC<sup>1</sup>, intime-se o recorrido para manifestar-se acerca dos embargos de declaração, no prazo de 05 (cinco) dias.

***P.I. e CUMPRA-SE COM URGÊNCIA!***

JACARAÚ-PB, em 25 de maio de 2020

**HIGYNA JOSITA SIMOES DE ALMEIDA**

Juiz(a) de Direito



**CERTIFICO e dou fé** que os embargos apresentados pelo promovido foram tempestivos.

Jacaraú, 04 de junho de 2020

Ana Cláudia da Silva Carneiro

Mat. 471728-7



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
COMARCA DE JACARAÚ**

**Juízo do(a) Vara Única de Jacaraú**

R PRESIDENTE JOÃO PESSOA, 481, CENTRO, JACARAÚ - PB - CEP: 58278-000

Tel.: ( ) ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

**EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO - PROMOVENTE**

**Nº DO PROCESSO: 0800022-58.2019.8.15.1071**

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]

**AUTOR: JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO, SEBASTIAO JOSE DA SILVA, MARIA DA LUZ FELIX DA SILVA**

**REU: BRADESCO SEGUROS S/A**

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a). HIGYNA JOSITA SIMOES DE ALMEIDA, MM Juiz(a) de Direito deste Vara Única de Jacaraú, e em cumprimento a determinação constante dos autos da ação de nº 0800022-58.2019.8.15.1071 (número identificador do documento transcrito abaixo), **fica(m) a(s) parte(s) AUTOR: JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO, SEBASTIAO JOSE DA SILVA, MARIA DA LUZ FELIX DA SILVA**, através de seu(s) advogado(s) abaixo indicado(s), **INTIMADA(s)** para manifestar-se acerca dos embargos de declaração apresentados.

Advogado do(a) AUTOR: ABRAAO COSTA FLORENCIO DE CARVALHO - PB12904

Advogado do(a) AUTOR: ABRAAO COSTA FLORENCIO DE CARVALHO - PB12904

Advogado do(a) AUTOR: ABRAAO COSTA FLORENCIO DE CARVALHO - PB12904

**Prazo: 5 dias**

De ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito, **ficam a(s) parte(s) e seu(s) advogado(s) ADVERTIDOS** que a presente intimação foi encaminhada, **via sistema**, exclusivamente ao(s) advogado(s) que se encontrava(m), no momento da expedição, devidamente cadastrado(s) e validado(s) no PJe/TJPB, conforme disposto na Lei Federal nº 11.419/2006.

**Observação:** A eventual ausência de credenciamento resulta na intimação automática apenas do(s) advogado(s) habilitado(s) que esteja(m) devidamente cadastrado(s) e validado(s) no sistema PJe do TJPB, uma vez que a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico somente é admitida mediante uso de assinatura eletrônica, sendo, portanto, obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme arts. 2º, 5º e 9º da Lei 11.419/2006 c/c art. 7º da Resolução 185/2013/CNJ.

JACARAÚ-PB, em 4 de junho de 2020

De ordem, ANA CLAUDIA DA SILVA CARNEIRO  
Técnico Judiciário

**PARA VISUALIZAR O DESPACHO ACESSSE O LINK:** <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXX



**EXCELENTÍSSIMA DRA. JUIZA DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA  
COMARCA DE JACARAÚ, ESTADO DA PARAÍBA.**

**Processo n.º 0800022-58.2019.815.1071**

**JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO**, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, *data magna vênia*, por seu advogado infra-assinado, em cumprimento ao r.despacho de fls., apresentar sua **RESPOSTA** ao Recurso de Embargos Declaratórios apresentado por **BRADESCO SEGUROS S/A**, em face da r. sentença, consoante motivos de fato e de direito que a seguir passa a expor:

**DA SENTENÇA VERGASTADO – INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO,  
OMISSÃO OU OBSCURIDADE – IMPROCEDÊNCIA DOS EMBARGOS.**

Em sua peça de Embargos, a Embargante pugnou pela reforma da respeitável decisão proferido por este Juízo, imputando ao mesmo omissão no que diz respeito a alegação de DEFEITO NA REPRESENTAÇÃO, requerendo a revisão da decisão.

Todavia, a sentença guerreada está em harmonia com as provas dos autos, especialmente com relação as provas com relação ao fato, não havendo espaço para a anulação pleiteada.





Sendo assim, não havendo contradição, omissão ou obscuridade no julgado, não há que se falar em anulação da sentença.

Nestes Termos,

Pede deferimento.

Jacaraú, 10 de junho de 2020.

***Advogado Abraão Costa F. d Carvalho***

***OAB/PB 12.904***



**ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
VARA ÚNICA DA COMARCA DE JACARAÚ**

PROCESSO: 0800022-58.2019.8.15.1071

NATUREZA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE: BRADESCO SEGUROS S.A

**SENTENÇA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO INEXISTENTES. EMBARGOS QUE BUSCAM A REFORMA DA DECISÃO. IMPOSSIBILIDADE. OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO SE PRESTAM A SANAR OS VÍCIOS DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO DOS JULGADOS, NÃO PODENDO SER UTILIZADOS PARA PROVOCAR NOVA APRECIÇÃO DA MATÉRIA. EMBARGOS REJEITADOS.

*- Inexistindo obscuridade, contradição ou omissão na sentença de mérito, impõe-se a rejeição dos embargos declaratórios, nos termos do art. 1.022 do CPC;*

*- Eventual error in judicando na sentença apenas pode ser corrigido por meio do recurso de apelação.*

Vistos, etc.

Cuida-se de **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** interpostos por **BRADESCO SEGUROS S.A** em face da sentença que julgou procedente o pedido da Ação de Cobrança



de Seguro DPVAT em epígrafe promovida por r JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO, ora embargado.

Proferida sentença em audiência de id. 23981787, o(a) embargante alega a ocorrência de omissão na decisão, sob o argumento de que não há manifestação do Ministério Público na ação cuja parte autora é um menor, bem como que não consta o nome do menor no instrumento de mandato outorgado ao advogado da parte promovente.

**É o relatório.**

**Decido.**

Presentes os requisitos de admissibilidade, conheço dos embargos.

Sucedede que o recurso não tem como prosperar.

Nos termos do artigo 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração constituem recurso de rígidos contornos processuais, sendo cabíveis apenas para sanar eventual omissão, contradição ou obscuridade porventura existente na decisão judicial.

Na hipótese em tela, contudo, inexistem quaisquer desses vícios, o que torna desnecessário adentrar no mérito acerca da distinção entre contradição interna e externa.

A mera leitura da sentença ora combatida demonstra, por evidente, que inexistem quaisquer dificuldades de compreensão, tampouco conflito entre os seus fundamentos ou, ainda, qualquer questão sem solução judicial, pois o próprio embargante entendeu o conteúdo do julgado, conforme se verifica do teor do recurso interposto.

Logo, não se vislumbra a presença dos requisitos autorizadores da procedência dos embargos declaratórios, posto que não há omissão no julgado, conforme alegado.

Os embargos de declaração não se prestam a rediscussão da matéria julgada e nem constituem meio adequado para que a parte manifeste seu inconformismo com posicionamento adotado. A pretensão de modificar o resultado do julgamento deve ser buscada pela via processual adequada.

Acrescente-se que subjaz da argumentação desenvolvida pelo embargante que sua irresignação orbita em torno de eventual *error in iudicando*, o que, a toda evidência, escapa dos limites dos embargos de declaração.



A alegação de que não há menção do nome do autor no instrumento de procuração da parte autora não passou despercebido pelo julgado no termo de audiência que prolatou a sentença, ficando consignado o prazo de 15 (quinze) dias para juntada da procuração com a indicação do menor e de seus representantes. Dessa forma, omissão não há quanto a este ponto.

Em segunda tese, no que concerne a manifestação ministerial, sua ausência não constituiu qualquer prejuízo ao menor cujos interesses haveriam de ser protegidos, visto que a sentença proferida foi integral em seu benefício.

Desta forma, não havendo obscuridade, omissão ou contradição a ser suprida, alternativa não resta senão a de rejeitar os presentes embargos de declaração, não havendo que se confundir decisão obscura, omissa ou contraditória com prestação jurisdicional contrária ao interesse da parte.

Destarte, a via eleita não se presta, ao reexame da matéria meritória já apreciada.

**ANTE O EXPOSTO**, mais que dos autos constam e princípios de direito aplicáveis à espécie, **REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, com fulcro no art. 1.022 do Código de Processo Civil, mantendo a sentença em todos os seus termos.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

**Jacaraú, data eletrônica**

*Higyna Josita Simões de Almeida*

*Juíza de Direito*







**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
COMARCA DE JACARAÚ**

**Juízo do(a) Vara Única de Jacaraú**

R PRESIDENTE JOÃO PESSOA, 481, CENTRO, JACARAÚ - PB - CEP: 58278-000

Tel.: ( ) ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

**EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PROMOVENTE**

<b>Nº</b>	<b>DO</b>	<b>PROCESSO:</b>	<b>0800022-58.2019.8.15.1071</b>
CLASSE	DO	PROCESSO:	PROCEDIMENTO
COMUM		CÍVEL (7)	
ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]			

**AUTOR: JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO, SEBASTIAO JOSE DA SILVA, MARIA DA LUZ FELIX DA SILVA**  
**REU: BRADESCO SEGUROS S/A**

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a). HIGYNA JOSITA SIMOES DE ALMEIDA, MM Juiz(a) de Direito deste Vara Única de Jacaraú, e através do(s) advogado(s) abaixo indicado(s), **fica(m) a(s) parte(s) AUTOR: JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO, SEBASTIAO JOSE DA SILVA, MARIA DA LUZ FELIX DA SILVA**, através de seu(s) advogado(s) abaixo indicado(s), **INTIMADA(s)** do teor da **SENTENÇA** proferida nos autos da presente ação de nº 0800022-58.2019.8.15.1071 (conforme números identificadores transcritos abaixo), a qual foi devidamente homologada e publicada no sistema PJE.

Advogado do(a) AUTOR: ABRAAO COSTA FLORENCIO DE CARVALHO - PB12904  
Advogado do(a) AUTOR: ABRAAO COSTA FLORENCIO DE CARVALHO - PB12904  
Advogado do(a) AUTOR: ABRAAO COSTA FLORENCIO DE CARVALHO - PB12904

**Prazo: 10 (dez) dias para, querendo, recorrer da sentença.**

De ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito, **ficam a(s) parte(s) e seu(s) advogado(s) ADVERTIDOS** que a presente intimação foi encaminhada, **via sistema**, exclusivamente ao(s) advogado(s) que se encontrava(m), no momento da expedição, devidamente cadastrado(s) e validado(s) no PJe/TJPB, conforme disposto na Lei Federal nº 11.419/2006. **Observação:** A eventual ausência de credenciamento resulta na intimação automática apenas do(s) advogado(s) habilitado(s) que esteja(m) devidamente cadastrado(s) e validado(s) no sistema PJe do TJPB, uma vez que a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico somente é admitida mediante uso de assinatura eletrônica, sendo, portanto, obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme arts. 2º, 5º e 9º da Lei 11.419/2006 c/c art. 7º da Resolução 185/2013/CNJ.

JACARAÚ-PB, em 15 de junho de 2020

De ordem, ANA CLAUDIA DA SILVA CARNEIRO  
Técnico Judiciário

**PARA VISUALIZAR A SENTENÇA/DECISÃO ACESSSE O LINK:** <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXX  
**PARA VISUALIZAR A SENTENÇA DE HOMOLOGAÇÃO ACESSSE O LINK:** <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXX



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
COMARCA DE JACARAÚ**

**Juízo do(a) Vara Única de Jacaraú**

R PRESIDENTE JOÃO PESSOA, 481, CENTRO, JACARAÚ - PB - CEP: 58278-000

Tel.: ( ) ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

**EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PROMOVIDA**

<b>Nº</b>	<b>DO</b>	<b>PROCESSO:</b>	<b>0800022-58.2019.8.15.1071</b>
CLASSE	DO	PROCESSO:	PROCEDIMENTO
		COMUM	CÍVEL (7)
ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]			

**AUTOR:** JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO, SEBASTIAO JOSE DA SILVA, MARIA DA LUZ FELIX DA SILVA  
**REU:** BRADESCO SEGUROS S/A

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a). HIGYNA JOSITA SIMOES DE ALMEIDA, MM Juiz(a) de Direito deste Vara Única de Jacaraú, e através do(s) advogado(s) abaixo indicado(s), **fica(m) a(s) parte(s) REU: BRADESCO SEGUROS S/A**, através de seu(s) advogado(s) abaixo indicado(s), **INTIMADA(s)** do teor da **SENTENÇA** proferida nos autos da presente ação de nº 0800022-58.2019.8.15.1071 (conforme números identificadores transcritos abaixo), a qual foi devidamente homologada e publicada no sistema PJE.

Advogado do(a) REU: SUELIO MOREIRA TORRES - PB15477

**Prazo: 10 (dez) dias para, querendo, recorrer da sentença.**

De ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito, **ficam a(s) parte(s) e seu(s) advogado(s) ADVERTIDOS** que a presente intimação foi encaminhada, **via sistema**, exclusivamente ao(s) advogado(s) que se encontrava(m), no momento da expedição, devidamente cadastrado(s) e validado(s) no PJe/TJPB, conforme disposto na Lei Federal nº 11.419/2006. **Observação:** A eventual ausência de credenciamento resulta na intimação automática apenas do(s) advogado(s) habilitado(s) que esteja(m) devidamente cadastrado(s) e validado(s) no sistema PJe do TJPB, uma vez que a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico somente é admitida mediante uso de assinatura eletrônica, sendo, portanto, obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme arts. 2º, 5º e 9º da Lei 11.419/2006 c/c art. 7º da Resolução 185/2013/CNJ.

JACARAÚ-PB, em 15 de junho de 2020

De ordem, ANA CLAUDIA DA SILVA CARNEIRO  
Técnico Judiciário

**PARA VISUALIZAR A SENTENÇA/DECISÃO ACESSE O LINK:** <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXX


**PARA VISUALIZAR A SENTENÇA DE HOMOLOGAÇÃO ACESSE O LINK:** <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXX





EM ANEXO





 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			<b>Número do boleto:</b> 107.5.20.00117/01
<b>Nº do Processo:</b> 0800022-58.2019.815.1071	<b>Comarca:</b> Jacarau	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de emissão:</b> 17/06/2020
<b>Número da guia:</b> 107.2020.600117 <b>Tipo da Guia:</b> Custas de Recursos			<b>Data de vencimento:</b> 30/06/2020
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 310,68 <b>Promovente:</b> SEBASTIAO JOSE DA SILVA e outro(s) - Taxa bancária: R\$ 1,35 <b>Promovido:</b> BRADESCO SEGUROS S/A  <b>Valor da causa:</b> R\$ 13.500,00			<b>UFR vigente:</b> R\$ 51,78
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
866800000030 120309283188 520200630108 752000117016			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 312,03
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
			<b>Valor final:</b> R\$ 312,03

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			<b>Número do boleto:</b> 107.5.20.00117/01
<b>Nº do Processo:</b> 0800022-58.2019.815.1071	<b>Comarca:</b> Jacarau	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de emissão:</b> 17/06/2020
<b>Número da guia:</b> 107.2020.600117 <b>Tipo de Guia:</b> Custas de Recursos			<b>Data de vencimento:</b> 30/06/2020
<b>Promovente:</b> SEBASTIAO JOSE DA SILVA e outro(s) <b>Promovido:</b> BRADESCO SEGUROS S/A <b>Valor da causa:</b> R\$ 13.500,00			<b>UFR vigente:</b> R\$ 51,78
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 310,68 - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 312,03
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
			<b>Valor final:</b> R\$ 312,03

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			<b>Número do boleto:</b> 107.5.20.00117/01
<b>Nº do Processo:</b> 0800022-58.2019.815.1071	<b>Comarca:</b> Jacarau	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de emissão:</b> 17/06/2020
<b>Número da guia:</b> 107.2020.600117 <b>Tipo de Guia:</b> Custas de Recursos			<b>Data de vencimento:</b> 30/06/2020
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 310,68 <b>Promovente:</b> SEBASTIAO JOSE DA SILVA e outro(s) - Taxa bancária: R\$ 1,35 <b>Promovido:</b> BRADESCO SEGUROS S/A  <b>Valor da causa:</b> R\$ 13.500,00			<b>UFR vigente:</b> R\$ 51,78
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
866800000030 120309283188 520200630108 752000117016			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 312,03
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
			<b>Valor final:</b> R\$ 312,03



Nº DA PARCELA	DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	Nº DA CONTA JUDICIAL
	22/06/2020	0	0
DATA DA GUIA	Nº DO PROCESSO		TIPO DE JUSTIÇA
22/06/2020	08000225820198151071		ESTADUAL
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
PB	Vara Cível	RÉU	312,03
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
BRDESCO SEGUROS S/A		Jurídica	33055146000193
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO		FÍSICA	02336365448
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA			
37087FD2BCC6D7DF			
CÓDIGO DE BARRAS			
86680000003 0 12030928318 8 52020063010 8 75200011701 6			





**EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE JACARAU/PB**

**Processo n. 08000225820198151071**

**BRADESCO SEGUROS S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

JACARAU, 17 de junho de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



**PROCESSO ORIGINÁRIO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE JACARAU / PB**

**Processo n.º 08000225820198151071**

**APELADA: JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO**

**APELANTES: BRADESCO SEGUROS S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**

**DAS RAZÕES DO RECURSO**

**COLEDA CÂMARA,**

**INCLÍTOS JULGADORES,**

Inconformada, a demandada vem apresentar as razões do recurso de apelação, ora interposto, vez que a sentença proferida pelo juízo “*a quo*” deve ser reformada, pois a matéria foi examinada em desconformidade com a legislação em vigor e as provas constantes dos autos.

**DA AUSÊNCIA DE CAPACIDADE POSTULATÓRIA**

**DA AUSENCIA DO TERMO DE GUARDA DO MENOR**

Verifica-se que o instrumento de mandato outorgado ao advogado da parte Autora, violando a regra esculpida no art. 104 do CPC, haja vista a irregularidade na representação processual, pois a parte autora é menor e está sendo representada, contudo, a procuração não possui o nome do menor, bem como não menciona a representação.

Ademais não há nos autos o termo de guarda do menor.

Dessa feita, com o fito de evitar maiores prejuízos aos litigantes, necessário se faz a intimação da parte para sanar o vício contido no presente caderno processual.

A intimação para sanar tal vício se faz mister, pois no caso dos autos, é indubitável que a ausência de procuração válida não produz nenhum efeito legal aos atos processuais, sendo estes considerados inexistentes.

Assim sendo, se após determinação judicial para sanar o vício a parte autora permanecer inerte, deverá o processo ser reformado e extinto sem resolução do mérito de acordo com a regra contida no artigo 485, III, do CPC.

**DA IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO**

Inicialmente cumpre informar que mediante análise dos autos verifica-se que o não há nos autos procuração válida ou substabelecimento outorgando poderes para advogado que assinou eletronicamente a petição inicial.

Vejamos o entendimento do STJ:

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO OU SUBSTABELECIMENTO DA ADVOGADA SUBSCRITORA DO RECURSO.**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br





RECURSO ASSINADO ELETRONICAMENTE. IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 115/STJ.

1. "A prática eletrônica de ato judicial, na forma da Lei n. 11.419/2006, reclama que o titular do certificado digital utilizado possua procuração nos autos, sendo irrelevante que na petição esteja ou não grafado o seu nome" (AgRg no REsp1.347.278/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/6/2013, DJe 1º/8/2013.).

2. Nos termos da jurisprudência do STJ, a identificação de quem peticiona nos autos é a proveniente do certificado digital, independentemente da assinatura que aparece na visualização do arquivo eletrônico.

3. "A juntada posterior do instrumento de procuração ou substabelecimento não tem o condão de sanar o vício contido no recurso manejado, ante a inaplicabilidade dos arts. 13 e 37 do CPC no âmbito dos recursos excepcionais. Precedentes da Corte Especial e da 1ª Seção do STJ" (AgRg no REsp 1.450.269/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/11/2014, DJe 2/12/2014.).

AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 724.319 – BA (2015/0134460-5)

Neste sentido é importante consignar que referido documento é de suma importância a esses autos, eis que, para que a representação da parte seja válida é necessária à outorga de mandato.

Diante do exposto, em face da irregularidade na representação processual da parte autora requer intimação da mesma para sanar o vício ora anunciado.

#### **DA AUSENCA DE INTERVENCAO DO MINISTERIO PUBLICO**

A apelante informa que nos casos em que há interesses de incapazes sendo discutido em determinada demanda, deve ser intimado o Ministério Público, órgão fiscalizador da Lei, para que se pronuncie sobre a necessidade de sua intervenção.

Cumprir informar, no caso dos autos, o autor é menor, e figura como autor na presente demanda, figurando como representante, seu genitor e seu avos, contudo, em que pese tenha haja o pedido de intimação do MP na peça de bloqueio, não se observa menção a este respeito na sentença prolatada.

Urge ressaltar, a necessidade da prática deste ato, de intimação do MP, não por uma faculdade, mas um comando imposto pelo Código de Processo Civil, que traz inclusive, quando ausente tal intimação, uma possibilidade do reconhecimento de uma nulidade.

#### **DA FALTA DE NEXO DE CAUSALIDADE**

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito.

Isso se deve ao fato de não haver comprovação inequívoca das lesões sofridas em decorrência do sinistro, principalmente, diante da ausência de informação de acidente de trânsito no BO e sim a informação que a morte se deu devido a um AFOGAMENTO. Vejamos:

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



LOCAL DE FALLECIMENTO
EM VIA PÚBLICA (OUTROS), EM LAGOA DE DENTRO-PB, DE ACORDO COM A REQUISIÇÃO DA DELEGACIA VÍTIMA DE AFOGAMENTO
CAUSA DA MORTE
ASFIXIA POR AFOGAMENTO

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos NÃO atestam que existe nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, como não há nexo de causalidade entre a invalidez e o suposto acidente noticiado, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente demanda deverá ser reformada e julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

#### **CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Recorrente no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada *in totum* a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “a quo”, dando provimento ao presente recurso.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

JACARAU, 17 de junho de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**



## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB 4246-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado SUELIO MOREIRA TORRES, inscrito na 15477 - OAB/PB, os poderes que lhes foram conferidos por **BRADESCO SEGUROS S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO**, em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **JACARAU**, nos autos do Processo nº 08000225820198151071.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 2020.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



**CERTIFICO e dou fé** que, nesta data, em cumprimento ao Provimento CGJ nº 04/2014, publicado em 01/08/2014, o qual delega ao cartório a prática de atos de administração e despachos de mero expediente sem cunho decisório, INTIMEI a parte promovente do recurso apresentado e ainda para apresentar contrarrazões..

Jacaraú, 03 de julho de 2020

Ana Cláudia da Silva Carneiro

Mat. 471728-7



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
COMARCA DE JACARAÚ**

**Juízo do(a) Vara Única de Jacaraú**

R PRESIDENTE JOÃO PESSOA, 481, CENTRO, JACARAÚ - PB - CEP: 58278-000

Tel.: ( ) ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

**EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO - PROMOVENTE**

**Nº DO PROCESSO: 0800022-58.2019.8.15.1071**

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]

**AUTOR: JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO, SEBASTIAO JOSE DA SILVA, MARIA DA LUZ FELIX DA SILVA**

**REU: BRADESCO SEGUROS S/A**

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a). EDUARDO ROBERTO DE OLIVEIRA BARROS FILHO, MM Juiz(a) de Direito deste Vara Única de Jacaraú, e em cumprimento a determinação constante dos autos da ação de nº 0800022-58.2019.8.15.1071 (número identificador do documento transcrito abaixo), **fica(m) a(s) parte(s) AUTOR: JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO, SEBASTIAO JOSE DA SILVA, MARIA DA LUZ FELIX DA SILVA,** através de seu(s) advogado(s) abaixo indicado(s), **INTIMADA(s)** para apresentar contrarrazões no prazo legal.

Advogado do(a) AUTOR: ABRAAO COSTA FLORENCIO DE CARVALHO - PB12904

Advogado do(a) AUTOR: ABRAAO COSTA FLORENCIO DE CARVALHO - PB12904

**Prazo: 15 dias**

De ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito, **ficam a(s) parte(s) e seu(s) advogado(s) ADVERTIDOS** que a presente intimação foi encaminhada, **via sistema**, exclusivamente ao(s) advogado(s) que se encontrava(m), no momento da expedição, devidamente cadastrado(s) e validado(s) no PJe/TJPB, conforme disposto na Lei Federal nº 11.419/2006. **Observação:** A eventual ausência de credenciamento resulta na intimação automática apenas do(s) advogado(s) habilitado(s) que esteja(m) devidamente cadastrado(s) e validado(s) no sistema PJe do TJPB, uma vez que a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico somente é admitida mediante uso de assinatura eletrônica, sendo, portanto, obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme arts. 2º, 5º e 9º da Lei 11.419/2006 c/c art. 7º da Resolução 185/2013/CNJ.

JACARAÚ-PB, em 3 de julho de 2020

De ordem, ANA CLAUDIA DA SILVA CARNEIRO  
Técnico Judiciário

**PARA VISUALIZAR O DESPACHO ACESSSE O LINK:** <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXX





**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA  
DE JACARAÚ, ESTADO DA PARAÍBA.**

**Processo n.º 0800022-58.2019.815.1071**

**JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO e outros**, já qualificados nos autos do processo em epígrafe, vem, *data magna vênia*, por seus advogados infra-assinados, em cumprimento ao r.despacho de fls., apresentar suas **CONTRARRAZÕES** ao Recurso de Apelação interposto por **BRADESCO SEGUROS S/A**, em face da r. Sentença proferida por esse MM Juízo, nos moldes do art. 1010, § 1º do NCPC, requerendo que sejam recebidas e remetidas, juntamente com o recurso combatido, para a apreciação e julgamento para uma das Câmaras Cíveis do EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, para tanto processadas nos ditames legais, na forma da petição em anexo.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Jacaraú, 10 de julho de 2020.

*Advogado* **Abraão Costa** Florêncio de Carvalho

OAB/PB nº. 12.904

**RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL**

**Recorrente: BRADESCO CIA DE SEGUROS S.A**

**Recorrido: JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO**

**Processo: AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**



**Proveniente: VARA ÚNICA DE JACARAÚ**

Pelo direito do **Recorrido**

**EGRÉGIA CÂMARA CÍVEL**

**EMÉRITO DES. RELATOR**

**DEMAIS MEMBROS DA CÂMARA**

### **DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE**

A recorrente, com fulcro no art. 1009 do NCPC, interpôs apelação para reformar a sentença exarada pelo juízo da Vara Única de Jacaraú, alegando tão somente erro na representação e ausência de intervenção do MP, além de inexistência de nexo de causalidade.

Diante do alegado, pugnou pela reforma da decisão, tendo como fundamento a inconsistência dos documentos, **requerendo a reforma da sentença para julgar improcedente a demanda, ou ainda, para reformar e extinguir o processo sem resolução do mérito.**

De outra forma, não deve o pedido de reforma da decisão prosperar.

### **DO CASO DOS AUTOS**

O Apelado ajuizou a presente ação requerendo indenização de seguro DPVAT por morte, em razão do acidente que vitimou a mão do menor representado.

O pedido administrativo foi indeferido em razão da não apresentação do exame cadavérico, tendo havido o ajuizamento da demanda, a qual foi julgada procedente, condenando a seguradora apelante a pagar a indenização do seguro DPVAT por morte, no valor máximo, uma vez que restou comprovado o acidente, bem como a morte a qualidade de beneficiário.

Inconformada com a decisão, a Apelante impetrou o presente recurso alegando necessidade de reforma da decisão demonstrando apenas seu inconformismo, uma vez que a alegação de inconsistência na documentação não deve ser levada em consideração pois o autor



apresentou toda a documentação necessária no processo administrativo e também no processo judicial, reconhecendo comprovadamente o acidente, dano, nexos causal e qualidade de beneficiários.

## MÉRITO

As alegações de mérito carecem de fundamentação fática.

A parte Apelante lastreia sua tese recursal baseado apenas em seu inconformismo, uma vez que consta nos autos do processo boletim de ocorrência e certidão de óbito comprovando o acidente e a causa da morte da sinistrada, tendo o juízo sentenciante acolhido as argumentações da inicial, julgando procedente o pedido.

Sendo assim, é inconteste a desnecessidade de reforma da sentença combatida, **restando cristalino a adequação do julgado ora combatido pelo APELANTE, não devendo haver reforma nos termos do pedido da Recorrente.**

## DOS REQUERIMENTOS

Diante de todos os argumentos expedidos, requer o RECORRIDO seja negado provimento ao Recurso de Apelação ora combatido.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Jacaraú, 10 de julho de 2020.

*Advogado* ***Abraão Costa*** Florêncio de Carvalho

OAB/PB nº. 12.904





Poder Judiciário da Paraíba  
Vara Única de Jacaraú

R PRESIDENTE JOÃO PESSOA, 481, CENTRO, JACARAÚ - PB - CEP: 58278-000

---

Número do Processo: 0800022-58.2019.8.15.1071  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto: [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]  
Polo ativo: AUTOR: JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO, SEBASTIAO JOSE DA SILVA, MARIA DA LUZ FELIX DA SILVA  
Polo passivo: REU: BRADESCO SEGUROS S/A

### CERTIDÃO

Certifico e dou fé que apresentada apelação e contrarrazões faço conclusão dos autos ao juiz desta comarca.

JACARAÚ, 13 de julho de 2020  
ANA CLAUDIA DA SILVA CARNEIRO





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**Vara Única de Jacaraú**

Processo n.º: 0800022-58.2019.8.15.1071

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

[Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]

**AUTOR(S):**

Nome: JONILDO CAVALCANTI DA SILVA  
FILHO

Endereço: Rua Silvano S. ferreira, S/N, Q. E18A -  
L 40, Centro, CONDE - PB - CEP: 58322-000

Nome: SEBASTIAO JOSE DA SILVA

Endereço: Rua Ver Luiz Pedro da Silva, 202,  
Centro, JACARAÚ - PB - CEP: 58278-000

Nome: MARIA DA LUZ FELIX DA SILVA

Endereço: Rua Ver Luiz Pedro da Silva, 202,  
Centro, JACARAÚ - PB - CEP: 58278-000

Advogado do(a) AUTOR: ABRAAO COSTA  
FLORENCIO DE CARVALHO - PB12904

Advogado do(a) AUTOR: ABRAAO COSTA  
FLORENCIO DE CARVALHO - PB12904

Advogado do(a) AUTOR: ABRAAO COSTA  
FLORENCIO DE CARVALHO - PB12904

**RÉU(S):**

Nome: BRADESCO SEGUROS S/A

Endereço: PQ SOLON DE LUCENA, 641, - lado ímpa  
CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-131

Advogado do(a) REU: SUELIO MOREIRA TORRES  
PB15477

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Na forma do art. 1.010 do NCPC <sup>1</sup>, RECEBO o recurso.

Considerando que já consta nos autos contrarrazões da apelação interposta, SUBAM os autos mediante remessa ao Egrégio Tribunal de Justiça de nosso Estado, para julgamento do recurso.

**CUMPRA-SE NA FORMA DA LEI.**

Jacaraú, 4 de agosto de 2020.





**Eduardo R. de O. Barros Filho**

Juiz de Direito

1 CODIGO DE PROCESSO CIVIL

Art. 1.010. A apelação, interposta por petição dirigida ao juízo de primeiro grau, conterá: I - os nomes e a qualificação das partes; II - a exposição do fato e do direito; III - as razões do pedido de reforma ou de decretação de nulidade; IV - o pedido de nova decisão. § 1º O apelado será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. § 2º Se o apelado interpuser apelação adesiva, o juiz intimará o apelante para apresentar contrarrazões. § 3º Após as formalidades previstas nos §§ 1º e 2º, os autos serão remetidos ao tribunal pelo juiz, independentemente de juízo de admissibilidade.





Poder Judiciário da Paraíba  
Vara Única de Jacaraú

R PRESIDENTE JOÃO PESSOA, 481, CENTRO, JACARAÚ - PB - CEP: 58278-000

---

Número do Processo: 0800022-58.2019.8.15.1071  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto: [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]  
Polo ativo: AUTOR: JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO, SEBASTIAO JOSE DA SILVA, MARIA DA LUZ FELIX DA SILVA  
Polo passivo: REU: BRADESCO SEGUROS S/A

### CERTIDÃO

Certifico e dou fé que em cumprimento ao despacho retro, nesta data, faço remessa dos autos ao Egrégio Tribunal de Justiça da Paraíba.

JACARAÚ, 11 de agosto de 2020  
ANA CLAUDIA DA SILVA CARNEIRO





**Tribunal de Justiça da Paraíba**  
**Diretoria Judiciária**  
**Gerência de Distribuição**

**APELAÇÃO CÍVEL (198) 0800022-58.2019.8.15.1071**

[Acidente de Trânsito]

APELANTE: BRADESCO SEGUROS S/A

APELADO: JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO, SEBASTIAO JOSE DA SILVA, MARIA DA LUZ FELIX DA SILVA

**CERTIDÃO**

Certifico, inicialmente, (***APENAS referente aos PROCESSOS ELETRÔNICOS***), nos termos do § 3º, art. 5º, da Resolução nº 185/2013, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que o sistema informará ao Relator, automaticamente, a indicação de **POSSÍVEL PREVENÇÃO** destes autos com anterior recurso do PJE (Processo Judicial Eletrônico).

Certifico, outrossim, que em consulta ao Banco de Dados deste Poder ( ***APENAS referente aos PROCESSOS FÍSICOS***), **NÃO LOCALIZAMOS POSSÍVEL PREVENÇÃO** com os presentes autos.

Gerência de Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 12 de agosto de 2020.

**Carmen Lúcia Fonseca de Lucena**  
Gerência de Distribuição





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**  
Gabinete Des. Leandro dos Santos

**Processo nº: 0800022-58.2019.8.15.1071**

Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198)

Assuntos: [Acidente de Trânsito]

APELANTE: BRADESCO SEGUROS S/A

APELADO: JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO, SEBASTIAO JOSE DA SILVA, MARIA DA LUZ FELIX DA SILVA

**DESPACHO**

**Vistos.**

Estando presentes os requisitos extrínsecos para admissibilidade recursal (tempestividade, preparo e regularidade formal), recebo o Apelo, em caráter precário, uma vez que sua admissibilidade definitiva só será aferida após o preenchimento dos requisitos intrínsecos (cabimento, inexistência de fato impeditivo ou extintivo a legitimidade e o interesse para recorrer, além da dialeticidade), que reservo-me a averiguar quando da confecção do meu voto acerca do mérito recursal.

Deste modo, remetam-se os autos a PGJ para os fins a que alude o art. 109 da Constituição do Estado da Paraíba<sup>1</sup>.

João Pessoa, 13 de agosto de 2020

**Desembargador LEANDRO DOS SANTOS**  
**Relator**



1Art. 109. O Ministério Público intervirá em todos os processos de competência do Tribunal Pleno e de seus órgãos.







**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**1ª Câmara Cível**  
**Des. Leandro dos Santos**

**VISTA**

Nesta data, em cumprimento ao despacho retro, abro VISTA dos autos ao Ministério Público estadual.

João Pessoa, 13 de agosto de 2020.

**LAISE LUCENA BARBOSA DE LIMA**  
Analista Judiciário



Segue parecer do MP.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
Gabinete do 10º Procurador de Justiça

---

**APELAÇÃO Nº 0800022-58.2019.8.15.1071 - JACARAÚ**

Órgão Julgador : 1ª Câmara Cível  
Relator : Des. Leandro dos Santos  
Apelante : Bradesco Seguros S.A  
Apelados : Jonildo Cavalcanti da Silva Filho e outros  
Procurador de Justiça: Herbert Douglas Targino

**PROMOÇÃO MINISTERIAL**

Excelentíssimo Desembargador Relator:

Evidencia-se do caderno processual a necessidade de regularização do mandato outorgado ao advogado da parte autora, consoante determinação contida no termo de audiência do id. 7398886, porquanto, em sendo o menor representado por seu genitor e residindo com seu avô, as procurações do id. 7398710 - Pág. 1 e id. 7398711 - Pág. 1 não possuem o nome do menor, bem como não mencionam a representação.



Ademais não há nos autos o termo de guarda do menor, eis que foi um condicionante imposto pelo magistrado de piso para o recebimento dos alvarás de liberação dos valores aqui perseguidos.

Destarte, deve ser aberta vista ao autor/apelado, por seu advogado subscritor, para regularização da sua representação assim como a juntada do termo de guarda, sob pena de não o fazendo, ser imposta a extinção do feito por defeito de representação.

Cumprido o que ora se observa, protesta-se, desde logo, por nova vista dos autos para emissão de parecer conclusivo.

João Pessoa, 14 de agosto de 2020.

**HERBERT DOUGLAS TARGINO**  
Procurador de Justiça





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**  
Gabinete Des. Leandro dos Santos

---

**Processo nº: 0800022-58.2019.8.15.1071**

Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198)

Assuntos: [Acidente de Trânsito]

APELANTE: BRADESCO SEGUROS S/A

APELADO: JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO, SEBASTIAO JOSE DA SILVA, MARIA DA LUZ FELIX DA SILVA

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Assiste razão ao Ministério Público. Intime-se o advogado do Apelado para regularizar a representação processual, conforme requerido no Parecer Ministerial ID n.7455828 e juntar o termo de guarda do menor, no prazo de 10(dez) dias.

João Pessoa, 30 de agosto de 2020.

**Des. Leandro dos Santos**  
**Relator**





Tribunal de Justiça da Paraíba  
Diretoria Judiciária  
Gerência de Processamento, Telejudiciário, Protocolo e Distribuição  
Praça João Pessoa, S/N – Centro – CEP 58013-900 – João Pessoa – PB  
Tel.: (83) 3216-1658 – Fax: (83) 3216-1659  
[www.tjpb.jus.br](http://www.tjpb.jus.br)

## INTIMAÇÃO

Intimação ao advogado do Apelado para regularizar a representação processual, conforme requerido no Parecer Ministerial ID n.7455828 e juntar o termo de guarda do menor, no prazo de 10(dez) dias.

Gerência de Processamento, Telejudiciário, Protocolo e Distribuição do Tribunal de  
Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 30 de agosto de 2020

Herbert Fitipaldi Pires Moura Brasil  
Técnico Judiciário



Tribunal de Justiça da Paraíba  
Diretoria Judiciária  
Gerência de Processamento, Telejudiciário, Protocolo e Distribuição  
Praça João Pessoa, S/N – Centro – CEP 58013-900 – João Pessoa – PB  
Tel.: (83) 3216-1658 – Fax: (83) 3216-1659  
[www.tjpb.jus.br](http://www.tjpb.jus.br)

### CERTIDÃO

Certifico, por dever do ofício, para que esta produza os devidos efeitos legais, que, de conformid:  
o sistema PJE, no dia 23 de setembro de 2020, decorreu o prazo legal, sem resposta aos termos  
do despacho. O referido é verdade. Dou fé.

Gerência de Processamento, Telejudiciário, Protocolo e Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado da  
Paraíba, em João Pessoa, 24 de setembro de 2020 .

Herbert Fitipaldi Pires Moura Brasil  
Técnico Judiciário





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**  
Gabinete Des. Leandro dos Santos

---

**Processo nº: 0800022-58.2019.8.15.1071**

Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198)

Assuntos: [Acidente de Trânsito]

APELANTE: BRADESCO SEGUROS S/A

APELADO: JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO, SEBASTIAO JOSE DA SILVA, MARIA DA LUZ FELIX DA SILVA

**DESPACHO**

**Vistos, etc.**

Assiste razão ao Ministério Público, na cota ministerial de Id 7455828:

Evidencia-se do caderno processual a necessidade de regularização do mandato outorgado ao advogado da parte autora, consoante determinação contida no termo de audiência do id. 7398886, porquanto, em sendo o menor representado por seu genitor e residindo com seu avô, as procurações de Id. 7398710 - Pág. 1 e id. 7398711 - Pág. 1 não possuem o nome do menor, bem como não mencionam a representação.

Ademais não há nos autos o termo de guarda do menor, eis que foi um condicionante imposto pelo magistrado de piso para o recebimento dos alvarás de liberação dos valores aqui perseguidos.

Desse modo, intime-se o Autor/Apelado, por seu advogado subscritor, para regularização da sua representação assim como a juntada do termo de guarda, sob pena de não o fazendo, ser imposta a extinção do feito por defeito de representação.

Cumpra-se.



João Pessoa/PB, 29 de outubro de 2020.

**Des. Leandro dos Santos**  
**Relator**



Intimação as partes, através de seu advogado, para fins do despacho ID 8517549. Gerência de Processamento, Telejudiciário, Protocolo e Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 30 outubro de 2020.





pdf



**EXCELENTÍSSIMO SR. DESEMBARGADOR RELATOR DR.  
LEANDRO DOS SANTOS DA 1ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL  
DE JUSTICA DA PARAÍBA.**

**Processo N.º 0800022-58.2019.815.1071**

**PEDRO GRABRIEL FÉLIX DA SILVA**, brasileiro, menor, neste ato representado por seu genitor **JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO**, vem perante V. Exa. apresentar instrumento de procuração, atendendo o despacho anteriormente proferido, informando ainda que o menor encontra-se residindo com o pai no endereço indicado na referido documento, em razão de problemas de saúde da avó materna.

Nestes termos, pede deferimento.

João Pessoa, 19 de novembro de 2020.

  
**Advogado *Abraão Costa* F. de Carvalho**

OAB/PB 12.904



### PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE: PEDRO GRABRIEL FÉLIX DA SILVA**, brasileiro, menor, neste ato representado por seu genitor **JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO**, brasileiro, casado, radialista, portador do RG nº 2089457 SSP/PB, inscrito no CPF sob o nº 023.363.654-48, residente na Rua Dois de Fevereiro, 1190, Rangel, João Pessoa, PB.

Outorgados: **Dr. ABRAÃO COSTA FLORÊNCIO DE CARVALHO**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/PB sob o n.º 12.904, e-mail: [abraao@vieiraecosta.com.br](mailto:abraao@vieiraecosta.com.br), **Dr. ADAILTON COELHO COSTA NETO**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/PB sob o n.º 12.903, e-mail: [adailton@vieiraecosta.com.br](mailto:adailton@vieiraecosta.com.br), todos com escritório profissional na Rua João Amorim, 356, sala 2, Centro, João Pessoa, PB, fone (83) 3243-8889, Cep: 58013-310

Poderes: Confere amplos e gerais poderes para o foro em geral, com a cláusula "*ad judicium et extra*", a fim de que, em conjunto ou separadamente, possa(m) realizar todos os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, inclusive requerer falência e concordata, apresentar e ratificar queixas-crimes, propor quaisquer ações, reclamações trabalhistas, defender-me nas que me forem propostas, cíveis ou penais, reconvir, promover quaisquer medidas judiciais, cautelares, administrativas, recorrer em qualquer instância ou tribunal, arrolar, inquirir, contraditar e recusar testemunhas, produzir provas, arrazoar processos, requerer vistas dos mesmos, concordar com cálculos, custas e contas processuais, podendo ainda, fazer defesas prévias, alegações finais, formar os documentos necessários, efetuar levantamentos, requerer laudos médicos e prontuários junto clínicas e hospitais públicos e/ou particulares, avaliações e perícias, bem como arguir suspeição, falsidade e exceção, fazer acordo, impugnar, assinar termos, requerer abertura de inventário ou arrolamentos, assinar termo de compromisso de inventariante, de renúncia, perante qualquer juízo, instância ou tribunal, repartição pública e órgãos da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual e municipal, autarquia ou entidade paraestatal, propondo ação competente em que o(s) outorgante(s) seja(m) autor(es) ou reclamante(s) e defendendo-o(s), na condição de reclamada(s), bem como substabelecer a presente com ou sem reserva de poderes se assim lhe convier, dando tudo por bom, firme e valioso.

Poderes Específicos: A presente procuração outorga aos advogados acima descritos, os poderes para **receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC/15**, podendo tais poderes serem substabelecidos.

João Pessoa, 19 de novembro de 2020.

  
OUTORGANTE





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**  
Gabinete Des. Leandro dos Santos

---

**Processo nº: 0800022-58.2019.8.15.1071**

Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198)

Assuntos: [Acidente de Trânsito]

APELANTE: BRADESCO SEGUROS S/A

APELADO: JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO, SEBASTIAO JOSE DA SILVA, MARIA DA LUZ FELIX DA SILVA

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Encaminhem-se os autos à Procuradoria Geral de Justiça para ofertar parecer, como requerido em Id 7455828.

João Pessoa, 27 de novembro de 2020.

**Des. Leandro dos Santos**  
**Relator**





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**1ª Câmara Cível**  
**Des. Leandro dos Santos**

**VISTA**

Nesta data, em cumprimento ao despacho retro, abro VISTA dos autos ao Ministério Público estadual.

João Pessoa, 30 de novembro de 2020.

Herbert Fitipaldi Pires Moura Brasil  
Diretor de Secretaria





Segue parecer do MP.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
Gabinete do 10º Procurador de Justiça

**APELAÇÃO Nº 0800022-58.2019.8.15.1071 - JACARAÚ**

Órgão Julgador : 1ª Câmara Cível  
Relator : Des. Leandro dos Santos  
Apelante : Bradesco Seguros S.A  
Apelados : Jonildo Cavalcanti da Silva Filho e outros  
Procurador de Justiça: Herbert Douglas Targino

**PARECER**

Trata-se de apelação interposta por Bradesco Seguros S.A, em irresignação à sentença proferida pelo Juízo de Direito da Comarca de Jacaraú (id.7398886) que, nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT (POR MORTE) judicializada por Jonildo Cavalcanti da Silva Filho e outros, julgou procedente o pedido para condenar a promovida ao pagamento da indenização no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), corrigida monetariamente pelo índice da poupança a partir do ajuizamento da ação e os juros de mora no percentual de 1% a contar da citação.

Por fim, a parte promovida foi condenada ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios arbitrados na forma do art. 82 do CPC, no percentual de 20% sobre o valor da condenação.



Eis a ementa da decisão:

DPVAT – LEI Nº 6.194/74 – MORTE - INDENIZAÇÃO –  
PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. Preenchidos os requisitos  
previstos na Lei do DPVAT, procedente o pedido de  
cobrança do pagamento do seguro.

Em suas razões (id.7398898) Bradesco Seguros S.A pugna pelo provimento do recurso e reforma da decisão, sustentando defeito de representação e irregularidade quanto à falta de intervenção ministerial em, primeiro grau. No mérito alega a falta de comprovação do nexo de causalidade entre o sinistro relatado no feito e a ocorrência do evento morte.

Contrarrazões dos apelados no id.7398901.

Promoção Ministerial no id.7455828 opinando pela abertura de vista ao autor/apelado, por seu advogado subscritor, para regularização da sua representação assim como a juntada do termo de guarda, sob pena de não o fazendo, ser imposta a extinção do feito por defeito de representação.

Providências realizadas pelo apelado no id.8795216.

Com a remessa do processo ao Colendo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, aportaram os autos a este Órgão Ministerial para emissão de Parecer, conforme art. 135, XVII, da LC 19/94 e art. 109 da Constituição do Estado da Paraíba.

É o relatório.



## **DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS**

O juízo de admissibilidade se distingue do juízo de mérito não só em razão dos requisitos observados, mas também em face da procedência cronológica, isto é, se positivo o juízo de admissibilidade, passa-se à análise do mérito recursal, no qual o órgão julgador verifica-se o inconformismo do recorrente é fundado, ou não. Contudo, caso ausente algum dos requisitos de admissibilidade, a irresignação não será conhecida, não havendo o julgamento do mérito recursal.

Nesse sentido preleciona José Carlos Barbosa Moreira (2005, p.261):

*“todo ato postulatório sujeita-se a exame por dois ângulos distintos: uma primeira operação destina-se a verificar se estão satisfeitas as condições impostas pela lei para que o órgão possa apreciar o conteúdo da postulação; outra, subsequente, a perscrutar-lhe o fundamento, para acolhê-la, se fundada, ou rejeitá-la, no caso contrário”.*

Sem embargo, apesar de se falar em precedência cronológica, o conjunto das condições de seguimento de qualquer recurso representa matéria de ordem pública, sendo lícito o reconhecimento da inadmissibilidade pelo judiciário a qualquer tempo e ex officio.

Conforme preleciona Flávio Cheim Jorge (2013) os requisitos de admissibilidade recursal estão no Código de Processo Civil, a saber: cabimento, legitimidade, interesse, inexistência de fato extintivo do direito de recorrer, além de regularidade formal, preparo e tempestividade.

À evidência, os aludidos requisitos não comportam complementações doutrinárias ou jurisprudenciais, uma vez que o legislador esgotou o tema. Isso porque, tendo em vista o papel dos recursos para a



efetivação do acesso à justiça, qualquer restrição ao seu conhecimento deve estar prevista em lei.

Além disso, os requisitos de admissibilidade recursal se tratam de técnica processual e, por isso mesmo, somente se justificam em razão da existência de alguma finalidade a cumprir, a qual objetiva a atuação da vontade do direito (DINAMARCO, 2009, P.264-267).

Portanto, a exigência de que estejam presentes os requisitos para a análise do mérito recursal está ligada à correção da prestação da tutela jurisdicional, que apenas se faz legítima quando verificadas as condições que a própria lei coloca para tanto (JORGE, 2013).

Dessa forma, reunindo os pressupostos de admissibilidade, é de se considerar que o presente recurso merece ser conhecido.

## **DA ANÁLISE DO RECURSO INTERPOSTO**

### **1 - DAS PRELIMINARES SUSCITADAS PELO APELANTE**

#### **1.1 – DEFEITO DE REPRESENTAÇÃO**

Como acima narrado, após intimado a regularizar sua representação, o apelado adotou as providências requeridas pelo Douto Relator (vide id.8795216) tomando por base a Promoção Ministerial do id.7455828, razão pela qual não há que se falar em extinção do feito neste ponto.

#### **1.2 - NULIDADE DA SENTENÇA POR AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM PRIMEIRO GRAU**





Igualmente, a alegada nulidade da sentença por ausência de Parecer Ministerial em primeiro grau não merece acolhida, porquanto, não houve prejuízo ao direito de defesa do apelante, mormente quando uma nova remessa ao Parquet retardaria ainda mais a tramitação do feito.

Entrementes, cabe aduzir que a não intervenção do Ministério Público em primeiro grau de jurisdição pode ser suprida pela intervenção da Procuradoria de Justiça perante o colegiado de segundo grau, em parecer cuidando do mérito da causa, sem que haja arguição de prejuízo ou alegação de nulidade:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. POSSE (BENS IMÓVEIS). AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. PROCESSUAL CIVIL. PRELIMINAR DE NULIDADE POR AUSÊNCIA DE AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO. NULIDADE NÃO VERIFICADA. EXEGESE DO 562 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. POSSIBILIDADE DE O MAGISTRADO DEFERIR A MEDIDA LIMINAR, INDEPENDENTEMENTE DE PRÉVIA DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA, OU OUVIDA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PROCESSUAL CIVIL. **PRELIMINAR DE NULIDADE, POR AUSÊNCIA DE INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PRIMEIRO GRAU. REJEIÇÃO. LACUNA SUPRIDA PELA MANIFESTAÇÃO DO PARQUET EM SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO.** MÉRITO. OCUPAÇÃO INDEVIDA DE ÁREA PÚBLICA. ÁREA DE DOMÍNIO DO MUNICÍPIO DE CAMPO BOM. LIMINAR CONCEDIDA. REQUISITOS EVIDENCIADOS. POSSE JURÍDICA SUFICIENTEMENTE DEMONSTRADA. Inarredável o direito do Município de Campo Bom à liminar possessória sobre a área pleiteada, ante a natureza pública do bem, que lhe confere a chamada posse jurídica (que não propicia maiores elucubrações sobre sua existência e anterioridade). Esbulho, de outro lado, evidenciado, pois que o particular somente pode exercer, legitimamente, a posse exclusiva de bem público, mediante autorização, concessão ou permissão da Administração Pública, hipóteses não verificadas no caso. REJEITARAM AS PRELIMINARES E NEGARAM PROVIMENTO.... UNÂNIME. (Agravado de Instrumento Nº 70077865772, Décima Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Pedro Celso Dal Pra, Julgado em 30/08/2018). (TJ-RS - AI: 70077865772 RS, Relator: Pedro Celso Dal Pra, Data de Julgamento: 30/08/2018, Décima Oitava Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 04/09/2018)



Logo, a preliminar não merece acolhida.

## **2 – DO MÉRITO**

Toda e qualquer pessoa que sofra acidente causado por veículos automotores tem direito a ser indenizada, mesmo sem a possibilidade de identificar o veículo causador do sinistro e mesmo assim ter legitimidade para receber o seguro DPVAT.

Os autores/apelados juntaram aos autos documentos exigidos pela Lei supramencionada (art. 5º, § 1º, alínea a), de modo que não há que se falar em improcedência do pedido ou ilegitimidade ativa em razão da não comprovação de que são os únicos beneficiários para recebimento da indenização perseguida.

A existência de outros beneficiários implica na reserva da quota-parte, referente a cada um deles, observando-se as regras estabelecidas no art. 1.790, do CC, de 2002. Inequivocamente comprovado que óbito se deu em razão de acidente de veículo automotor, fazem jus as requerentes na qualidade de beneficiárias, ao recebimento do seguro obrigatório.

Enfrentando o tema, o TJ/PB assim se posicionou:

PROCESSUAL CIVIL . APELAÇÃO CÍVEL . AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT . MORTE - PROCEDÊNCIA DA DEMANDA . IRRESIGNAÇÃO DA SEGURADORA - PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE ATIVA E PASSIVA AD CAUSAM E CARÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL . REJEIÇÃO . MÉRITO . FALTA DE COMPROVAÇÃO DO ALEGADO NA EXORDIAL . INOCORRÊNCIA DOCUMENTAÇÃO ACOSTADA ROBUSTA . CORREÇÃO MONETÁRIA - OBEDIÊNCIA À SÚMULA 43 DO STJ - INÍCIO DO NUMERÁRIO A PARTIR DO EVENTO DANOSO . ALTERAÇÃO DE OFÍCIO. APLICAÇÃO DO ART. 557, DO CPC . NEGATIVA DE SEGUIMENTO. - Preliminar de ilegitimidade ativa: As autoras comprovaram nos autos a relação existente com o falecido, ora segurado, além de que não consta no caderno processual a existência de outros credores, conforme a certidão de



óbito anexada, no qual não traz nomes de outrem, que figurem na linha de sucessão hereditária. - Preliminar de ilegitimidade passiva ad causam: O pagamento relativo ao seguro DPVAT pode ser requerido a qualquer das seguradoras integrantes do consórcio que opera o referido seguro, podendo a parte interessada escolher a seguradora de sua preferência. - Preliminar de carência de ação: Em virtude do julgamento de mérito nesses autos e concessão ao pagamento do seguro DPVAT, pleiteado pelo autor na exordial, está autorizado o afastamento da aplicação do RE 631.240, MG, nos termos da jurisprudência do STJ. -(TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00019984420138150231, - Não possui -, Relator DES. JOSE AURELIO DA CRUZ, j. em 31-08-2015)

O Seguro DPVAT visa a uma indenização por danos pessoais independentemente da existência de culpa da vítima ou de quem quer que seja o causador, inserindo-se dentre as exceções de responsabilidade civil objetiva no nosso ordenamento jurídico.

Foi instituído para cobrir indenização aos beneficiários dos que vierem a óbito ou a quem sofrer lesões em decorrência de sinistro ocasionado por veículos automotores em via terrestre, cumprindo simples formalidades junto à seguradora, inclusive comprovando o fato mediante simples Boletim de Ocorrência, laudo de exame de corpo de delito e outros dados fáceis de providenciar consoante determinação legal.

No caso dos autos, em que pese as alegações da apelante, entendemos que o apelado consegue fazer prova do nexo causal ocorrido entre o acidente automobilístico e o evento morte de sua genitora, uma vez que análise cinge-se a toda documentação produzida no feito.

Destarte, sendo possível aferir o nexo causal entre o acidente narrado pela parte autora e o óbito da genitora do apelante, a procedência da demanda foi medida acertada tomada pelo magistrado de primeiro grau.

Os artigos 3º e 4º da Lei nº 6.194/74, modificado pela Lei nº 11.482/2007, dispõe:



“Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

“Art. 4º – A indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002-Código Civil”.

Logo, compulsando os autos, infere-se, por intermédio dos documentos acostados, que o requerente, filho do(a) falecido(a), é o únicos herdeiro desta, fazendo jus ao recebimento do seguro obrigatório – DPVAT, consoante se depreende da dicção legal supra transcrita.

Quanto ao termo inicial da correção monetária nas ações de cobrança do seguro DPVAT, consoante orientação jurisprudencial do STJ, observa-se que deve incidir a partir da data do evento danoso até o dia do pagamento.

Sobre o tema, não haverá mais discussão em razão da súmula 580 do STJ, publicada em 19/09/2016, que traz o seguinte ementário:

*“a correção monetária nas indenizações de seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no parágrafo 7º do artigo 5º da Lei 6.194/1974, redação dada pela Lei 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso”*

Ainda, conforme a Súmula 426 do Superior Tribunal de Justiça, “os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação”, consolidando na jurisprudência, o termo inicial para a incidência dos juros de mora a data da citação:



APELAÇÃO. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA COMPLEMENTO DE SEGURO DPVAT. TERMO INICIAL DA INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA - CITAÇÃO. SÚMULA Nº 426, STJ. APELO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. (TJ-PE - APL: 5029438 PE, Relator: Eduardo Augusto Paura Peres, Data de Julgamento: 12/02/2019, 6ª Câmara Cível, Data de Publicação: 08/03/2019)

AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. Ocorrência do acidente e nexos de causalidade entre este e as lesões sofridas pelo autor que estão devidamente comprovados. Indenização devida. Atualização monetária da indenização por morte ou invalidez do seguro DPVAT é devida desde a data do evento danoso. Súmula 580 do STJ. Condenação em valor menor do que o postulado implica sucumbência recíproca. Honorários advocatícios. Percentuais aplicados sobre valor da condenação e do proveito econômico obtido que representariam arbitramento inexpressivo. Verba sucumbencial arbitrada por equidade. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10041841420158260565 SP 1004184-14.2015.8.26.0565, Relator: Milton Carvalho, Data de Julgamento: 22/03/2019, 36ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 22/03/2019)

RECLAMAÇÃO. JUROS DE MORA. SEGURO DE DPVAT. ACÓRDÃO RECLAMADO QUE DETERMINOU A INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA A PARTIR DO EVENTO DANOSO. MATÉRIA CONSTANTE DE ENUNCIADO DA SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE DO STJ E DOS RECURSOS REPETITIVOS DO MESMO TRIBUNAL. JUROS DE MORA, NAS AÇÕES DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT SÓ DEVEM INCIDIR A PARTIR DA CITAÇÃO. JURISPRUDÊNCIA VINCULANTE DO STJ. PROCEDÊNCIA DA RECLAMAÇÃO. - RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. JULGAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 543-C DO CPC. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. 1. Para efeitos do artigo 543-C do CPC: 1.1. Em ação de cobrança objetivando indenização decorrente de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre - DPVAT, os juros de mora são devidos a partir da citação, por se tratar de responsabilidade contratual e obrigação ilíquida. 2. Aplicação ao caso concreto: 2.1. Recurso especial provido. (REsp 1098365/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO,





julgado em 28/10/2009, DJe 26/11/2009). (TJPB -  
ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº  
00007525120188150000, - Não possui -, Relator DES.  
LEANDRO DOS SANTOS, j. em 01-03-2019)(TJ-PB  
00007525120188150000 PB, Relator: DES. LEANDRO DOS  
SANTOS, Data de Julgamento: 01/03/2019)

Assim, por tais fundamentos e por todo o exposto, opina o  
Ministério Público, por seu 10ª Procurador de Justiça pela rejeição das  
preliminares suscitadas e no mérito pelo desprovimento do recurso, para que  
seja mantido incólume o decisum guerreado.

João Pessoa, 07 de dezembro de 2020.

**HERBERT DOUGLAS TARGINO**  
Procurador de Justiça





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**  
Gabinete Des. Leandro dos Santos

---

**Processo nº: 0800022-58.2019.8.15.1071**

Classe: APELAÇÃO CÍVEL

APELANTE: BRADESCO SEGUROS S/A

APELADO: JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO, SEBASTIAO JOSE DA SILVA, MARIA DA LUZ FELIX DA SILVA

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Inclua-se em pauta virtual para julgamento.

João Pessoa, 11 de fevereiro de 2021

**Des. Leandro dos Santos**  
**Relator**





**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça da Paraíba**

Fica Vossa Excelência Intimado(a) da 8ª Sessão Ordinária Virtual da 1ª Câmara Cível a realizar-se no dia 22-03-2021 às 14:00 até 29-03-2021.





**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça da Paraíba**

Fica Vossa Excelência Intimado(a) da 8ª Sessão Ordinária Virtual da 1ª Câmara Cível a realizar-se de 22/03/2021 às 14:00 até 29/03/2021.



## ASSESSORIA DA PRIMEIRA CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL

168) Apelação Cível nº 0800022-58.2019.8.15.1071. Oriundo da Comarca da Jacaraú. Apelante(s): Banco Bradesco S/A. Advogado(s): Suélio Moreira Torres - OAB/PB 15.477. Apelado(s): Jonildo Cavalcanti da Silva Filho e outros. Advogado(s): Abraão Costa Florêncio de Carvalho – OAB/PB12.904.

### Certidão de Julgamento

Certifico, para que produza os devidos efeitos legais, que os integrantes da Primeira Câmara Cível deste Egrégio Tribunal, em sessão ordinária virtual realizada, apreciando o processo acima indicado, assim decidiram:

**Rejeitada a preliminar. Unânime. No mérito, por igual votação, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.**

Presidiu a sessão o Excelentíssimo Desembargador Leandro dos Santos. Participaram do julgamento, além do Relator, o Excelentíssimo Desembargador **Leandro dos Santos**, o Excelentíssimo Doutor **João Batista Barbosa** (Juiz convocado para substituir a Exma. Des. Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti) e o Excelentíssimo Desembargador **José Ricardo Porto**.

Representante do Ministério Público, Dr. Herbert Douglas Targino, Procurador de Justiça.

Sessão Virtual realizada no período de 22 à 29 de março de 2021.

**Maria Clemens B. L. Montenegro**

Supervisora da 1ª Câmara Cível

(Pauta publicada no DJ em 12.03.21)









Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça da Paraíba

Gabinete Des. Leandro dos Santos

## **ACÓRDÃO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0800022-58.2019.8.15.1071**

**RELATOR** : Desembargador LEANDRO DOS SANTOS

**APELANTE** : Bradesco Seguros S/A

**ADVOGADO** : Suelio Moreira Torres

**APELADOS** : Jonildo Cavalcanti da Silva Filho, Sebastião José da Silva e Maria da Luz Felix da Silva

**ADVOGADO** : Abraão Costa Florencio de Carvalho

**ORIGEM** : Juízo da Vara Única da Comarca de Jacaraú

**JUIZ (A)** : Higyna Josita Simões de Almeida

**PRELIMINAR DE DEFEITO DE REPRESENTAÇÃO. VÍCIO  
SANADO. REJEIÇÃO.**



Constatando-se que o menor está representado em Juízo por seu genitor e que este trouxe aos autos o instrumento procuratório outorgado ao causídico em Id 8795216, está sanado o vício de representação. Rejeição.

**PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR AUSÊNCIA DE INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM PRIMEIRO GRAU**

A alegação de nulidade da sentença por ausência de Parecer Ministerial em Primeiro Grau não prospera, porquanto, não houve prejuízo ao direito de defesa da Seguradora/Apelante, tampouco ao menor/Autor, uma vez que a ausência de participação do órgão ministerial em primeiro grau foi sanada com a intervenção do *Parquet* em Segundo Grau.

**APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DPVAT. VÍTIMA FATAL. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO. NEXO CAUSAL CONFIGURADO. MANUTENÇÃO DO *DECISUM*. DES PROVIMENTO DO RECURSO.**

O valor da indenização (DPVAT) deve observar o disposto na Lei vigente à data do sinistro, atribuindo-se o valor da indenização com base na gravidade e na irreversibilidade do dano causado à vítima.

“Estando provado que ocorreu o acidente e que houve a morte do acidentado, devida é a indenização, pois o objetivo da lei é assegurar indenização pelos danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre.”



Estando comprovado o acidente e a causa da morte por meio do Boletim de Ocorrência Policial e Certidão de Óbito, resta caracterizado o nexo causal.

## RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível interposta por Bradesco Seguros S/A contra a Sentença proferida pela Juíza da Comarca de Jacaraú (Id 7398893) que, nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT (POR MORTE) movida por Pedro Gabriel Félix da Silva (representado por seu genitor Jonildo Cavalcanti da Silva Filho e avós maternos – Sebastião José da Silva e Maria da Luz Félix da Silva) julgou procedente o pedido para condenar a Promovida ao pagamento da indenização no valor de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), corrigida monetariamente pelo índice da poupança a partir do ajuizamento da ação e os juros de mora no percentual de 1% ao mês a contar da citação, além de honorários advocatícios arbitrados no percentual de 20% sobre o valor da condenação.

Em suas razões, a Recorrente suscita, preliminarmente, o defeito de representação do Autor menor de idade, a ausência de procuração válida ao causídico que protocolou a petição inicial e vício processual pela ausência de intervenção do Ministério Público no primeiro grau.

No mérito, alega a inexistência de nexo de causalidade entre o acidente e o dano dele decorrente. Ao final, pugna pelo provimento do Recurso (ID 7398898).

Contrarrazões no ID 7398901, pugnando pela manutenção do *Decisum*.

Instado a se pronunciar, o Ministério Público opinou pela rejeição das preliminares e, no



mérito, pelo desprovimento do Recurso (ID 9112010).

**É o relatório.**

## **VOTO**

### **DA PRELIMINAR DE DEFEITO DE REPRESENTAÇÃO.**

Constatando-se que o menor também está representado em Juízo por seu genitor desde a petição inicial, o qual está no exercício do pátrio poder, bem assim, que este trouxe aos autos o instrumento procuratório em nome do menor, outorgando poderes ao causídico (Id 8795216), está sanado o vício de representação.

Isto posto, rejeito a preliminar.

### **DA ALEGAÇÃO DE NULIDADE DA SENTENÇA POR AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM PRIMEIRO GRAU**

A alegação de nulidade da sentença por ausência de Parecer Ministerial em Primeiro Grau não prospera, porquanto, não houve prejuízo ao direito de defesa da Apelante, tampouco ao menor/Autor, uma vez que a ausência de participação do órgão ministerial em primeiro grau foi sanada com a intervenção do *Parquet* em Segundo Grau.



Ademais, o retorno dos autos ao Juízo de Primeiro Grau com a remessa ao Ministério Público, retardaria ainda mais a tramitação do feito, causando prejuízos ao infante.

Dessa forma, rejeito a preliminar de nulidade processual.

## **MÉRITO**

O Seguro DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte ou invalidez permanente, bem como o reembolso de despesas médicas.

Estando provado que ocorreu o acidente e que houve a morte da parte acidentada, devida é a indenização, pois o objetivo da lei é apenas assegurar indenização pelos danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre.

A irresignação da Seguradora, no tocante ao nexo causal entre o acidente e o dano dele decorrente não merece prosperar.



Compulsando os autos, infere-se que a genitora do Autor, a Sra. Andréa Félix da Silva, faleceu em virtude de acidente automobilístico, ocorrido no dia 01/09/2018 na Rodovia PB-085, quando o veículo no qual viajava, na condição de passageira, capotou e caiu num açude, causando-lhe a morte por afogamento, conforme Boletim de Ocorrência Policial de Id 7398712.

Ressalte-se que não se está supondo que houve o falecimento, e sim comprovado, por meio da Certidão de Óbito (ID 7398713), juntada aos autos que confirma a morte da Sra. Andréa Felix da Silva, ocorrida em 01/09/2018 e que teve como causa asfixia por afogamento. Logo, não há que se falar em ausência de nexo causal.

A lei vigente à época do sinistro e que deve ser aplicada ao caso concreto é dada pela Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009, que alterou o art. 3º da Lei nº 6.194/74, a qual prevê:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - **R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais) - **no caso de morte;**

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - (...).

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do *caput* deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: [\(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009\)](#). [\(Produção de efeitos\)](#).

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e [\(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009\)](#). [\(Produção de efeitos\)](#).





II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. [\(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009\).](#) [\(Produção de efeitos\).](#)

Assim, o valor da condenação não merece reforma, tendo sido aplicado o teto máximo imposto de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Em verdade, o que se observa dos autos é que a Apelante procura escusar-se da responsabilidade do pagamento do seguro DPVAT, obrigação prevista por norma impositiva.

Portanto, estando claramente comprovado o evento danoso e caracterizado o nexo causal, deve ser mantida a Sentença.

Feitas essas considerações, **REJEITO AS PRELIMINARES E, NO MÉRITO, DESP ROVEJO O RECURSO APELATÓRIO**, mantendo a Sentença em todos os seus termos.

**É o voto.**

Presidiu a sessão o Excelentíssimo Desembargador Leandro dos Santos. Participaram do julgamento, além do Relator, o Excelentíssimo Desembargador **Leandro dos Santos**, o Excelentíssimo Doutor **João Batista Barbosa** (Juiz convocado para substituir a Exma. Des. Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti) e o Excelentíssimo Desembargador **José Ricardo Porto**.



Representante do Ministério Público, Dr. Herbert Douglas Targino, Procurador de  
Justiça.

Sessão Virtual realizada no período de 22 a 29 de março de 2021.

Desembargador **LEANDRO DOS SANTOS**

**RELATOR**



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça da Paraíba

Gabinete Des. Leandro dos Santos

**ACÓRDÃO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0800022-58.2019.8.15.1071**

**RELATOR :** Desembargador LEANDRO DOS SANTOS

**APELANTE :** Bradesco Seguros S/A

**ADVOGADO :** Suelio Moreira Torres

**APELADOS :** Jonildo Cavalcanti da Silva Filho, Sebastião José da Silva e Maria da Luz Felix da Silva

**ADVOGADO :** Abraão Costa Florencio de Carvalho

**ORIGEM :** Juízo da Vara Única da Comarca de Jacaraú

**JUIZ (A) :** Higyna Josita Simões de Almeida

**PRELIMINAR DE DEFEITO DE REPRESENTAÇÃO. VÍCIO  
SANADO. REJEIÇÃO.**

Constatando-se que o menor está representado em Juízo por seu genitor e que este trouxe aos autos o instrumento procuratório outorgado ao causídico em Id 8795216, está sanado o vício de representação. Rejeição.



**PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR  
AUSÊNCIA DE INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO EM PRIMEIRO GRAU**

A alegação de nulidade da sentença por ausência de Parecer Ministerial em Primeiro Grau não prospera, porquanto, não houve prejuízo ao direito de defesa da Seguradora/Apelante, tampouco ao menor/Autor, uma vez que a ausência de participação do órgão ministerial em primeiro grau foi sanada com a intervenção do *Parquet* em Segundo Grau.

**APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE  
TRÂNSITO. DPVAT. VÍTIMA FATAL. SENTENÇA DE  
PROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO. NEXO CAUSAL  
CONFIGURADO. MANUTENÇÃO DO *DECISUM*. DES  
PROVIMENTO DO RECURSO.**

O valor da indenização (DPVAT) deve observar o disposto na Lei vigente à data do sinistro, atribuindo-se o valor da indenização com base na gravidade e na irreversibilidade do dano causado à vítima.

“Estando provado que ocorreu o acidente e que houve a morte do acidentado, devida é a indenização, pois o objetivo da lei é assegurar indenização pelos danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre.”

Estando comprovado o acidente e a causa da morte por meio do Boletim de Ocorrência Policial e Certidão de Óbito, resta caracterizado o nexo causal.



## RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível interposta por Bradesco Seguros S/A contra a Sentença proferida pela Juíza da Comarca de Jacaraú (Id 7398893) que, nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT (POR MORTE) movida por Pedro Gabriel Félix da Silva (representado por seu genitor Jonildo Cavalcanti da Silva Filho e avós maternos – Sebastião José da Silva e Maria da Luz Félix da Silva) julgou procedente o pedido para condenar a Promovida ao pagamento da indenização no valor de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), corrigida monetariamente pelo índice da poupança a partir do ajuizamento da ação e os juros de mora no percentual de 1% ao mês a contar da citação, além de honorários advocatícios arbitrados no percentual de 20% sobre o valor da condenação.

Em suas razões, a Recorrente suscita, preliminarmente, o defeito de representação do Autor menor de idade, a ausência de procuração válida ao causídico que protocolou a petição inicial e vício processual pela ausência de intervenção do Ministério Público no primeiro grau.

No mérito, alega a inexistência de nexo de causalidade entre o acidente e o dano dele decorrente. Ao final, pugna pelo provimento do Recurso (ID 7398898).

Contrarrazões no ID 7398901, pugnando pela manutenção do *Decisum*.

Instado a se pronunciar, o Ministério Público opinou pela rejeição das preliminares e, no mérito, pelo desprovimento do Recurso (ID 9112010).

**É o relatório.**



## **VOTO**

### **DA PRELIMINAR DE DEFEITO DE REPRESENTAÇÃO.**

Constatando-se que o menor também está representado em Juízo por seu genitor desde a petição inicial, o qual está no exercício do pátrio poder, bem assim, que este trouxe aos autos o instrumento procuratório em nome do menor, outorgando poderes ao causídico (Id 8795216), está sanado o vício de representação.

Isto posto, rejeito a preliminar.

### **DA ALEGAÇÃO DE NULIDADE DA SENTENÇA POR AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM PRIMEIRO GRAU**

A alegação de nulidade da sentença por ausência de Parecer Ministerial em Primeiro Grau não prospera, porquanto, não houve prejuízo ao direito de defesa da Apelante, tampouco ao menor/Autor, uma vez que a ausência de participação do órgão ministerial em primeiro grau foi sanada com a intervenção do *Parquet* em Segundo Grau.

Ademais, o retorno dos autos ao Juízo de Primeiro Grau com a remessa ao Ministério Público, retardaria ainda mais a tramitação do feito, causando prejuízos ao infante.





Dessa forma, rejeito a preliminar de nulidade processual.

## **MÉRITO**

O Seguro DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte ou invalidez permanente, bem como o reembolso de despesas médicas.

Estando provado que ocorreu o acidente e que houve a morte da parte acidentada, devida é a indenização, pois o objetivo da lei é apenas assegurar indenização pelos danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre.

A irresignação da Seguradora, no tocante ao nexo causal entre o acidente e o dano dele decorrente não merece prosperar.

Compulsando os autos, infere-se que a genitora do Autor, a Sra. Andréa Félix da Silva, faleceu em virtude de acidente automobilístico, ocorrido no dia 01/09/2018 na Rodovia PB-085, quando o veículo no qual viajava, na condição de passageira, capotou e caiu num açude, causando-lhe a morte por afogamento, conforme Boletim de Ocorrência Policial de Id 7398712.



Ressalte-se que não se está supondo que houve o falecimento, e sim comprovado, por meio da Certidão de Óbito (ID 7398713), juntada aos autos que confirma a morte da Sra. Andréa Felix da Silva, ocorrida em 01/09/2018 e que teve como causa asfixia por afogamento. Logo, não há que se falar em ausência de nexo causal.

A lei vigente à época do sinistro e que deve ser aplicada ao caso concreto é dada pela Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009, que alterou o art. 3º da Lei nº 6.194/74, a qual prevê:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - **R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais) - **no caso de morte;**

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - (...).

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do *caput* deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: [\(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009\).](#) [\(Produção de efeitos\).](#)

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e [\(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009\).](#) [\(Produção de efeitos\).](#)

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. [\(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009\).](#) [\(Produção de efeitos\).](#)



Assim, o valor da condenação não merece reforma, tendo sido aplicado o teto máximo imposto de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Em verdade, o que se observa dos autos é que a Apelante procura escusar-se da responsabilidade do pagamento do seguro DPVAT, obrigação prevista por norma impositiva.

Portanto, estando claramente comprovado o evento danoso e caracterizado o nexo causal, deve ser mantida a Sentença.

Feitas essas considerações, **REJEITO AS PRELIMINARES E, NO MÉRITO, DESPROVEJO O RECURSO APELATÓRIO**, mantendo a Sentença em todos os seus termos.

**É o voto.**

Presidiu a sessão o Excelentíssimo Desembargador Leandro dos Santos. Participaram do julgamento, além do Relator, o Excelentíssimo Desembargador **Leandro dos Santos**, o Excelentíssimo Doutor **João Batista Barbosa** (Juiz convocado para substituir a Exma. Des. Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti) e o Excelentíssimo Desembargador **José Ricardo Porto**.

Representante do Ministério Público, Dr. Herbert Douglas Targino, Procurador de Justiça.

Sessão Virtual realizada no período de 22 a 29 de março de 2021.



Desembargador **LEANDRO DOS SANTOS**

**RELATOR**



Tribunal de Justiça da Paraíba  
Gerência Judiciária  
Praça João Pessoa, S/N – Centro  
CEP 58013-900 – João Pessoa – PB  
Tel.: (83) 3216-1658 – Fax: (83) 3216-1659  
[www.tjpb.jus.br](http://www.tjpb.jus.br)

## INTIMAÇÃO

Intimação as partes do inteiro teor da Decisão de ID **10180395**.  
Gerência Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 29 de  
março de 2021 .

Herbert Fitipaldi Pires Moura Brasil  
Técnico Judiciário



Tribunal de Justiça da Paraíba  
Gerência Judiciária  
Praça João Pessoa, S/N – Centro – CEP 58013-900 – João Pessoa – PB  
Tel.: (83) 3216-1658 – Fax: (83) 3216-1659  
[www.tjpb.jus.br](http://www.tjpb.jus.br)

## CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico, por dever do ofício, para que esta produza os devidos efeitos legais, que, de conformidade com o sistema PJE, a Decisão retro, transitou em julgado no dia 30 de abril de 2021. O referido é verdade. Dou fé.  
Gerência Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 1 de maio de 2021 .

Herbert Fitipaldi Pires Moura Brasil  
Técnico Judiciário





**EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE JACARAÚ, ESTADO DA PARAÍBA.**

**Processo n.º 0800022-58.2019.815.1071**

**JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO**, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem REQUERER a execução do julgado com a determinação de intimação da parte executada para pagar o valor de 23.059,91 (vinte e três mil e cinquenta e nove reais e noventa e um centavos), conforme cálculos abaixo apresentados.

Nestes Termos,

Pede deferimento.

Jacaraú, 03 de maio de 2021.

*Advogado Abraão Costa F. d Carvalho*

*OAB/PB 12.904*



## Cálculo de atualização monetária

[Voltar](#) [Versão para Impressão](#)



**O valor informado foi corrigido para o dia 01/04/2021, pois não existe índice cadastrado para a data final informada.**

Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 13.500,00
Indexador e metodologia de cálculo	INPC-IBGE - Calculado pro-rata die.
Período da correção	09/01/2019 a 01/04/2021
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	15/02/2019 a 30/04/2021
Honorários (%)	20 %

Dados calculados		
Fator de correção do período	813 dias	1,122301
Percentual correspondente	813 dias	12,230076 %
Valor corrigido para 01/04/2021	(=)	R\$ 15.151,06
Juros(805 dias-26,83333%)	(+)	R\$ 4.065,53
Sub Total	(=)	R\$ 19.216,59
Honorários (20%)	(+)	R\$ 3.843,32
Valor total	(=)	<b>R\$ 23.059,91</b>





Poder Judiciário da Paraíba  
Vara Única de Jacaraú

R PRESIDENTE JOÃO PESSOA, 481, CENTRO, JACARAÚ - PB - CEP: 58278-000

---

Número do Processo: 0800022-58.2019.8.15.1071  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto: [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]  
Polo ativo: AUTOR: JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO, SEBASTIAO JOSE DA SILVA, MARIA DA LUZ FELIX DA SILVA  
Polo passivo: REU: BRADESCO SEGUROS S/A

### CERTIDÃO

Certifico e dou fé, com retorno dos autos a instância superior, e juntada do cumprimento de sentença com cálculos. De logo nesta data faço conclusão dos autos ao Juiz de Direito desta Comarca.

JACARAÚ, 5 de maio de 2021  
ANA CLAUDIA DA SILVA CARNEIRO

